



# Anais da Assembleia

Nº 27

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 023.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1984  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artágão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Squarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procedde a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 01/84

Curitiba, 19 de janeiro de 1984.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa

Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispostiviso da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), bem como adotar outras providências.

A proposição ora submetida a essa augusta Assembleia Legislativa é formulada em atenção ao Ofício n.º 1142/83, firmado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, a mim dirigido em 13 de dezembro último e cujo inteiro teor, em cópia autêntica, segue em anexo, eis que nele estão contidos esclarecimentos sobre a necessidade, oportunidade e alto significado de que é revestida a medida em questão.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.<sup>o</sup> - Os dispositivos abaixo enumerados, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação dada pelas Leis n.ºs 7.461, de 16 de junho de 1981 e 7.625, de 05 de julho de 1982, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 30 - O Tribunal de Alçada, com sede na Capital do Estado e jurisdição em todo o seu território, compõe-se de vinte e um (21) Juizes, cujo número, mediante proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, poderá ser alterado.

Art. 41 - .....

I - Juiz Substituto.

II - Juiz de Direito de entrância inicial.

III - Juiz de Direito Auxiliar de entrância intermediária.

IV - Juiz de Direito de entrância intermediária.

V - Juiz de Direito Substituto.

VI - Juiz de Direito de entrância final.

§ 1.<sup>o</sup> - .....

§ 2.<sup>o</sup> - .....

§ 3.<sup>o</sup> - .....

Art. 53 - .....

I - Pelos Conselhos Militares e pelo Juiz de Direito da Vara da Auditoria da Justiça Militar, em primeira instância, com jurisdição em todo o Estado;

II - Pelo Tribunal de Justiça, em se-

gunda instância.

Art. 54 - O Juízo da Vara da Auditoria da Justiça Militar será exercido por Juiz de Direito da Comarca de Curitiba.

Art. 55 - A Auditoria compor-se-á, além do Juiz de Direito e de um Promotor de Justiça, de um Escrivão e de um Oficial de Justiça.

Parágrafo único - .....

Art. 57 - Em seus eventuais impedimentos ou ausências, o Juiz da Vara da Auditoria da Justiça Militar será substituído por Juiz de Direito Substituto, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 73 - .....

§ 1.º - Os Juizes de Direito e os Juizes Substitutos tomarão posse perante o Presidente do Tribunal de Justiça, e os Juizes de Paz perante o Juiz de Direito Diretor do Forum.

.....

§ 4.º - A Secretaria do Tribunal de Justiça manterá um fichário atualizado das atividades dos Desembargadores, Juizes do Tribunal de Alçada, Juizes de Direito e Juizes Substitutos.

.....

Art. 77 - Aos magistrados qualquer instância será concedida gratificação adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos por quinquênio de serviço, até o máximo de sete, respeitado o disposto no artigo 145 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

§ 1.º - A gratificação adicional de que trata este artigo, será calculada sobre o vencimento percebido mais a representação, nos percentuais de cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco, respectivamente, por quinquênio de serviço, neste compreendido o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de 15 anos, e observada a garantia constitucional da irredutibilidade.

§ 2.º - Na forma da legislação, assegura-se ao magistrado a percepção de salário família.

Art. 89 - .....

.....

§ 3.º - Os Juizes de Direito titulares gozarão férias coletivas, nos períodos indicados no § 1.º.

.....

Art. 207 - .....

I - 26 Desembargadores.

II - 21 Juizes do Tribunal de Alçada.

III - 111 Juizes de Direito de entrância final, sendo:

a) 80 titulares de Varas;

b) 31 Juizes de Direito Substitutos.

IV - 86 Juizes de Direito de entrância intermediária.

V - 11 Juizes de Direito Auxiliares de entrância intermediária.

VI - 87 Juizes de Direito de entrância inicial.

VII - 38 Juizes Substitutos.

VIII - 492 Juizes de Paz.

Art. 208 - .....

Parágrafo único - Essas Comarcas se agrupam em sessenta e cinco (65) Seções Judiciárias, integradas por quatrocentos e noventa e dois (492) Distritos.

Art. 209 - .....

I - .....

II - De entrância intermediária: 1)

Apucarana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Campo Largo; 9) Campo Mourão; 10) Cascavel; 11) Castro; 12) Cianorte; 13) Cornélio Procopio; 14) Cruzeiro do Oeste; 15) Foz do Iguaçu; 16) Francisco Beltrão; 17) Goio-Erê; 18) Guaíra; 19) Guarapuava; 20) Irati; 21) Ivaiporã; 22) Jacarezinho; 23) Lapa; 24) Laranjeiras do Sul; 25) Loanda; 26) Nova Esperança; 27) Palmas; 28) Paranaguá; 29) Paranaíba; 30) Pato Branco; 31) Peabiru; 32) Rio Negro; 33) Rolândia; 34) Santo Antônio da Platina; 35) Santo Antônio do Sudoeste; 36) São José dos Pinhais; 37) Telêmaco Borba; 38) Toledo; 39) Umuarama; 40) União da Vitória; 41) Wenceslau Braz.

III - De entrância inicial: 1) Altônia; 2) Alto Parana; 3) Alto Piquiri; 4) Andirá; 5) Antonina; 6) Assaí; 7) Barbosa Ferraz; 8) Barracão; 9) Bocaiúva do Sul; 10) Cambará; 11) Cambé; 12) Cândido de Abreu; 13) Capanema; 14) Carlópolis; 15) Cerro Azul; 16) Chopinzinho; 17) Cidade Gaúcha; 18) Clevelândia; 19) Colombo; 20) Colorado; 21) Congonhinhas; 22) Corbélia; 23) Coronel Vivida; 24) Curiúva; 25) Dois Vizinhos; 26) Engenheiro Beltrão; 27) Faxinal; 28) Formosa do Oeste; 29) Grandes Rios; 30) Guaraniaçu; 31) Ibaiti; 32) Ibitiporã; 33) Imbituva; 34) Ipiranga; 35) Iporã; 36) Jaguapitã; 37) Jaguaraiava; 38) Jandaia do Sul; 39) Joaquim Távora; 40) Mallet; 41) Mandaguáçu; 42) Mandaguari; 43) Marechal Cândido Rondon; 44) Marialva; 45) Marilândia do Sul; 46) Matelândia; 47) Medianeira; 48) Morretes; 49) Nova Fátima; 50) Nova Londrina; 51) Palmeira; 52) Palmítal; 53) Palotina; 54) Paraíso do Norte; 55) Paranacity; 56) Pérola; 57) Piraí do Sul; 58) Piraquara; 59) Pitanga; 60) Porecatu; 61) Primeiro de Maio; 62) Prudentópolis; 63) Realeza; 64) Rebouças; 65) Reserva; 66) Ribeirão Claro; 67) Ribeirão do Pinhal; 68) Rio Branco do Sul; 69) Santa Helena; 70) Santa Isabel do Ivaí; 71) Santa Mariana; 72) São Jerônimo da Serra; 73) São João do Ivaí; 74) São João do Triunfo; 75) São Mateus do Sul; 76) São Miguel do Iguaçu; 77) Sengés; 78) Sertãoópolis; 79) Siqueira Campos; 80) Teixeira Soares; 81) Terra Rica; 82) Terra Roxa do Oeste; 83)

Tibagi; 84) Tomazina; 85) Ubiratã; 86) Uraí e 87) Xambrê.

Art. 210 - .....

- 1.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> Varas Cíveis;
- 2.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Varas Cíveis;
- 3.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Varas Cíveis;
- 4.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 13.<sup>a</sup>, 14.<sup>a</sup> e 15.<sup>a</sup> Varas Cíveis;
- 5.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 18.<sup>a</sup> Vara Cível, Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho e Vara da Auditoria da Justiça Militar;
- 6.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Varas de Família;
- 7.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 2.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Varas de Família;
- 8.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Varas da Fazenda Pública, Falências e Concor-datas e 1.<sup>a</sup> Vara Cível Privativa das Causas de Procedimento Sumaríssimo;
- 9.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 2.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Varas da Fazenda Pública, Falências e Concor-datas e 2.<sup>a</sup> Vara Cível Privativa das Causas de Procedimento Sumaríssimo;
- 10.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Varas Criminais e Vara do Tribunal do Júri
- 11.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> Va-ras Criminais;
- 12.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: Vara de Execu-ções Penais;
- 13.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 1.<sup>a</sup> Vara dos De-litos de Trânsito;
- 14.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 2.<sup>a</sup> Vara dos De-litos de Trânsito;
- 15.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: Vara de Menores;
- 16.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Varas Cíveis e 3.<sup>a</sup> Vara Cível Privativa das Causas de Procedimento Sumaríssimo;
- 17.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 12.<sup>a</sup>, 16.<sup>a</sup> e 17.<sup>a</sup> Varas Cíveis;
- 18.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 3.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Va-Varas Criminais;
- 19.<sup>a</sup>) Comarca de Curitiba: 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup> e 11.<sup>a</sup> Varas Criminais;
- 20.<sup>a</sup>) Comarca de Londrina: 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Varas Cíveis;
- 21.<sup>a</sup>) Comarca de Londrina: 4.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup>, 9.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> Varas Cíveis;
- 22.<sup>a</sup>) Comarca de Londrina: 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Varas Criminais e 1.<sup>a</sup> Vara de Família, Aci-dentes do Trabalho, Registros Públi-cos e Corregedoria do Foro Extrajudi-cial;
- 23.<sup>a</sup>) Comarca de Londrina: 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> Varas Criminais e 2.<sup>a</sup> Vara de Família e Me-nores;
- 24.<sup>a</sup>) Comarca de Maringá: Varas Cíveis e 1.<sup>a</sup> Vara de Família, Acidentes do Traba-lho, Registros Públicos e Corregedo-ria do Foro Extrajudicial;
- 25.<sup>a</sup>) Comarca de Maringá: Varas Criminais e 2.<sup>a</sup> Vara de Família e Menores;
- 26.<sup>a</sup>) Comarca de Ponta Grossa: Varas Cí-veis e 1.<sup>a</sup> Vara de Família, Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;
- 27.<sup>a</sup>) Comarca de Ponta Grossa: Varas Cri-minais e 2.<sup>a</sup> Vara de Família e Meno-res;
- 28.<sup>a</sup>) Comarca de Cascavel: Varas Cíveis e Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;
- 29.<sup>a</sup>) Comarca de Cascavel: Varas Crimi-nais e Comarcas de Corbélia e Ubiratã;
- 30.<sup>a</sup>) Comarca de Campo Mourão;
- 31.<sup>a</sup>) Comarca de Umuarama;
- 32.<sup>a</sup>) Comarcas de Guarapuava, Palmital, Pi-tanga e Prudentópolis;
- 33.<sup>a</sup>) Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari e Marilândia do Sul;
- 34.<sup>a</sup>) Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão e Peabiru;
- 35.<sup>a</sup>) Comarcas de Foz do Iguaçu, Matelân-dia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu;
- 36.<sup>a</sup>) Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Realeza;
- 37.<sup>a</sup>) Comarcas de Paranaguá, Antonina e Morretes;
- 38.<sup>a</sup>) Comarcas de Paranaíba, Alto Paraná, Paraíso do Norte e Terra Rica;
- 39.<sup>a</sup>) Comarcas de Pato Branco, Chopinzi-nho, Clevelândia e Coronel Vivida;
- 40.<sup>a</sup>) Comarcas de Arapongas e Astorga;
- 41.<sup>a</sup>) Comarcas de Araucária e Colombo;
- 42.<sup>a</sup>) Comarcas de Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste e Palotina;
- 43.<sup>a</sup>) Comarcas de Cornélio Procopio, Congonhinhas, Nova Fátima, São Jerônimo da Serra, Uraí e Assaí;
- 44.<sup>a</sup>) Comarcas de Cruzeiro do Oeste, Cida-de Gaúcha, Pérola e Xambrê;
- 45.<sup>a</sup>) Comarcas de Guaíra, Altônia, Iporã e Terra Roxa do Oeste;
- 46.<sup>a</sup>) Comarcas de Ivaiporã, Barbosa Fer-raz, Cândido de Abreu, Faxinal, Grandes Rios e São João do Ivaí;
- 47.<sup>a</sup>) Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;
- 48.<sup>a</sup>) Comarcas de Laranjeiras do Sul e Guaraniaçu;
- 49.<sup>a</sup>) Comarcas de Rolândia, Cambé, Jagua-pitã e Porecatu;
- 50.<sup>a</sup>) Comarcas de São José dos Pinhais, Bocaiuva do Sul, Cerro Azul e Pira-quara;
- 51.<sup>a</sup>) Comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena;
- 52.<sup>a</sup>) Comarcas de União da Vitória, Mallet e Palmas;
- 53.<sup>a</sup>) Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;
- 54.<sup>a</sup>) Comarcas de Bela Vista do Paraíso, Ibitiporã, Primeiro de Maio e Sertanó-polis;
- 55.<sup>a</sup>) Comarcas de Campo Largo, Palmeira e Rio Branco do Sul;

- 56.<sup>a</sup>) Comarcas de Castro, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Sengês;
- 57.<sup>a</sup>) Comarcas de Goio-Erê e Alto Piquiri;
- 58.<sup>a</sup>) Comarcas de Irati, Imbituva, Ipiranga, Rebouças e Teixeira Soares;
- 59.<sup>a</sup>) Comarcas da Lapa, Rio Negro, São João do Triunfo e São Mateus do Sul;
- 60.<sup>a</sup>) Comarcas de Loanda, Nova Londrina e Santa Izabel do Ivaí;
- 61.<sup>a</sup>) Comarcas de Nova Esperança, Colorado, Mandaguáçu, Marialva e Parancity;
- 62.<sup>a</sup>) Comarcas de Santo Antonio da Platina, Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal;
- 63.<sup>a</sup>) Comarcas de Santo Antonio do Sudoeste, Barracão e Capanema;
- 64.<sup>a</sup>) Comarcas de Telêmaco Borba, Curiuva, Reserva e Tibagi;
- 65.<sup>a</sup>) Comarcas de Wenceslau Braz, Ibaiti, Siqueira Campos e Tomazina.

Art. 211 - As Comarcas e seus Distritos são os seguintes:

- 1) ALTÔNIA: compreendendo o Distrito da sede;
- 2) ALTO PARANÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Maria e Maristela (Município de Alto Paraná), de Santo Antonio do Caiuá e de São João do Caiuá (Municípios do mesmo nome);
- 3) ALTO PIQUIRI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Brasilândia, Paulistânia, Mirante do Piquiri e Saltinho do Oeste (Município de Alto Piquiri);
- 4) ANDIRÁ: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Itambaracá (Município do mesmo nome);
- 5) ANTONINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraqueçaba e Ararapira (Município de Guaraqueçaba);
- 6) APUCARANA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pirapó e São Pedro (Município de Apucarana), de Cambira e Itacolmi (Município de Cambira);
- 7) ARAPONGAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sabaudia e Bom Progresso (Município de Sabaudia);
- 8) ARAUCÁRIA: compreendendo a sede e o Distrito judiciário de Guajuvira (Município de Araucária);
- 9) ASSAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova América da Colina e São Sebastião da Amoreira (Municípios do mesmo nome);
- 10) ASSIS CHATEAUBRIAND: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Tupãsi e Bragantina (Município de Assis Chateaubriand);
- 11) ASTORGA: Compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Zélia, Içara e Tupinambá (Município de Astorga), de Munhoz de Melo e Fernão Dias (Município de Munhoz de Melo), e de Iguaraçu e de Ângulo (Município de Iguaraçu), de Santa Fé e

Flórida (Municípios do mesmo nome);

12) BANDEIRANTES: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nossa Senhora da Candelária (Município de Bandeirantes) e de Santa Amélia (Município do mesmo nome);

13) BARBOSA FERRAZ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Curiúlia, Pocinho, Tereza Breda e Corumbataí do Sul (Município de Barbosa Ferraz);

14) BARRACÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Salgado Filho, São Sebastião da Bela Vista e Flor da Serra (Município de Salgado Filho);

15) BELA VISTA DO PARAÍSO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Margarida (Município de Bela Vista do Paraíso) de Alvorada do Sul e Esperança do Norte (Município de Alvorada do Sul);

16) BOCAIUVA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquês de Abrantes (Município de Bocaiuva do Sul) e de Adrianópolis (Município do mesmo nome);

17) CAMBARÁ: compreendendo o Distrito da sede;

18) CAMBÉ. compreendendo a sede e o Distrito de Prata (Município de Cambé);

19) CAMPO LARGO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Três Córregos e Bateias (Município de Campo Largo), de Balsa Nova e São Luiz do Purunã (Município de Balsa Nova);

20) CAMPO MOURÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Farol, Piquirivaí e Luisiana (Município de Campo Mourão), de Mamborê e Juranda (Município de Mamborê), de Janiópolis e Arapuã (Município de Janiópolis), Iretama, Roncador e Boa Esperança (Municípios do mesmo nome);

21) CÂNDIDO DE ABREU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Tereza Cristina e Três Bicos (Município de Cândido de Abreu);

22) CAPANEMA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz, Alto Faraday e Cristo Rei (Município de Capanema); Pérola D'Oeste, Bela Vista e Concio-lândia (Município de Pérola D'Oeste), de Planalto, Centro Novo e Valério (Município de Planalto);

23) CARLÓPOLIS: compreendendo o Distrito da Sede;

24) CASCAVEL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cafelândia D'Oeste e Santa Tereza (Município de Cascavel), de Catanduvas, Ibema e Três Barras (Município de Catanduvas), de Capitão Leônidas Marques, Santa Lúcia e Boa Vista da Aparecida (Município de Capitão Leônidas Marques);

25) CASTRO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Socavão, Abapã e Carambei (Município de Castro);

26) CERRO AZUL: compreendendo a sede e

Distrito Judiciário de Varzeão (Município de Cerro Azul);

27) CHOPINZINHO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz D'Oeste, São Francisco, Sede Sulina e Saudades (Município de Chopinzinho), São Jorge D'Oeste, doutor Antonio Paranhos, Iolópolis e Sede Nova Sant'Ana (Município de São Jorge D'Oeste) de São João, Vila Paraíso, Dois Irmãos e Nova Lourdes (Município de São João);

28) CIANORTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Lourenço (Município de Cianorte), de Indianópolis e São Manoel (Município de Indianópolis), de Juçara, São Tomé e Japurá (Município do mesmo nome);

29) CIDADE GAÚCHA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Rondon e Bernardelli (Município de Rondon), de Guaporema, Tapira e Nova Olímpia (Município do mesmo nome);

30) CLEVELÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz e Cel. Firmino Martins (Município de Clevelândia e de Mariópolis (Município do mesmo nome);

31) COLOMBO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraituba (Município de Colombo);

32) COLORADO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Alegre (Município de Colorado), de Nossa Senhora das Graças e Mendeslândia (Município de Nossa Senhora das Graças), de Itaguajé, Lobato, Santa Inês e de Santo Inácio (Municípios do mesmo nome);

33) CONGONHINHAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Francisco do Imbaú (Município de Congonhinas), de Santo Antonio do Paraíso e São Judas Tadeu (Município de Santo Antonio do Paraíso);

34) CORBÉLIA: compreendendo o Distrito da sede;

35) CORNÉLIO PROCÓPIO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Congonhas (Município de Cornélio Procópio), Leopólis e Jandinópolis (Município de Leopólis) e de Sertaneja (Município do mesmo nome);

36) CORONEL VIVIDA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Vista Alegre (Município de Coronel Vivida), de Mangueirinha, Covó e Honório Serpa (Município de Mangueirinha);

37) CRUZEIRO DO OESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mariluz e São Luiz (Município de Mariluz), de Tapejara e Bela Vista de Tapiracuí (Município de Tapejara), de Tuneiras do Oeste; Aparecida do Oeste e Marabá (Município de Tuneiras do Oeste);

38) CURITIBA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cajuru, Por-

tão, Santa Felicidade. Santa Quitéria, São Casemiro Taboão, Tatuquara, Umbará, Uberaba, Boqueirão, Campo Comprido, Mercês, Pinheirinho, Bacacheri e Barreirinha (Município de Curitiba);

39) CURIÚVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alecrim e Figueira (Município de Curiúva) e de Sapopema (Município do mesmo nome);

40) DOIS VIZINHOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu (Município de Dois Vizinhos), de Salto do Lontra e Nova Prata (Município de Salto do Lontra);

41) ENGENHEIRO BELTRÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Triângulo, Sertãozinho, Figueira do Oeste, Ivaílândia e Sussuí (Município de Engenheiro Beltrão), de Fênix, Bela Vista do Ivaí e Porteira Preta (Município de Fênix) e de Quinta do Sol (Município do mesmo nome);

42) FAXINAL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Borrazópolis, (Município do mesmo nome);

43) FORMOSA DO OESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jesuítas (Município de Formosa do Oeste), de Nova Aurora e Palmitópolis (Municípios do mesmo nome);

44) FOZ DO IGUAÇU: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Terezinha (Município de Foz do Iguaçu);

45) FRANCISCO BELTRÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova Concórdia (Município de Francisco Beltrão), de Enéas Marques, Pinhalzinho, Nova Esperança e Vista Alegre (Município de Enéas Marques), de Renascença, Baulândia e Canela (Município de Renascença) e de Marmeleiro (Município do mesmo nome);

46) GOIO-ERÊ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaracatiá, Paraná do Oeste e Quarto Centenário (Município de Goio-Erê) e de Moreira Salles (Município do mesmo nome);

47) GRANDES RIOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ribeirão Bonito, Rio Branco e Rosário (Município de Grandes Rios);

48) GUAÍRA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Doutor Oliveira Castro (Município de Guaíra);

49) GUARAPUAVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquinho, Pinhalzinho, Campina do Simão, Goioxim, Santa Galo, Paz, Carro Quebrado, Turvo, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guará e Jordão (Município de Guarapuava), de Pinhão, Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (Município de Pinhão);

50) GUARANIAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bormann, Dia-

mante, Guaporé e Campo Bonito (Município de Guaraniaçu);

51) IBAITI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Euzébio de Oliveira, Vila Guay, Vassoural e Amorinha (Município de Ibaiti); de Japira e Nova Jardim (Município de Japira), e de Conselheiro Mayrink (Município do mesmo nome);

52) IBIPORÃ: compreendendo o Distrito da sede;

53) IMBITUVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaramiranga e Apiabã (Município de Imbituva);

54) IPIRANGA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários do Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí);

55) IPORÃ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cafezal e Oroite (Município de Iporã), de Francisco Alves e Rio Bonito (Município de Francisco Alves);

56) IRATI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaramirin e Cadeadinho (Município de Irati) e de Inácio Martins (Município do mesmo nome);

57) IVAIPORÃ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Arapuã, Romeópolis, Alto Porã, Ariranha e Jacutinga (Município de Ivaiporã), de Jardim Alegre e Ubã do Sul (Município de Jardim Alegre), de Manoel Ribas e Barra de Santa Salete (Município de Manoel Ribas);

58) JACAREZINHO: compreendendo a sede e o Distrito de Barra do Jacaré (Município do mesmo nome);

59) JAGUAPITÃ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraci e Bentópolis (Município de Guaraci) e de Cafeara (Município do mesmo nome);

60) JAGUARIAIVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Eduardo Xavier da Silva (Município de Jaguariaiva), de Arapoti, Calógeras e Caratuva (Município de Arapoti);

61) JANDAIA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São José (Município de Jandaia do Sul), Kaloré e Juciara (Município de Kaloré), de bom Sucesso, Marumbi e São Pedro do Ivaí (Município do mesmo nome);

62) JOAQUIM TÁVORA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de João e São Roque do Pinhal (Município de Joaquim Távora), de Quatiguá e Guapirama (Municípios do mesmo nome);

63) LAPA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Água Azul (Município da Lapa), de Contenda e Catanduvas do Sul (Município de Contenda), e de Antonio Olinto (Município do mesmo nome);

64) LARANJEIRAS DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Herveira, Vila Nova Laranjeiras, Virmond, Rio Bonito, Barreirinho, Rio da Prata, Porto Santana e Guarani da Estratégica (Município de Laranjeiras do Sul), de Quedas do

Íguaçu e Espigão Alto (Município de Quedas do Iguaçu);

65) LOANDA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Pedro do Paraná e Porto São José (Município de São Pedro do Paraná), de Querência do Norte, Santa Cruz do Monte Castelo e Porto Rico (Municípios do mesmo nome);

66) LONDRINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luiz, Tamarana, Maravilha e Warta (Município de Londrina);

67) MALLET: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Dorizon e Rio Claro do Sul (Município de Mallet), de Paulo Frontin e Vera Guarani (Município de Paulo Frontin);

68) MANDAGUAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pulinópolis (Município de Mandaguaçu), de São Jorge e Copacabana do Norte (Município de São Jorge) e de Ourizona (Município do mesmo nome);

69) MANDAGUARI: compreendendo o Distrito da sede;

70) MARECHAL CÂNDIDO RONDON: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Margarida, Porto Mendes, Pato Bragado, Vila Mercedes e Quatro Pontos (Município de Marechal Cândido Rondon);

71) MARIALVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidabã, Sarandi, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva) e de Itambé (Município do mesmo nome);

72) MARILÂNDIA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Rio Bom, Santo Antonio do Palmital (Município de Rio Bom) e de Califórnia (Município do mesmo nome);

73) MARINGÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Iguatemi e Floriano (Município de Maringá), de Paissandu e Água Boa (Município de Paissandu), de Doutor Camargo, Floresta e Ivatuba (Municípios do mesmo nome);

74) MATELÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Céu Azul e Vera Cruz do Oeste (Município de Céu Azul);

75) MEDIANEIRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Flor da Serra, Jardinópolis e Missal (Município de Medianeira);

76) MORRETES: compreendendo o Distrito da Sede;

77) NOVA ESPERANÇA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barão de Lucena e Ivaitinga (Município de Nova Esperança) Florai e Nova Bilac (Município de Florai), de Atalaia, Uniflor e Presidente Castelo Branco (Município do mesmo nome);

78) NOVA FÁTIMA: compreendendo o Distrito da sede;

79) NOVA LONDRINA: compreendendo a se-

- de e os Distritos Judiciários de Cintra Pimentel (Município de Nova Londrina), Itaúna do Sul, Marilena e Diamante do Norte (Municípios do mesmo nome);
- 80) PALMAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Coronel Domingos Soares, Francisco Frederico Teixeira Guimarães, Ubaldino Taques e padre Ponciano (Município de Palmas);
- 81) PALMEIRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Papagaios Novos (Município de Palmeira) e de Porto Amazonas (Município do mesmo nome);
- 82) PALMITAL: compreendendo a sede e os Distritos judiciários de Laranjal e Altamira (Município de Palmital);
- 83) PALOTINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Vila Maripa, São Camilo e Pérola Independente (Município de Palotina);
- 84) PARAISO DO NORTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mirador e São Carlos do Ivaí (Municípios do mesmo nome);
- 85) PARANACITY: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Florópolis e Silva Jardim (Município de Paracity), de Inajá, Paranapoema, Jardim Olinda e Cruzeiro do Sul (Município do mesmo nome);
- 86) PARANAGUÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alexandra (Município de Paranaguá) e de Matinhos (Município do mesmo nome);
- 87) PARANAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Graciosa, Deputado José Afonso, Sumaré (Município de Paranaí), de Amaporã e Nordestina (Município de Amaporã), de Guairacá, Tamboara e Nova Aliança do Ivaí (Municípios do mesmo nome);
- 88) PATO BRANCO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bom Sucesso (Município de Pato Branco), de Verê e Sede Progresso (Município de Verê), de Itapejara do Oeste e Vitorino (Município do mesmo nome);
- 89) PEABIRU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Terra Boa e Malu (Município de Terra Boa), de Araruna e São Vicente (Município de Araruna);
- 90) PÉROLA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Boa Esperança (Município de Pérola);
- 91) PIRAÍ DO SUL: compreendendo o Distrito da Sede;
- 92) PIRAQUARA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pinhais (Município de Piraquara), de Campina Grande do Sul e Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), de Quatro Barras e Borda do Campo (Município de Quatro Barras);
- 93) PITANGA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Boa Ventura, Nova Tebas, São José, Santa Maria e Mato Rico (Município de Pitanga);
- 94) PONTA GROSSA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itaiacoca, Guaragi, Piriquitos e Uvaia (Município de Ponta Grossa);
- 95) PORECATU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Centenário do Sul, Mirassella e Prado Ferreira (Município de Mirassella), de Florestópolis e Lupionópolis (Municípios do mesmo nome);
- 96) PRIMEIRO DE MAIO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Ibiaci (Município de Primeiro de Maio);
- 97) PRUDENTÓPOLIS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaciaba e Patos Velhos (Município de Prudentópolis);
- 98) REALEZA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marmelândia (Município de Realeza), de Santa Isabel do Oeste e Rio da Prata (Município de Santa Isabel do Oeste) e de Ampère (Município do mesmo nome);
- 99) REBOUÇAS: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Rio Azul (Município do mesmo nome);
- 100) RESERVA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de José Lacerda e Rio Novo (Município de Reserva);
- 101) RIBEIRÃO CLARO: compreendendo o Distrito da sede;
- 102) RIBEIRÃO DO PINHAL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Abatiã e Jundiá do Sul (Municípios do mesmo nome);
- 103) RIO BRANCO DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul), de Almirante Tamandaré, Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré);
- 104) RIO NEGRO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Quitandinha e Lagoa Verde (Município de Quitandinha), de Piên e Campo Tenente (Municípios do mesmo nome);
- 105) ROLÂNDIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Martinho, Pitangueira e Nossa Senhora da Aparecida (Município de Rolândia);
- 106) SANTA HELENA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de São Clemente (Município de Santa Helena);
- 107) SANTA ISABEL DO IVAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Mônica e São José do Ivaí (Município de Santa Isabel do Ivaí) e de Planaltina do Paraná (Município do mesmo nome);
- 108) SANTA MARIANA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Panema e Quinzópolis (Município de Santa Mariana);
- 109) SANTO ANTONIO DA PLATINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Monte Real e Conselheiro Zacarias (Município de Santo Antonio da Platina);
- 110) SANTO ANTONIO DO SUDOESTE: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários



rios de Pranchita e Pinhal de São Bento (Município de Santo Antonio do Sudoeste);

111) SÃO JERÔNIMO DA SERRA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São João do Pinhal e Terra Nova (Município de São Jerônimo da Serra), de Santa Cecília do Pavão e Santa Bárbara (Município de Santa Cecília do Pavão);;

112) SÃO JOÃO DO IVAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lunardelli e Ubaunã (Município de São João do Ivaí);

113) SÃO JOÃO DO TRIUNFO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Palmira (Município de São João do Triunfo);

114) SÃO JOSÉ DOS PINHAIS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Campo Largo da Roseira e Colônia Murici (Município de São José dos Pinhais), de Guaratuba e Pedra Branca de Araraquara (Município de Guaratuba), de Mandirituba e Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba), de Tijucas do Sul e Agudos do Sul (Município do mesmo nome);

115) SÃO MATEUS DO SUL: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Fluvópolis (Município de São Mateus do Sul);

116) SÃO MIGUEL DO IGUAÇU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itacoará e Aurora do Iguaçu (Município de São Miguel do Iguaçu);

117) SENGÊS: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Reianópolis (Município de Sengês);

118) SERTANÓPOLIS: compreendendo o Distrito da sede;

119) SIQUEIRA CAMPOS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marimbondo (Município de Siqueira Campos) e Salto do Itararé (Município do mesmo nome);

120) TEIXEIRA SOARES: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraúna (Município de Teixeira Soares);

121) TELÊMACO BORBA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ortigueira, Barreiro, Lageado Bonito, Manjolinho e Natingui (Município de Ortigueira);

122) TERRA RICA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Adhemar de Barros (Município de Terra Rica);

123) TERRA ROXA DO OESTE: compreendendo o Distrito da sede;

124) TIBAGI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Amparo e Ventania (Municípios de Tibagi);

125) TOLEDO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Novo Sarandi, Vila Nova e Ouro Verde (Município de Toledo), de Nova Santa Rosa e Alto Santa Fé (Município de Nova Santa Rosa);

126) TOMAZINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sapé (Município de Tomazina), de Pinhalão e Lavrinha (Município de Pinhalão) e de Jaboti (Muni-

cípio do mesmo nome:

127) UBIRATÃ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Yolanda (Município de Ubiratã) de Campina da Lagoa, Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa), de Nova Cantu, Gere-mias Lunardelli e Santo Rei (Município de Nova Cantu);

128) UMUARAMA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ivaté, Santa Elisa, Serra dos Dourados, Lovat e Perobal (Município de Umuarama), de Maria Helena, Douradinha e Herculanã (Município de Maria Helena), de Icaraíma, Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma);

129) UNIÃO DA VITÓRIA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Domingos e São Cristóvão (Município de União da Vitória), de General Carneiro e Jangada do Sul (Município de General Carneiro), de Cruz Machado e Santa Ana (Município de Cruz Machado), de Bituruna, Paula Freitas e Porto Vitória (Municípios do mesmo nome);

130) URAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Norte (Município de Uraí), e Jataizinho, Frei Timóteo e São João (Município de Jataizinho) e de Rancho Alegre (Município do mesmo nome);

131) WENCESLAU BRAZ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São José da Boa Vista e Santa Ana do Itararé (Município do mesmo nome);

132) XAMBRE: compreendendo o Distrito da sede.

Art.219.....

I. 18 Varas Cíveis não especializadas.

II.3 Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo.

III. 4 Varas de Família.

IV. 1 Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho.

V. 4 Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas.

VI. 1 Vara de Menores.

VII. 11 Varas Criminais não Especializadas.

VIII. 1 Vara do Tribunal do Júri.

IX. 2 Varas dos Delitos de Trânsito.

X. 1 Vara das Execuções Penais e Corregedorias dos Presídios.

XI. 1 Vara da Auditoria da Justiça Militar.

Art.220. ....

Parágrafo Único: Aos Juizes das Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo, de 1.<sup>a</sup> a 3.<sup>a</sup> compete, por distribuição, o conhecimento, processo e julgamento das causas em que a legislação determinar a observância de procedimento sumaríssimo, ressalvada, também, a competência das Varas Especializadas.

Art.229. Ao Juízo da Vara de Auditoria da Justiça militar compete processar e



julgar os crimes militares, na conformidade do disposto no artigo 58 deste Código.

Art. 235. ....

I. NO FORO JUDICIAL:

- a) trinta (30) Escrivanias do Cível, incluídas as especializadas;
- b) dezesseis (16) Escrivanias do Crime, incluídas as especializadas;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) quatro (4) Ofícios de Avaliador;
- e) três (3) Ofícios de Distribuidor, Contador, Partidor e Depositário Público, com as atribuições seguintes:

1.º Ofício: Varas de Família; Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas; Varas de Registros Públicos e Acidentes do trabalho; Varas Criminais, de 1.ª a 16.ª; Tabelionatos de Notas de 8.º a 12.º;

2.º Ofício: Varas Cíveis de 1.ª a 18.ª; Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo de 1.ª a 3.ª; Tabelionatos de Notas, de 1.º a 7.º;

3.º Ofício: Distribuição de títulos:  
- relativos a direitos reais imobiliários, que se destinem à matrícula nos Ofícios de Registros de Imóveis;  
- de crédito, que se destinem aos Ofícios de Protestos de Títulos;

f) cinco (5) Comissários de Vigilância;

g) dois (2) Porteiros de Auditórios;

h) cento e dois (102) Oficiais de Justiça;

i) trinta e quatro (34) Auxiliares de Cartório;

II. ....  
....."

Art. 2.º Ficam criadas na comarca de Curitiba três (3) Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo.

Parágrafo Único. Até a instalação das Varas criadas por este artigo, as causas de procedimento sumaríssimo distribuídas às Varas Cíveis de 1.ª a 18.ª continuarão sendo da competência destas, até final Julgamento, vedada a redistribuição.

Art. 3.º Ficam criadas na entrância inicial, as seguintes Comarcas:

I. Piraquara: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pinhais (Município de Piraquara), de Campina Grande do Sul e Paíol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), de Quatro Barras a Borda do Campo (Município de Quatro Barras);

II. Rio Branco do Sul: compreendendo a sede e dos Distritos Judiciários de Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul), de Almirante Tamandaré, Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré).

Art. 4.º Fica criado no Município e Comarca de Grandes Rios o Distrito Judiciário de Rosário, com a delimitação territorial do distrito administrativo previsto

em lei.

Parágrafo Único. Fica assegurado ao titular da Escrivania do Distrito Judiciário de Rio Branco, Comarca de Grandes Rios, o direito de opção à Escrivania do Distrito criado por este artigo, pelo prazo de vinte (20) dias a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 5.º Ficam extintas as Escrivanias Distritais de Piraquara e Rio Branco do Sul a partir da instalação das respectivas Comarcas.

Parágrafo Único. Aos titulares das Escrivanias de que trata este artigo fica assegurado o direito de opção pelo respectivo Tabelionato de Notas ou Ofício de Registro Cível, de Nascimento, Casamentos e Óbitos, a ser manifestado no prazo de vinte (20) dias, contados do edital de chamamento para instalação da Comarca.

Art. 6.º Ficam criados os seguintes Cargos e Ofícios:

I- Na segunda instância:

- cinco (5) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada;

II- Na entrância final:

- três (3) cargos de Juiz de Direito;

III- Na entrância inicial:

- dois (2) cargos de Juiz de Direito;

IV- Na entrância final-foro judicial:

a) Comarca de Curitiba:

- três cargos de Escrivão Cível

- seis (6) cargos de Oficial de Justiça

V- Na entrância inicial-foro judicial:

a) Na Comarca de Piraquara:

- um (1) cargo de Escrivão do Cível;

- um (1) cargo de Escrivão do Crime;

- um (1) cargo de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;

- dois (2) cargos de Oficial de Justiça;

- um (1) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;

- um (1) cargo de Servente;

b) Na Comarca de Rio Branco do Sul:

- um (1) cargo de Escrivão do Cível;

- um (1) cargo de Escrivão do Crime;

- um (1) cargo de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;

- dois (2) cargos de Oficial de Justiça;

- um (1) cargo de Auxiliar de Cartório Criminal;

- um (1) cargo de Servente;

VI- Na Entrância inicial-foro extrajudicial:

a) Na Comarca de Piraquara:

- um (1) Tabelião de Notas;

- um (1) Ofício de Protesto de Títulos;

- um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

- um (1) Ofício de Registro Civil, de nascimentos, casamentos e Óbitos;
- um (1) Ofício de Registro de Títulos e documentos;
- um (1) Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 7.º Instaladas as comarcas de Piraquara e Rio Branco do Sul, a delimitação territorial das 3.ª e 9.ª Circunscrição Imobiliária da comarca de Curitiba passará a ser a seguinte:

3.ª Circunscrição Imobiliária: inicia no cruzamento da Rua Marechal Floriano Peixoto, com rua XV de Novembro, segue por este rumo leste, até encontrar a Rua Francisco Torres, seguindo por esta até a Avenida Afonso Camargo e, por esta, até encontrar o Rio Atuba, sobe por este contornando o Município de Curitiba até encontrar o Rio Bacacheri, subindo por este até o prolongamento da Avenida Edgard Stelfeld, seguindo por esta até a BR-116 e, por esta até encontrar a Rua Fagundes Varela, seguindo por esta até o seu prolongamento, Rua Augusto Stresser, até o cruzamento com a Rua Augusto Severo, seguindo por esta até a Avenida João Gualberto e, por esta, seguindo rumo ao centro da cidade, até a Praça 19 de Dezembro, contornando-a pela face norte, até a Avenida Barão do Cerro Azul e, por esta, até a Praça Tiradentes e, por esta, segue até a Rua Marechal Floriano Peixoto, ponto de partida e, por esta, até a Rua XV de Novembro, respeitadas as divisas das circunscrições confrontantes.

9.ª Circunscrição Imobiliária: Compreende os Distritos Judiciários da Barreirinha e Santa Felicidade e o Bairro Alto, tendo a seguinte delimitação territorial: partindo do cruzamento da BR-116 com a Avenida Edgard Stelfeld, seguindo por esta até encontrar o Rio Bacacheri e, por este até encontrar o limite do Município de Curitiba com o Município de Piraquara, até encontrar o Rio Atuba (retificado), seguindo por este até o cruzamento com a BR-116, seguindo por esta, rumo oeste, até encontrar o Trevo do Atuba, contornando-o pela face sul, seguindo pela mesma rodovia até o ponto de partida, no cruzamento dessa com a Av. Edgard Stelfeld, respeitadas as divisas com as 2.ª e 3.ª Circunscrições.

Art. 8.º - Ficam transferidos de Comarca os seguintes Distritos Judiciários:

I - Piraquara e Pinhais (Município de Piraquara), Quatro Barras e Borba do Campo (Município de Quatro Barras) e Campina Grande do Sul e Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), da Comarca de Curitiba, para a de Piraquara.

II - Rio Branco do Sul e Itaperuçu (Município de Rio Branco do Sul), da Comarca de Curitiba, para a de Rio Branco do Sul.

III - Almirante Tamandaré, Campo Magro e

Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré), da Comarca de Colombo, para a de Rio Branco do Sul.

Art. 9.º - O cargo isolado de Juiz Auditor da Justiça Militar previsto na Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1.980, fica transformado em cargo de carreira de Juiz de Direito de entrância final.

Art. 10 - Os cargos de Juiz de Direito Auxiliar de entrância intermediária, previstos na Lei Estadual n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1.980, serão extintos à medida que vagarem.

Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo, que se encontrarem vagos na data da publicação desta lei, ficam extintos.

Art. 11 - Os cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária, previstos para as Comarcas de Maringá e Ponta Grossa, cujos titulares se encontrarem, excepcionalmente, no exercício de cargos de Juiz de Direito de entrância final, serão extintos à medida em que vagarem.

Art. 12 - Os efeitos financeiros decorrentes da nova redação dada por esta lei ao Art. 77, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, serão devidos a partir de 1.º de janeiro de 1984.

Art. 13 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de dezembro de 1.983  
Of. n.º 1142/83/GP

Senhor Governador:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, aprovado em sessão plenária deste Tribunal, que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, além de outras providências.

A principal preocupação do Tribunal, atento à atual conjuntura econômica do Estado, ao elaborar o texto, foi a de dotar, inicialmente, a Capital, de prestação jurisdicional mais rápida e, destarte, mais justa, com reflexo positivo no próprio conceito do Poder Judiciário perante a comunidade.

Destaco a Vossa Excelência:

1. aumento do número de Juizes do Tribunal de Alçada para vinte e um, o que propiciará maior celeridade na apreciação dos recursos de competência daquele Tribunal;

2. criação de três Varas Cíveis Privativas das Causas de Procedimento Sumaríssimo, visando alcançar os fins colimados pelo Código de Processo Civil e essa moda-

lidade de procedimentos;

3. criação das Comarcas de Piraquara e Rio Branco do Sul, antiga reivindicação dessas comunidades, em face do reconhecido progresso de tais municípios.

Por derradeiro, ressalto que medidas idênticas no sentido de agilização da Justiça serão oportunamente adotadas para o interior do Estado.

Nesse passo, esclareço a Vossa Excelência que o anteprojeto prevê a extinção, ao vagar, dos cargos de Juiz de Direito Auxiliar de entrância intermediária, bem como a transformação do cargo de Juiz Auditor da Justiça Militar em cargo de Juiz de Direito de entrância final.

São estas as considerações e justificativas que considero oportunas ao encaminhamento do anteprojeto.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Governador, minhas expressões da mais alta estima e distinta consideração.

(a) ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO

Presidente do Tribunal de Justiça

-À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Resolução N.º 01/84, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a aplicação das Dotações da Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de ANTONIO JOSÉ VIEIRA, ocorrido na cidade de Jataizinho.

O extinto, pessoa relacionada nos meios sociais e políticos daquela cidade, era Presidente da Cooperativa Agrária dos Cotonicultores de Jataizinho, tendo exercido também o cargo de Delegado de Polícia. Próspero comerciante daquela localidade, deixa viúva a Senhora Maria de Lourdes Vieira, 4 filhos e 6 netos. Seu passamento, vítima de assassinato, deixa profunda consternação nos meios sociais e políticos de Jataizinho.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) FUAD NACLI

Apoio: Francisco Escorsin.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor EUGÊNIO MALTAURO, ocorrido no dia 22, na cidade de União da Vitória; tendo em vista que o mesmo era progenitor de duas funcionárias desta Casa, Maria Maltauro e Terezinha Maltauro.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, em nossa Capital, do Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) ERVIN BONKOSKI.

#### JUSTIFICATIVA:

O extinto era natural da Lapa, onde nasceu em 19 de novembro de 1.909. Ingressou na magistratura em 1.933, após ter exercido os cargos de Promotor Adjunto e de Promotor das Comarcas de União da Vitória e São João do Triunfo, tendo ainda passado pelas Comarcas de São Mateus do Sul e Rebouças.

Francisco de Paula Xavier Filho foi nomeado Juiz de Direito em 1.938 para a Comarca de Clevelândia, promovido posteriormente para a Comarca de Prudentópolis e Jacarezinho.

Nomeado Desembargador em 18 de outubro de 1.958. Integrou por muitos anos o Conselho da Magistratura. Era Cidadão Benemérito do Paraná, título que lhe foi outorgado pela Assembléia Legislativa do Estado, em 07 de abril de 1.978.

O extinto deixa viúva a Senhora Ione Catta Preta de Paula Xavier, os filhos Ione Maria, Zeuza Francisca, Francisco Xavier e Francisco de Paula Xavier Neto, 12 netos e 4 bisnetos.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, regimentalmente REQUER, que após ouvido o competente Plenário, seja inserido na Ata

dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do antigo e eficiente funcionário do DETRAN, Senhor BOA-  
NERGES FONSECA, ocorrido ontem nesta Capi-  
tal.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja levada ao conhecimento dos fa-  
miliares, no seguinte endereço: Rua Curu-  
paíti, 1.032 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1.984.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consig-  
nação em ata dos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em 13 do corrente mês, na cidade de Marum-  
bi, do Sr. ROMÃO AGUERA.

O extinto, agricultor radicado há mui-  
ros anos naquele município, deixa lacuna irreparável, naquela cidade onde granjeou vasto círculo de amizades, deixando filhos e netos.

Requer, outrossim, que do pronuncia-  
mento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Sr. Apa-  
recido Aguera, residente em Marumbi.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia do anteprojeto de lei en-  
caminhado a esta Casa pela Mensagem Gover-  
namental n.º 01/84, já em regime de urgên-  
cia, e que trata sobre alteração da Orga-  
nização e Divisão Judiciária de nosso Es-  
tado.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ac-  
kel, de Moção de Apoio deste Poder à can-  
didatura do Dr. Pedro Ribeiro Tavares ao cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposenta-  
doria do Ministro Antonio Lamarca. Juiz do Egrégio Tribunal Regional do Tra-  
balho, da nona Região, com sede em Curiti-  
ba, Pedro Ribeiro Tavares tem obtido per-  
manentemente o respeito da sociedade para-  
naense pelo indiscutível empenho na pro-  
clamação da melhor e mais célebre justi-  
ça, visando a paz social. A postulação

unânime pelo Paraná, apoiando o nome aqui proposto, deve ser um objetivo do Estado, pelo significado que representa a presença de um ilustre paranaense no Tribunal Supe-  
rior do Trabalho. Da decisão Plenária, re-  
queiro se dê ciência ao Sr. Governador do Estado, aos Deputados Federais e aos Sena-  
dores do Paraná; aos membros do Tribunal Regional do Trabalho, da nona Região.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, seja oficiada à Secretaria de Estado da Indústria e do Co-  
mércio, no sentido de que forneça à Assem-  
bléia Legislativa as seguintes informações sobre o Programa Paranaense de Microdesti-  
larias de Alcool:

1 - Em que consiste o Programa Para-  
naense de Microdestilarias de Alcool?

2 - Quanto à tecnologia:

- qual a tecnologia utilizada?

- como foi desenvolvida?

- já foi devidamente testada, segundo os parâmetros convencionais de consistência e viabilidade econômica? E em caso positivo, quais foram os resultados?

- foi consultada a Comissão Executiva Nacional de Alcool - CENAL, a Secretaria de Tecnologia Industrial do MIC, ou o Instituto do Açúcar e do Alcool? E qual(is) o(s) parecer(es)?

3 - Quanto à implantação:

- Qual o preço de cada microdestila-  
ria?

- Quais as empresas fornecedoras dos equipamentos e segundo quais crité-  
rios foram selecionados?

- se existe um programa de crédito para o financiamento da instalação de microdestilarias, que órgão do Esta-  
do gerencia este programa?

qual a origem dos recursos?

quais os custos financeiros do fi-  
nanciamento e quais os prazos de carência e de resgate?

quais os critérios de seleção dos pretendentes

4 - Qual o custo de produção de um li-  
tro de álcool pelas microdestilarias e a que preço poderá ser vendido?

5 - Quanto à localização espacial:

- estão pré-definidos os municípios onde deverão ser implantadas as microdestilarias?

- nesta definição, foram considerados os aspectos de volume de produção de matéria-prima? E se o nível de consumo de matéria-prima das microdes-  
tilarias não afetará a demanda das

destilarias já instaladas e que precisam manter o ritmo de produção para, pelo menos, conservar o nível de empregos que já ofertam?

6 - Quanto a empregos gerados:

- quantos empregos serão gerados por uma microdestilaria, direta e indiretamente?

- qual a descrição de atividades de cada emprego?

- qual o custo de cada emprego?

7 - Quanto à comercialização do álcool:

- qual o nível de consumo próprio que está sendo considerado para a implantação de cada unidade?

- qual o volume de produção que cada unidade oferecerá ao consumo geral de combustíveis?

- este volume poderá ser vendido? Como?

8 - Quanto à defesa ecológica:

- a SUREHMA participou do programa?

- que destino será dado ao vinhoto de cada microdestilaria?

9 - Finalmente, quantas microdestilarias já estão implantadas e onde; quantas estão em face de implantação e onde; e quantas estão em face de estudos e para onde?

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### JUSTIFICATIVA:

Em que pesem positivamente os atrativos de geração de empregos através da instalação de microdestilarias de álcool, agregado ainda à perspectiva de democratização do sistema de produção de álcool, com o engajamento de pequenos investidores, ocorrem-nos, diante da disposição manifestada pelo governo de fomentar a instalação de 100 (cem) microdestilarias, sérias preocupações em relação aos investidores, pelas razões que passamos a enumerar:

- Estudos técnicos têm indicado que as microdestilarias têm um baixo índice de eficiência na extração do álcool, pois que conseguem, no máximo, 55 litros por uma tonelada de cana de açúcar, enquanto que unidades de maior escala obtêm 70 litros com igual quantidade de matéria-prima. Resultando daí uma perda de 15 litros por tonelada de cana, equivalente a 21,4%.

- O Pró-álcool concede autorização sumária para a instalação de microdestilarias, porém ainda não financia sua implementação. E recomenda sua instalação quando a produção pode ser absorvida pelo consumo próprio do produtor. Exatamente aí, depara-se com uma indagação que merece reflexão, eis que para absorver uma produção diária de 5.000 litros, seria necessária uma grande frota de tratores e caminhões,

além de motores estacionários movidos a álcool.

- Mesmo que o excedente (produção-consumo) possa ser adquirido, se-lo-á com observância às normas vigentes para a comercialização da produção global do álcool.

- Nestas circunstâncias, é de se argüir sobre se as vantagens como menor custo de investimento; matéria-prima mais barata em vista do menor raio de movimentação; aproveitamento da eventual ociosidade de áreas, equipamento e mão-de-obra; efetivamente compensam a perda de 21,4% no rendimento da produção.

- Em vista ainda dos dados técnicos segundo os quais para cada litro de álcool, a destilaria produz 13 litros de dejetos (vinhoto) altamente poluidores. Com uma produção de 5.000 litros de álcool por dia, por 100 microdestilarias, teremos, paralelamente, 6.500.000 litros de vinhoto a serem dejetados em, certamente, 100 pontos diferentes do Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de pedido de informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que informe qual o montante pago para a inserção, no jornal "o Globo", do Rio de Janeiro, edição do dia 10 de abril deste ano, de matéria publicitária do Governo do Paraná, em seis páginas, esclarecendo qual a origem dos recursos para esse pagamento e os respectivos órgãos responsáveis por essa despesa.

Ao formular o presente pedido de informações objetiva esclarecer despesa do Poder Executivo, reconhecendo o legítimo direito dos veículos de comunicação social desenvolverem sua atividade comercial.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) JORGE MAIA FILHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, solicitando a remessa de Mensagem, para que se proceda modificação na Constituição do Estado, desmembrando-se a Procuradoria Geral do Estado da Secretaria da Justiça.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Embora a Constituição do Estado possa ser emendada por iniciativa da Assembléia

Legislativa, no presente caso, a modificação pretendida envolve alterações na estrutura administrativa da Secretaria da Justiça e Procuradoria Geral do Estado.

Temos ciência de que estudos abordando essa matéria, já foram encaminhados à Assessoria da Casa Civil.

Assim sendo, desde que não basta que se modifique o texto do artigo 59 da Constituição Estadual, pois outros dispositivos também regem a matéria, cremos ser necessário o prévio pronunciamento do Poder Executivo sobre o assunto.

Vários entraves à administração estão surgindo, à falta de uma definição da atribuição desses dois órgãos da administração, tais como a elaboração do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado e o Programa de Assistência Judiciária aos carentes, uma das metas prioritárias deste Governo.

Estes, os motivos que nos levam a solicitar que a iniciativa dessa Emenda parta do Poder Executivo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que seja autorizada, após levantamentos, a recuperação de uma quadra de esportes existente no Colégio 14 de Dezembro na municipalidade de Peabiru.

É bastante precária as condições da cancha no Colégio 14 de Dezembro, cujos aspectos gerais têm, inclusive, impedido o seu uso por parte dos estudantes e professores. Ademais, sua recuperação não pode ser feita por parte daquele estabelecimento educacional, uma vez que o mesmo não tem disponibilidade de recursos financeiros.

Neste sentido, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Administração e EMOPAR, o apoio necessário na recuperação da cancha, o que sem dúvida, virá eliminar os problemas atualmente verificados.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, soli-

citando informações a respeito de denúncias formuladas sobre o não pagamento dos adicionais de insalubridade, risco de vida e horas extras a ser pago aos serventuários do Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(aa) NILSO SGUAREZI - Líder do PMDB

MÁRIO PEREIRA - Vice-Líder do PMDB

TADEU LÚCIO MACHADO - Vice-Líder do PMDB

#### JUSTIFICATIVA:

Tivemos conhecimento, através de denúncias formuladas pelo Vereador Massami Takayama, da Câmara Municipal de Paranaguá, do descumprimento da legislação trabalhista que obriga ao pagamento de adicionais em determinados fatores. E o que seria pior, que ao procurarem reclamar seus direitos, esses trabalhadores teriam sido ameaçados com retaliações por tal atitude. Portanto, no interesse de que seja devidamente esclarecida tal situação, é que fazemos tal pedido.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido de que seja urgenciado a implantação da rede de distribuição de água para o Distrito de Jaracatiá, pertencente a municipalidade de Goio-Erê.

Atualmente, tem sido grande o número de reclamações feitas por parte dos que residem naquela localidade, no que diz respeito à rede de água. Existe já devidamente perfurado um poço artesiano com grande capacidade, há bastante tempo, faltando neste sentido, apenas a implantação da ligação para a distribuição do precioso líquido.

Em face de tal realidade, o conjunto de moradores pede à essa Secretaria de Estado do Interior e SANEPAR, a máxima urgência no término de importante obra, uma vez que a concretização da referida, virá seguramente, trazer grandes benefícios.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Sr. Secretária de Estado da Educação, encarecendo a destinação de um micro-ônibus para o transporte de estu-

dantes pertencentes a rede de ensino do Distrito de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz.

De iniciativa do suplente de Vereador, Senhor Jair Cândido Almeida, do PMDB, este afirma ser imprescindível que seja doado para aquela localidade, um micro-ônibus, vindo resolver grandioso problema existente, ou seja: é grande o número de alunos que para chegar à sua escola, tem que caminhar longas distâncias, que aliados a outros problemas, tem refletido na desistência de muitos destes.

Em razão de tal iniciativa, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado, que avalie a possibilidade de atender o que ora é exposto, vindo a facilitar em todos os sentidos, o deslocamento do estudantado daquele populoso distrito.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de um mini-posto para a localidade de Rio Verde, pertencente à municipalidade de Juranda.

Tal pedido visa dotar aquela localidade de um atendimento condizente com suas reais necessidades, no que se refere à saúde preventiva bem como a de primeiros socorros. Ademais, o crescimento populacional de Rio Verde faz com que se chegue à conclusão de que é imprescindível a criação e instalação do referido mini-posto, vindo a atender especificamente, os habitantes de menor poder aquisitivo (os trabalhadores rurais).

Os motivos ora apresentados, merecerão por certo, dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, o desenvolvimento profundo quanto ao assunto mencionado, onde espera-se o melhor encaminhamento.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, solicitando imediatas providências daquele órgão visando o asfaltamento da estrada que liga Florestópolis à rodovia de ligação entre Bela Vista do Paraíso e Alvorada.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz a fim de atender a antiga reivindicação da laboriosa população de Florestópolis, que necessita essa melhoria a fim de dotar aquela rica região de nosso Estado com uma ligação mais condizente e que venha facilitar o escoamento dos produtos agrícolas ali produzidos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente à Sua Excelência, o Senhor Secretário dos Transportes, Deputado Deni Schwartz, solicitando imediatas providências daquele órgão visando o asfaltamento da rodovia entre Braganey e Iguatu passando por Longuinópolis.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

A solicitação aqui apresentada se faz para atender às reivindicações daquela laboriosa população que vem passando por sérias dificuldades nos transportes das safras agrícolas ali produzidas, face ao mau estado de conservação da citada rodovia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regulamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Dr. Deni Schwartz, solicitando providências e recursos objetivando construir uma ponte sobre o Rio das Antas na localidade de Vista Alegre - Município de Cascavel; pede ainda o envio de cópia do presente requerimento ao Prefeito de Cascavel, na Av. Paraná, 2666 e ao Sr. Dario Grando na Av. Paraná, 130 em Cascavel.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

A referida ponte foi levada por enchentes desde o mês de junho de 1983. Sua falta produz dificuldades na produção agrícola tão importante para aquela região.

A construção é solicitada pelos agricultores, uma vez que está sendo prejudicado o transporte da produção; e a Prefeitura Municipal de Cascavel alega tratar-se de obra a cargo do Governo do Estado.



REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário seja encaminhado proposição ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração e ao Ilustríssimo Senhor Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, para que seja imediatamente instalado na cidade de Ponta Grossa um estabelecimento farmacêutico do IPE.

A necessidade da farmácia acima proposta está diretamente relacionada a 7.643 servidores do Estado do Paraná lotados nos vários órgãos do Município de Ponta Grossa e região, com uma média de consultas de 2.973, pois a Coordenadoria Regional daquele Instituto de Previdência e Assistência aos funcionários públicos abrange, além de Ponta Grossa, mais 20 municípios circunvizinhos: Arapoti, Cândido de Abreu, Curiúva, Castro, Grandes Rios, Irati, Ivaí, Ipiranga, Imbituva, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Prudentópolis, Palmeira, Reserva, São José da Boa Vista, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi, Teixeira Soares e Ventania.

Outrossim, entende este Deputado que o benefício do atendimento do estabelecimento farmacêutico deve ser estendido também ao interior do Estado, principalmente às cidades polos de desenvolvimento sócio-econômicos de maior porte, como a cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais desta Casa, dos artigos "Sustação de Processo Criminal Contra o Líder da Oposição" de autoria do advogado René Ariel Dotti, publicado na edição do dia 23 do corrente no jornal Gazeta do Povo, e do jornalista Enock de Lima Pereira, sob o título "O Legislativo de Joelhos", publicado na edição do dia 22 deste mês, no jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 89/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - As cantinas da rede oficial de ensino de primeiro segundo graus, terão a finalidade de atender aos estudantes,

sem fins lucrativos.

Art. 2.º - O funcionamento das cantinas ficará sob responsabilidade da direção dos estabelecimentos de ensino, em conjunto com os grêmios estudantis, ou das representações de turma, não sendo permitido tal encargo a particulares.

Art. 3.º - Os funcionários responsáveis pelo atendimento das cantinas serão remunerados pelas direções dos respectivos estabelecimentos de ensino, ficando estas proibidas de adotarem qualquer tipo de comissão sobre os produtos vendidos.

Art. 4.º - Os preços dos lanches a serem vendidos aos estudantes não poderão ser superiores ao preço do produto empregado, ou seja, preço de custo.

Art. 5.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Projeto de lei que dispõe sobre o funcionamento das cantinas nas escolas da rede oficial de ensino de primeiro e segundo graus.

A estrutura de ensino, no Brasil, reflexo da malfadada reforma educacional, copiada nos moldes norte-americano, desencadeou, após o ano de 1967, o início da falência do sistema educacional brasileiro, atrelando-o a interesses alienígenas e da iniciativa privada, que a custa da exploração, elitiza e marginaliza milhões de brasileiros hoje, fora dos bancos escolares.

Nós, que sempre nos pautamos na luta pelo ensino público e gratuito, não podemos de maneira alguma, pactuar com o atual quadro; é também preocupação do nosso governo participativo, o empenho no sentido de transformar essa realidade e extirpar os vícios, decorrentes desse período, que vem descaracterizando o sentido da gratuidade do ensino público.

Exemplo disso são as cobranças abusivas de taxas e explorações de outras naturezas, como é o caso das cantinas nas escolas da rede oficial de ensino.

Não obstante estarem instaladas em espaços públicos, a grande maioria das cantinas são exploradas por particulares, ampliando-se a margem de lucros.

Pretendemos, com o presente projeto de lei, regularizar a utilização e funcionamento das cantinas, visando primordialmente o seu caráter social, para que venham a atender efetivamente os estudantes, sem fins lucrativos, preenchendo assim, esta lacuna.

Temos a certeza da fundamental contribuição no que tange também à alimentação dos alunos, os quais em grande parte ca-

rentes financeiramente, sem ter sequer, o mínimo de alimentos essenciais em suas casas; estes geralmente, na dependência do alimento que lhes é fornecido precariamente, recorrem às cantinas, que via de regra, estão mal servidas e cobrando preços abusivos.

Outrossim, aprovado o presente projeto de lei, estaremos atendendo à uma justa reivindicação da UPES - União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Graus.

Finalmente, conclamamos os nobres pares para que dêem seu apoio à esta proposta de transformação, no sentido de que passe a vigir sob a forma de lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 90/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE custeará integralmente as despesas médico-hospitalares, em acomodação individual com direito a acompanhante, dos integrantes da Polícia Civil internados em consequência de ferimentos sofridos durante o desempenho de suas funções.

Parágrafo Único - Se o internamento for de urgência em estabelecimento hospitalar não credenciado, o IPE tomará imediatas providências destinadas a regularizá-los.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23/04/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Estou absolutamente certo de que ninguém fará qualquer objeção à presente iniciativa, pois os policiais feridos no cumprimento da nobilitante função, contam com a simpatia da população em geral. Nestes dias de insegurança que vive a cidade e que se expande até as áreas rurais, o policial vive em constante risco de vida, já que sua profissão o expõe permanentemente. Nada mais justo do que assegurar-lhe uma assistência médico-hospitalar condigna. Não é muito, porém, talvez a alta conta em que o Poder Público inscreve a briosa categoria profissional dos Agentes da Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Baggio, inscrito.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna para defender o Programa Paranaense de Microdestilarias, e só posso debitar à incompetência, o fato de que existe gente contra esse projeto do Governador José Richa. Temos visto pessoas criticando o programa porque irá deslocar área de produção de alimentos, mas sob outro ângulo, as mesmas pessoas que a implantação de microdestilarias não irá gerar empregos na área agrícola, uma vez que a preferência na implantação observará plantios já existentes e que não estejam sendo explorados racionalmente.

Esse críticos têm que se decidir, deslocar, ou não áreas de produção de alimentos. A minha região do Arenito do Caiuá foi priorizada para implantação das microdestilarias. Caso todas as cem primeiras unidades fossem montadas naquela região, estariam utilizando apenas 0,08% do território paranaense, e cerca de 0,5% da região do arenito do Caiuá. Após avaliação de resultados e decidindo cumprir a implantação de mil unidades, estaríamos utilizando menos de 1% do território paranaense correspondente a 5% da região do Arenito do Caiuá.

O grande folclore, no momento, é dizer do perigo desse negócio da China, vir deslocar área de produção de alimentos para o plantio da cana. Não devemos nos esquecer de que a soja não é basicamente alimento de brasileiros, e sim produto de exportação, além do que, não produz em terras fracas.

O álcool das microdestilarias pode ser entregue ao IAA, bastando, apenas, que se proceda o registro naquele órgão.

Consideramos que vivemos sob um regime capitalista e entendendo que ninguém quer mudar o enfoque, nada mais correto que se busque no lucro a forma do empreendimento de se validar. É claro que plantar cana e colher álcool dá muito melhor resultado do que plantar soja. Para a Nação, o que é melhor? Exportar soja e importar petróleo, ou produzir aqui o nosso próprio combustível. O que o agricultor precisa realmente é ter melhores resultados em suas atividades. Não temos o direito de penalizá-lo, impondo-lhe o que nós achamos que ele deve fazer. A atividade econômica, semente boa, produz todos os dividendos sociais que buscamos. É do conhecimento de todos que o Programa Paranaense de Microdestilarias apresenta tecnologia viável e testada na prática. Até então as microdestilarias não eram viáveis tecnologicamente, mas conseguimos entender críticas ao programa que apontem, como exemplo, as unidades implantadas em Toledo e Palotina, as quais nada têm a ver com o programa paranaense.

A respeito da utilização de resíduos como atividade econômica, nada melhor do que o conceito da EMBRAPA para avaliar o

programa, desmistificando o problema da poluição ambiental. Não resta a menor dúvida de que o programa, como este, com um orçamento a custo zero para os cofres estaduais que irá gerar 40.000 novos empregos diretos e permanentes merece o apoio, a junção de força de todas as Secretarias, pois além da sua inegável criatividade está em perfeita consonância com a orientação do Governo José Richa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou nesta Casa há dezoito anos. Gestos como o que teve o Deputado Requião, na semana passada, para mim, marcam sobejamente a vida de um homem público, a vida de um Parlamentar, a vida de um Deputado. Não me recordo nesses dezoito anos, uma atitude desassombrada, corajosa, uma atitude de um deputado que destacou-se para mim, agigantou-se no seu conceito, desde que ele veio em defesa de um seu colega de outrabancada: o Deputado Luiz Alberto Oliveira, violentamente atingido pela ira de um Secretário de Estado, que pode ser do ramo, que pode ser capaz, mas não tem nada de simpático para mim, que entendeu que devia ajuizar uma ação penal contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira por ter cumprido com o seu dever, com sua obrigação. E eu não posso conceber, porque, se eu sou solidário, no episódio que foi solidário também, o bravo, o destemido Deputado Roberto Requião, se eu sou solidário também com o Deputado Luiz Alberto Oliveira, seria com qualquer Deputado da Bancada Situcionista, em circunstância adversa, porque eu acho que nós não podemos ser atingidos quando cumprimos com o dever e a obrigação. E foi atingido, mortalmente atingido, o Deputado Luiz Alberto Oliveira, que foi ao banco dos réus prestar depoimento.

Por quê? Porque ele disse uma verdade, uma verdade incontestável, e é contra essa maneira de agir do Secretário de Estado, que eu me revolto. E eu estou aqui como Deputado integrado à Bancada do PDS, dizer da minha revolta, de quanto eu lastimo que caminhamos para o caos, quando um Deputado não tem a liberdade de expressar-se em defesa dos mais legítimos interesses da causa pública.

E eu cumprimento o Deputado Requião, não intempestivamente, porque ainda acho que é oportuno cumprimentar este brilhante Deputado pela maneira desassombrada como

ele agiu, corajosa, que deve ser imitada pelos demais Parlamentares desta Casa. Eu quero apenas salientar este fato que me causou uma surpresa das mais agradáveis. Não estava aqui presente quando ele proferiu um discurso, tanto quanto é da sua posição, mas, hoje eu quero parabenizá-lo, cumprimentá-lo por ter agido com tanta bravura, com tanta independência, características que devem reger um homem público, um Deputado, um Parlamentar, desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Sérgio Spada).

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Spada) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos dando entrada hoje nesta Casa, de um requerimento endereçado ao Sr. Governador do Estado, para que justifique nesta Casa de Leis, um montante pago na inserção do jornal "O Globo" do Rio de Janeiro, no dia 10 de abril deste ano; uma matéria publicitária do Governo do Estado do Paraná, que arrolou nada menos, nada mais do que seis páginas daquele órgão de comunicação e de imprensa do Estado do Rio de Janeiro. (Lê):

"Pois é. O Senhor José Richa que sempre fez questão de afirmar que um governo não precisa fazer propaganda, porque a sua atuação fala por si mesmo, gastou dinheiro público para inserir seis páginas de matéria publicitária no jornal "O Globo", gasto esse cujo montante queremos saber, daí ter entrado com um requerimento para que se oficie ao chefe do Executivo nesse sentido.

Pois bem. Gasta esse Governo o dinheiro do povo para se promover, mas não é só por isso. Gasta para proclamar a todo o País que não confiava no funcionário público do seu Estado.

É isso mesmo, Senhor Presidente, Senhores deputados. Uma das páginas é utilizada inteiramente pelo Senhor José Calil Richa, para contar o que pretensamente fez. Só que ali, numa página inteira não conta nada, pois gasta boa parte do tempo defendendo a necessidade de se realizarem eleições diretas para Presidente, como se houvesse necessidade de se efetuar gastos públicos em matéria dessa ordem.

Mas o grave mesmo é a acusação que ele faz sobre o funcionalismo. É de estarrecer. Diz ele, textualmente, depois de ter asinalado que conseguiu cumprir algumas mestas importantes, já no primeiro ano, como garantir o 13.º salário e a semestra-

idade para os funcionários públicos. Seriam estas as metas importantes alcançadas pela administração José Calil Richa?

Pois diz ele, textualmente, "Durante a campanha, eu fazia essas promessas mas não fixava datas. Quando senti, em meados do ano passado, que a receita da arrecadação melhorava - é isto mesmo que diz o Governador, que a receita da arrecadação melhorava - quando senti que a receita da arrecadação melhorava, resolvi antecipar estas decisões porque sempre tive receio que a massa do funcionalismo boicotasse meu governo".

Não é para espantar a leviandade de uma tal afirmação? Porque o Senhor José Richa tinha receio que o funcionalismo boicotasse a sua administração, ele concedeu as vantagens por ele mesmo enunciadas, isto é o 13.<sup>o</sup> e a semestralidade.

Então não foi por uma questão de justiça que o Senhor José Calil Richa concedeu ditas vantagens, foi por temer o funcionário público. Concedeu por medo, confessou que tem medo do funcionário público, que precisa, segundo seu entendimento, ser comprado.

Governo democrático? Participativo? Aberto? É isso que é o Governo Richa, que concede vantagem ao funcionalismo por temer a ele? E ainda afirma isso numa custosa inserção, na qual não apresento nada de resultados concretos em seu primeiro ano de gestão a não ser a concessão do décimo-terceiro e da semestralidade, como se a obra administrativa se reduzisse a isso.

Tem mesmo que se preocupar o Governo com o funcionalismo, como também tem que se preocupar com toda a administração do Estado. Mas não faz isso, nem uma, nem outra coisa. Em nada beneficiou o Sr. José Richa, estão aí os celetistas para comprovar isso clamando contra o mísero aumento de 87% que tiveram de reajuste o ano passado. Estão aí os estatutários que receberam reajuste de 122,7%, quando a inflação beirou a casa dos 150%.

É muito interessante a leitura das seis páginas que custosamente o Governo pagou para fazer alarde pelo Brasil todo de sua obra.

Está lá explicado o milagre da recuperação, recuperação entre aspas das finanças do Estado. É só ler para ver como se processou o milagre, o Secretário das Finanças garantindo que não houvesse terrorismo fiscal mas arrolando toda uma enorme lista de multas aplicadas sobre os contribuintes.

Duas páginas inteiras foram dedicadas para o Governador e o seu Secretário de Finanças deitarem falação, sem mostrar o que fez de concreto a administração. E qual a necessidade de um governo veicular em um veículo de circulação nacional as ex-

celências, "excelências entre aspas" do seu trabalho?

Pobre Paraná, que tem ainda pela frente mais de dois anos e meio para suportar tamanha insensibilidade.

Muito Obrigado".

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Trajano Bastos).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Há quatro anos atrás subia a esta tribuna, precisamente dia 18 de abril de 1980, o nosso saudoso e querido Deputado Domício Scaramella, ele getulista e trabalhista que era, reverenciava a data do nascimento de Getúlio Donelles Vargas, naquela época.

Dizia o Deputado Domício Scaramella, e quero lembrar aquelas palavras dele como meu companheiro e como representante do povo sofrido deste Estado; dizia o Deputado Domício Scaramella e tenho a cópia de seu discurso: (Lê):

"Sempre nesta data, 19 de abril, eu faço aqui uma homenagem póstuma a Getúlio Vargas, e isso eu quero levar para o túmulo: a minha fidelidade e o meu respeito por aquele grande homem público.

E, se Deus quiser, aqui nesta Casa, no decorrer dos anos, há de ficar alguém que também corra em suas veias o sangue do trabalhador que este velho político, com idade avançada, sempre está prestando a um dos inesquecíveis brasileiros".

Vejam companheiros como a história e a vida nos oferece surpresas, naquele ano mesmo, no dia 14 de outubro de 1980, o Paraná perdia aquele grande paranaense e aquele representante que com dignidade sempre representou os anseios dos mais humildes nesta Casa de Leis.

Dizia Domício Scaramella: "Em nossas vidas políticas sempre tivemos o cuidado de não esquecer as datas e acontecimentos importantes que venham reavivar em nossa memória a existência de pessoas ilustres que, embora desaparecidas fisicamente de nosso convívio, encontram-se presentes em nosso meio através dos trabalhos realizados e dos exemplos deixados, exemplos esses que deveriam ser seguidos por todos os homens de boa vontade, pois refletem o verdadeiro espírito de brasilidade, o verdadeiro espírito de humanidade, pois todos foram homens que se doaram integralmente, em corpo e alma a favor das causas que interessaram mais diretamente ao povo brasileiro e à Nação".

Dizia o Deputado Domício Scaramella, ao finalizar o seu discurso: "Senhor Presidente, Senhores Deputados. Peço a Deus mais uma vez que tenha pena deste Brasil e nos dê mais um brasileiro nacionalista igual a Getúlio Dornelles Vargas não só para dirigir esta Nação, como também os Estados, para terminarem com as mordomias e para terminarem com esse menosprezo às classes menos favorecidas e para terminarem com os juros extorsivos do Banco do Brasil e para examinarem com o massacre dos impostos, para terminarem com essas taxas abusivas cobradas pelos órgãos públicos de todos os órgãos governamentais que só sabem arrecadar impostos e taxas em detrimento dos pequenos e em detrimento dos trabalhadores".

Vejam companheiros, como quatro anos depois, este documento nos serve para vermos hoje a Nação Brasileira às vésperas de um vinte e cinco de abril, em que um partido corruído pelos maus governos e aqui só faziam dezesseis anos de Revolução e hoje já se fazem passar mais quatro e já se chega a vinte anos de maus governos nesta Nação, para votar uma Emenda Constitucional, o Senhor Presidente da República, que não foi eleito pelo voto popular, que não foi eleito como Getúlio Vargas foi, está aí a baixar um ato de emergência, para tentar tirar as garantias dos brasileiros, o pouco que resta à Nação Brasileira, da liberdade de ir e vir, aí está a Nação para se deslocar a Brasília, a Goiás e outras cidades, sendo fiscalizada como se o povo brasileiro e os nossos parlamentares não tivessem liberdade de expressão e fossem ignorantes, como talvez seja o Senhor Presidente da República e talvez os homens que lá estão a lhe bajular. Por isso, Senhor Presidente, apenas para lembrar Domício Scaramella, Getúlio Vargas e lembrar a incompetência dos homens que estão a dirigir esta Nação.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati. (Ausente). Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erwin Bonkoski. (Ausente). Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Nesta hora, a apenas dois dias da votação da Emenda Constitucional DANTE DE OLIVEIRA, cumpre proceder o balizamento das condições em que esta proposta será votada pelo Congresso Nacional.

Em primeiro lugar, Senhor Presidente, verificamos, no plano econômico, o agravamento da componente inflacionária, o apro-

fundamento do processo de sucateamento da indústria nacional e a degeneração do desemprego no campo e na cidade. Sob a égide do Fundo Monetário Internacional, as autoridades federais conduzem o País à bancarrota.

No plano social, cresce a insatisfação popular diante do aviltamento dos salários, do pioramento das condições de habitação, saúde e educação. A concentração da propriedade da terra atinge níveis absolutamente insuportáveis, desembocando no abominável e perverso fenômeno da fome, da miséria e da morte.

No plano político, materializam-se constrangimentos de ordem administrativa aos governadores da oposição. Persiste o anulamento da cidadania nas áreas ditas de Segurança Nacional, nas Estâncias Hidrominerais e nas Capitais dos Estados. A manutenção dos instrumentos repressivos e arbitrários na Constituição faculta à ditadura militar a movimentação de tanques e tropas nas ruas da Capital do Distrito Federal, com a decretação de medidas de emergência que atentam contra as liberdades públicas e individuais. Neste nível, ainda, para assegurar a aplicação dos casuísmos engendrados pela espúria Emenda Constitucional n.º 22, que deu conformação ao Colégio Eleitoral, o Governo Federal aguça a crise multifacetada que detona as energias do povo e dilacera a soberania nacional. Abre-se espaço, em consequência, para a radicalização da extrema-direita no País, que reinstala o terror político em nossa Pátria.

De outro lado, amplos contingentes populares saem às ruas e praças exigindo o direito de eleger o Presidente da República. As greves localizadas, se multiplicam e evoluirão, provavelmente, para a convocação de uma greve geral, nacional e por tempo indeterminado. O tecido social dá mostras de exaustão, mas nem por isso deixa de fortalecer a organização partidária, sindical e associativa.

Aproxima-se o dia 25 de abril e com ele renasce a disposição de luta das massas trabalhadoras do campo e da cidade. Já é impossível escamotear os propósitos golpistas do grupo palaciano. Está desmascarada a trama continuísta do General Figueiredo, que preside o Governo mais antipopular da História da República.

A questão nacional e democrática está assim colocada: de um lado, os patriotas que se empenham na superação da crise pela via política e congressual; de outro, os radicais que apostam no endurecimento e no arbítrio.

O Colégio Eleitoral está condenado, e com ele a ilegitimidade, a violência e a injustiça social. Todos nós, homens e mulheres conscientes do Brasil, estamos em-

penhados na aprovação da Emenda DANTE DE OLIVEIRA, porque a entendemos viável, patriótica e legitimamente representativa dos mais caros anseios da sociedade brasileira. Não há justificativa para também a Bancada do PDS nesta Casa não se pronunciar a favor das eleições diretas já. Fidelidade deve haver, isto sim, com o eleitorado que os trouxe a este Legislativo e não com um Governo que perdeu totalmente o senso da realidade e se entrega ao desespero de quem tem culpa, e muita, em todos os cartórios do País.

Por último, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os compromissos inarredáveis deste flanco da luta política nacional estão muito bem firmados: eleições diretas já, Constituinte, reforma agrária, reforma tributária, reforma bancária, fiscal, justiça social. TERRA, TRABALHO E LIBERDADE, este é o brado do Paraná".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) A Mesa registra com satisfação a presença em plenário do Senhor Nilson Barbosa da Silva, Vereador de Cianorte.

Encerrado o Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nilso Sguarezi.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Nobres Senhores Deputados.

O nobre Deputado, Professor Tadeu França, reconhecendo a incongruência de sua proposição que prorrogava mandatos das Comissões Executivas Municipais de dois para três anos, houve por bem retirar e pedir arquivamento da sua proposta casuística e continuista.

Eu acho que o Parlamentar fez muito bem, passando humilde recibo de sua infeliz idéia, e precavendo também as críticas que receberia, principalmente da sua bancada, quando a matéria viesse para a votação em Plenário. Como dizia e o nobre Deputado Tadeu França é muito chegado aos filósofos, como diria um sábio filósofo caboclo: "É melhor viajar montado num porco do que ficar a pé no banhado".

Cumprimento o nobre Deputado por sua confortável disposição de sair do atoleiro, sem fazer muita força. Entretanto, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, eu seu pronunciamento disse o Senhor Deputado Tadeu França, o seguinte, com a simplicidade estilística tão peculiar do seu ameno linguajar: "Aceitei o seu apelo Deputado Erondy Silvério, e que Vossa Excelência aceite o meu, para que a mesma incoerência, hipocrisia e falsidade vomitadas, é, é essa expressão mesmo, vomitadas em seu discurso contra mim não lhe

chafurde o rosto solificado pelo tempo e com a convivência assessorada pelo... e daí é ilegível, é o Serviço Taquigráfico da Casa não aprendeu bem a palavra. então é ilegível.

Então, diz aqui: "não lhe chafurde o rosto solificado pelo tempo com a convivência assessorada pelo... de todos os desmandos perpetrados há mais de vinte anos com o seu situacionismo pedessista que não tem moral até mesmo para enxergar um cisco no olho de alguém, sem antes arrecadar a trave plantada no seu próprio".

Bom, eu não entendi muita coisa Senhor Presidente e nobres Deputados. Mas pelo pouco que podemos entender cobra-nos o ilustre Deputado professor que tanto quanto ele também nos arrependemos dos nossos pecados, omitindo-nos de votar no Colégio Eleitoral, que poderá escolher o futuro Presidente da República.

E o faz vomitando fogo. Bom, eu não pertenco ao Colégio Eleitoral, por isso é que eu não entendi bem. Eu vou a uma Convenção Partidária, como Sua Excelência também irá quando o seu partido escolher o candidato do PMDB, a qualquer cargo executivo.

Convenção partidária, é Convenção partidária. É dever de cada membro do partido participar de uma Convenção partidária.

Agora, que não vou ao Colégio Eleitoral, porque aqui a maioria é do PMDB, e o PMDB é quem escolherá os membros do Colégio Eleitoral.

Mas ele me cobra e me cobra vomitando fogo. Então tal postura nos lembra um personagem da ficção infantil. Era um dragão medonho que assustava a aldeia com as suas ventas em chamas. Até que um dia, um garotinho, não mais do que cinco ou seis anos, entrou na cova da fera e descobriu: o dragão assustava os outros, porque ninguém gostava dele. Acariciado e querido passou a ser o mascote da aldeia, surgindo na mitologia infantil como uma das figuras de maior sucesso do grande Walt Disney: "o dragão dengoso".

Tal como o dragão dengoso, o Deputado Tadeu França vomita contra nós o seu fogo pelo simples fato que não lhe manifestamos afeição e nem carinho. Nada tem a ver o seu projeto que, em boa hora, ele próprio pediu arquivamento com nossa posição perante o Colégio Eleitoral. Leia o nobre Deputado Tadeu França os Anais desta Assembleia, antes de Figueiredo, antes de Geisel e na dura época do Presidente Médici, este Deputado já clamava por eleições diretas para todos os cargos políticos. Está aí, isso não tem sofisma, é só compulsar os Anais de 1972, 1973, dos anos duros da Ditadura, estão ali as minhas proposições em favor das eleições diretas em todos os níveis.

A época, calava o então MDB e, ora Deputado Tadeu França, possivelmente, ainda se distraía lendo saudáveis histórias de Walt Disney.

Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, eu não colaborei na criação do Colégio Eleitoral, absolutamente, mas também tenho a responsabilidade desse Colégio, não só eu como o nobre Deputado Tadeu França como todos os Deputados de todos os Estados brasileiros pertençam a que partido pertencerem, porque quando nós disputamos as eleições parlamentares de 1982, nós sabíamos, estava escrito que nós estávamos com o nosso trabalho, como o nosso voto, com o voto de nossos eleitores, contribuindo para a formação do Colégio Eleitoral. Não venha agora o nobre Deputado dar uma de "vestal" ou de ingênuo, não só ele como qualquer Deputado desta Casa ou desse País. Todos nós sabíamos que estávamos formando na eleição de 1982 o Colégio Eleitoral. De outra forma, não colaborei, colaborei na generalidade. Agora, que sempre fui contra eleições indiretas, com manifestações que procederam às de qualquer membro do então MDB. Então, não aceitamos que se queira travestir agora o "dragão dengoso" em "dragão das diretas" Jamais fomos incoerentes, hipócritas, falsos e nem coniventes. Temos o direito e o dever de rechaçar esta adjetivação, perdando, entretanto, o seu autor, porque entendemos que, tal qual o "dragão dengoso", o nobre Deputado Tadeu França, é portador de grave "síndrome" da CTA, ou seja carência de ternura e afeto.

Um dia há de aparecer um menininho na vida do nobre Deputado para revelar a todos que o seu fogo, cuspidor pelas ventas, é feito só para assutar: Todos, então, lhe perderão o medo e ele viverá feliz para sempre. Mas até que o menininho surja, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, nós cobramos da Sua Excelência, não delicadeza, não compostura que tanto, talvez, ele não possua, porém, o respeito para com os seus Pares, para não baixar o nível dos debates. Eu não quero estabelecer polêmica, ele pode vir responder-me da maneira que for, não vou estabelecer polêmica nesta Casa porque o povo não nos paga para isso. Porque, para estabelecer polêmica, para respondê-lo à altura, eu teria que usar as mesmas expressões infelizes do eminente Deputado Professor. Não posso, Senhor Presidente, não quero e nem devo aviltar este sagrado templo da Democracia. Estas paredes, os Anais desta Casa, testemunharam decênios de debates acalorados, de extraordinários e eminentes representantes do povo. Estas paredes, estes Anais, conheceram a cultura, a combatividade e a garra de Deputados como Accioly Filho, como Laertez Munhoz, Oscar Lopes

Munhoz, João Xavier Viana, Nilson Ribas, Silvio de Barros, Sinval Martins, Pinheiro Júnior. José Rodrigues Vieira Neto, Lauro Muller Soares, Luiz Gabriel Sampaio, David Federmann, Guataçara Borba Carneiro, Léo Martins, Hélio Setti, Almir Passos, Vidal Vanhoni, Mário Faraco, Antonio Annibelli, Tulio Vargas, Alencar Furtado, Roberto Galvani, João Mansur, Fabiano Braga Cortes, Valdenício Barbalho, Joaquim de Oliveira, João de Mattos Leão, Renato Loures Bueno, Jorge Maia, Colombino Grassano, Igo Losso, Jorge Nasser, Jorge Sato, Haroldo Bianchi, Aguinaldo Pereira Lima, Miguel Dinisio, Cândido Manoel Martins de Oliveira e seu pai Cândido de Oliveira, e tantos outros não nominados, dado à exiguidade de tempo que dispomos. E também para que uma comissão não se transforme numa grande injustiça.

Todos estes Deputados que citei, e quase todos os que já passaram por esta Casa, promoveram debates acalorados em favor da comunidade paranaense. Porém, mantendo o alto nível que deve imperar na Assembléia do povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos saudades destes legisladores; para quem o importante era o debate, era a coerência, era a causa pública e não a descoberta de se referir a Deputados desta Casa com expressões infelizes, como as que ouvimos aqui na semana passada. Acho que quando o nobre Deputado Tadeu França foi chamado à atenção pelo nosso pronunciamento, deveria agradecer a lembrança que fizemos, que o seu partido vem pregando por este País todo, não o continuismo, mas a renovação dos costumes políticos da Nação.

No instante que lembramos a Sua Excelência que o seu projeto era eminentemente continuista, que era antítese de tudo aquilo que vem pregando o seu partido, ele deveria nos agradecer. Jamais nos insultar.

Não me vejo, repito Senhor Presidente em condições de retribuir insulto com insulto. Acho que o problema do Senhor Deputado Tadeu França é falta de agrado. Então que aguarde. Aguarde, com paciência, por esta ternura e afeto que, infelizmente, eu não lhe posso dar. Nem eu e creio que nenhum dos outros Senhores Deputados. Afinal, nesta Casa, ninguém é mais menininho para agradar os dragões da mitologia infantil.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Por dez minutos o Deputado Ezequias Losso.



O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) O Senhor Deputado Ezequias Losso.

A Mesa comunica à Liderança do PDS que o orador indicado encontra-se ausente.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Esta Liderança declina.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela ordem)  
O Deputado Ezequias Losso encontra-se no Plenário e gostaria de usar os 10 minutos da Liderança do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, inicialmente desejo manifestar o meu reconhecimento à presidência e à Liderança do meu partido, pelo fato de terem aberto esta exceção para que ocupássemos a tribuna. Estávamos atendendo um telefonema interurbano e por esta razão, quando chamados, não nos encontrávamos aqui presentes.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente desejo externar, em meu nome pessoal e em nome de significativos nomes da sociedade paranaense e curitibana, a especial solidariedade ao nosso Líder Deputado Luiz Alberto Oliveira neste instante em que, representando o próprio nome desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na condição de membro atuante e tendo em vista pronunciamento aqui feito, está sendo apontado como réu na justiça, por ação do Secretário das Finanças.

É oportuno lembrar que Sua Excelência ao fazer o pronunciamento, o fez no exercício de uma prerrogativa constitucional e regimental, que é de fiscalizar os atos do Poder Executivo, especialmente, e se trouxe aquela denúncia à Casa, foi para ser apurada. Não se esconde, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a verdade pela simples vontade de um cidadão. Competeria aos setores competentes apurarem a denúncia e não àquele que foi apontado por ter agido erroneamente, vir buscar através da justiça, ameaçar este parlamento, amedrontando aqueles que estão aqui desempenhando as suas funções.

Louvo a atitude do nobre Deputado Roberto Requião, e de todos aqueles que manifestaram a sua concordância com o comportamento deste eminente homem público.

Com o seu requerimento para sustação do processo que está sendo movido no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Por outro lado, Senhor Presidente,

Senhores Deputados. Estamos na véspera de uma mudança radical no curso de nossa história como Nação. O dia 25 de abril de 1984 entrará para a história, porque a votação da Emenda Dante de Oliveira, forçosamente vem acompanhada de causas e consequências profundamente arraigadas no povo brasileiro.

Já é voz corrente, que o mais importante lance surgido do projeto de abertura do Presidente Figueiredo, não ocorrerá no dia 25 ou 26, mas no dia seguinte, o que alguns já aproveitam para associar com o recente filme alarmista da hecatombe nuclear, "The After Day".

Eles estão, de certo modo, certos. Da decisão de cada membro da população, e principalmente dos seus representantes no Congresso Nacional, seja de que partido for, surgirão reações em cadeia, que poderão significar a salvação político-econômica da pátria, ou a destruição de suas liberdades e independências. Por mais tênues e instáveis que estas possam parecer hoje, devemos levar em conta que há o perigo de vírmos a perdê-las totalmente.

Não estamos falando de reações políticas violentas internas, ocasionadas por movimentos da direita ou esquerda. Já notaram como, nos últimos dias, vem se multiplicando divulgação de opiniões alheias à nossa Pátria, em torno desse, ou daquele processo político, e mesmo em apoio a certos candidatos a candidatos à sucessão presidencial?

Em face disso, vemos a proposta do presidente Figueiredo, como digna de consideração. Talvez ali encontramos uma saída para o beco sem saída, que o radicalismo, alimentado por forças não sabemos de que origem, nos colocou.

Em meios aos emocionalismos gerados pela crise econômico-política, bem como aos criados pelo movimento de radicalização de esquerda e de direita, com o único objetivo de aliciar a opinião pública, sem declarar-lhes seus verdadeiros objetivos, a realidade pode ficar encoberta. Agora mais do que nunca, é hora de pararmos um pouco e pensarmos amadurecidamente no destino da Nação.

Vem-nos à mente a pergunta: O que é melhor para o Brasil, um presidente eleito pelo povo, que terá poderes excepcionais nas mãos, em condições de continuar os mandos e desmandos característicos da tecnocracia, que hoje nos sufoca, ou aceitar a Emenda Figueiredo e antes, restabelecendo as prerrogativas do Congresso, a ponto das decisões do Governo, na área econômica, necessitam de aprovação do legislativo além de normas de grande significado na democracia. Qual das duas medidas realmente vai dar condições para o Brasil se livrar definitivamente da ditadura tecnocrática?

Esperamos que nossos representantes em Brasília votem conscientemente, não sendo simplesmente levados por pressões de entidades, cujas diretorias são eleitas indiretamente. E abrindo parenteses, é oportuno lembrar que, no caso da O.A.B., a liderança nacional é eleita por um colégio eleitoral, ou mesmo a própria igreja, tem seu Papa eleito por um colégio de cardeais, não pelos fiéis, e nem por isso os dirigentes são considerados ilegítimos. Os próprios partidos políticos tem presidentes eleitos indiretamente. Também não se intimidem com manifestações de violência, contra a mudança de regras no jogo do poder.

Esta hora é solene sabemos, que acima de tudo e todos existe uma orientação a ser buscada: a de Deus. É o seu poder que dirige os destinos dos povos. Se os homens, que hoje tem a responsabilidade de dar um passo tão decisivo na história do Brasil, confiarem na mão de Deus, dirigindo os destinos de nosso povo, poderemos afirmar, em nome do Grupo Parlamentar do Movimento de Liderança Cristã, que a decisão será a mais correta. Muitos governadores o fizeram e se deram bem. Como exemplo citamos o notável imperador D. Pedro II.

É momento, portanto, de elevarem seus pensamentos ao Todo Poderoso, especialmente os Parlamentares que votarão as emendas. Precisam suplicar pela sua atuação no Congresso e nos homens que detêm o poder da Nação. Assim a decisão será baseada no bom senso. Que todos aceitem a decisão, como a vontade expressa de um poder Superior. Façamos isso agora, quando o Congresso estiver reunido, e até após, quando toda a Nação tiver de acatar a decisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulta a Liderança do PDS se fará uso do seu horário restante.

Por 20 minutos o Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Publicação importante nos jornais de Curitiba de hoje, fez com que nós trouxêssemos parte para que fosse inserido nos anais da Casa na tarde de hoje.

O título "Assembléia Legislativa do Estado do Paraná", sustação de processo criminal contra o Líder da Oposição, escrito por René Ariel Dotti.

A Assembléia Legislativa do Paraná inicia os trabalhos desta semana em ambiente de natural apreensão política e institucional.

Tal situação decorre de dois fatores que embora distintos, guardam relação com os movimentos apreensivos que há duas dé-

cadadas comprometem o livre exercício do Poder Legislativo e a independência do mandato parlamentar.

No plano federal a decretação das chamadas medidas de emergência para supostamente garantir o livre funcionamento do Congresso Nacional, durante a votação da emenda Dante de Oliveira, aparece como contradição insuperável as linhas fundamentais do projeto João Figueiredo principalmente as que se referem a devolução e a instituição dos maiores poderes do legislativo.

A reformulação do processo de aprovação de leis ordinárias pelo decurso de prazo, agora atendendo ao princípio de equilíbrio dos poderes e a eliminação de intolerável abuso, a proibição de criação de novos tributos pelo executivo vedando-se a catastrófica edição de decretos-leis sob normas tributárias; a criação da Comissão Representativa do Poder Legislativo, composta por Senadores e Deputados com o objetivo de fiscalizar os atos do Executivo durante os períodos de recesso parlamentar; a sujeição prévia ao Senado Federal da nomeação do Procurador Geral da República, etc, aparecem como providências de reforço do combalido parlamento nacional.

Mas, tal repertório de garantias e sumariamente eclipsado quando se atrofia o exercício do mandato parlamentar com medidas coercitivas e próprias do Estado de sítio (residência localizada, detenção em edifícios não destinados a réus de delitos comuns, busca e apreensão domiciliar, suspensão de liberdade de reunião e associação, etc), as quais somente teriam cabimento naquelas situações realmente comprometedoras da paz social, ou resultantes da guerra quando então o Estado deve acionar mecanismos destinados a preservar a integridade e a independência do País e o livre funcionamento dos poderes e suas instituições. Pretender equiparar as situações anômalas do Estado e da sociedade às pacíficas manifestações de palanque e de rua, capazes de afetar o livre funcionamento do Congresso Nacional, gravemente ameaçado, como dispõe a Constituição para autorizar o uso da monstruosa figura a que se chama de "medidas de emergência" Isto é certamente, insultar o bom senso e a inteligência da Nação.

No Paraná o constrangimento que envolve a Assembléia Legislativa decorre da intervenção de um setor do Poder Executivo na liberdade de atuação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar regularmente constituída e, por extensão, da própria Casa de Leis.

O episódio do processo criminal aberto contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder da Oposição, é um desses fenômenos

de angústia e desesperança a que servem para medir a fragilidade e as incerezas das instituições políticas nas democracias reticentes de nossa vitimada América Latina, e o correspondente fortalecimento do Executivo incesado às alturas místicas como um Poder de salvação e estimulado às virtudes místicas como um Poder de intervenção, supremo e definitivo.

Cumprindo os seus deveres de representante do povo e Líder de sua Bancada, o Deputado Luiz Alberto Oliveira participava dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades da administração estadual anterior. No dia 1.º de setembro do ano passado, a CPI tinha o seu tempo reservado para investigar denúncias contra a gestão da FUNDEPAR, especialmente quando ao desvio de material escolar para objetivos eleitorais. Foi quando o Deputado recebeu, de um dos funcionários ali presentes, a informação de que um telefone da FUNDEPAR, de grande importância para o órgão, fora transferido para a residência do Secretário de Finanças. E por uma dessas ironias tão frequentes no mundo das devassas (de qualquer natureza ou gênero), o telefone removido servia naquela oportunidade, à uma comissão interna de sindicância da própria FUNDEPAR.

O Deputado denunciou o fato à CPI após tomar a cautela de se informar junto a TELEPAR sobre a veracidade da notícia. Era verdade, com o detalhe de que a conta não havia sido paga em certo mês, e o telefone fora temporariamente desligado.

Requerendo que a Comissão de Inquérito Parlamentar adotasse as providências de investigação, o representante do povo cumpriu rigorosamente o seu numus e agiu no estrito cumprimento de dever legal, além de exercitar um direito de informação de modo regular. São suas estas palavras, extraídas dos anais daquela reunião:

"...termino fazendo a esta Comissão um apelo, para que estas informações que possui, sejam convertidas em diligências e que esta CPI possa, de imediato, em caráter até de emergência, se transportar até a Fundação Educacional do Paraná. Verificar se realmente a linha telefônica foi de lá retirada, entrar em contato com as autoridades do setor da TELEPAR, e também com Sua Excelência, o Senhor Secretário da Fazenda."

Em sequência a este requerimento, o Deputado acusou o Secretário de ter cometido peculato por ter desviado um bem público para uso particular.

A repercussão da denúncia foi muito grande, não porque assim o quisesse o seu autor, mas porque a imprensa e outros meios de comunicação acompanhavam interessados os trabalhos da CPI. Assim ocorreu

também porque após muitos anos de exercício dialético e muito expressivo de contestação, um partido político oposicionista assumiria o governo do Paraná e trazia, com a cerimônia de posse, o indisfarçável propósito de revisão de meios e métodos administrativos num compreensível "animus novandi", além de inevitável abertura da temporada de caça, fenômeno característico da supremacia dos vitoriosos até a cessação das hostilidades partidárias e pessoais.

Mas o Secretário sentiu-se agravado em sua honra pessoal e representou criminalmente contra o Deputado atribuindo-lhe a prática do crime de calúnia. Na justificação de sua iniciativa, o Secretário esclarecia que o uso do telefone público em sua residência estava autorizado por um Decreto de 1972, como medida de interesse da Administração e extensiva aos demais secretários de Estado. O aludido decreto, baixado ao tempo do Governador Parigot de Souza, certamente não é conhecido pelo público externo - por óbvias razões - e foi editado quando a enorme demanda de telefones em Curitiba não podia ser atendida pela TELEPAR e o Deputado era ainda estudante de Direito.

Sem apreciar ainda a validade do antigo decreto, cuja inconstitucionalidade é transparente e irrecusável, o relator nomeado no Tribunal da Justiça para instruir o feito, recebeu a denúncia e na segunda-feira passada interrogou o acusado, o qual confirmou os termos de sua atuação vem como prometeu comprovar a sua denúncia.

E no dia seguinte, quando as repercussões do processo criminal já se faziam sentir, a Assembleia Legislativa revelava seguros indícios de rejeição do procedimento criminal ameaçador da liberdade do mandato. O Deputado Roberto Requião e outros parlamentares do PMDB, embora ressaltando a honestidade pessoal do Secretário de Estado e a legitimidade do uso do telefone público em sua residência, proclamaram a violência moral resultante do processo. Acompanharam-nos os ilustres Deputados Rubens Bueno (PMDB), Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Erondy Silvério, Airton Cordeiro e outros do PDS, todos empenhados na votação de uma resolução da Assembleia para se sustar a ação penal, conforme prevê o parágrafo 3.º do Artigo 32 da Constituição Federal, aplicável ao Deputado estadual por força da emenda n.º 15 à Carta Política do Paraná.

Já existem precedentes significativos no âmbito federal como se poderá verificar pelo "affaire" João Cunha. A resolução sustatória da Câmara dos Deputados foi acolhida pelo Supremo Tribunal Federal.

Interpretando o Artigo 32 da Consti-

tuição, o Supremo decidiu que são crimes comuns, em oposição aos de responsabilidade, àqueles ilícitos previstos tanto na lei penal fundamental como em leis extravagantes. Os crimes contra a honra, são, portanto, crimes comuns para o efeito de sustação de processo.

Se a Assembléia Legislativa do Paraná baixar resolução sustando o andamento do processo contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira estará dando uma demonstração de vitalidade do Poder Legislativo e da inviolabilidade do Parlamento, como sua expressão básica e suprapartidária. Tal solução se colocará acima e muito além da conflagração dos interesses maiores ou menores, vistos sob o ângulo partidário e da proteção de valores individuais, embora respeitáveis, para restaurar a boa memória da histórica disposição de alguns jovens e valentes Deputados, que no opressivo ano de 1971, sacudiram o Estado do Paraná e chamaram a atenção nacional. Foi quando obtiveram eles, no Judiciário, o direito líquido e certo de votar, com independência e dentro da lei, a emenda constitucional que um governador transitório e ilegítimo pretendia impôr com o sacrifício da forma e do conteúdo.

Aqueles Deputado pertenciam ao Movimento Democrático Brasileiro.

Muito obrigado. (~~sem~~ revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Consulta à Liderança do PDS se fará uso dos seis minutos que lhe restam.

Havendo declinado, consulta à liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. NELSON VASCONCELLOS - Fará uso do horário da Liderança do PMDB o nobre Líder, Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Com a palavra o Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A questão da imunidade parlamentar tem sido, em todos os governos autoritários - sem exceção - pontos de retrocesso institucional. Para os governos que fogem da legitimidade, a legalidade coercitiva, é usada. Assim, entre o permanente duelo dos parlamentares com os detentores da força e do autoritarismo, é que tem andado nossa imunidade parlamentar.

Temos, hoje, o caso concreto no nobre Líder da Oposição. Aqui o âmago da questão não é interpretar juridicamente e somente os textos legais, que atualmente disciplinam as imunidades trata-se dos artigos 32 e 12, respectivamente, das constituições

Federal e Estadual.

Existem, além disso, dispositivos legais legítimos que disciplinam os chamados CRIMES CONTRA A HONRA, e que, no nosso Direito Processual, é atribuída ao ofendido a iniciativa da ação penal. A questão é política.

PRELINARMENTE, desejo enfatizar que defendemos este princípio, qual seja, de quem se sentir ofendido possa acionar o Poder Judiciário, bem como de que deva ser punido o ofensor. A honra pessoal, muitas vezes, é muito mais cara e importante que o patrimônio e em peculiares situações que a própria vida.

Para sermos justos e coerentes, temos que ser responsáveis e consequentes no cumprimento do nosso mandato. Ao cometermos injustiças contra outras pessoas, desmerecemo-nos, a nós próprios, da elevada e nobre função de representar o Povo. Só a verdade e a coerência contam pontos a nosso favor.

O governo está obrigado a falar a verdade, isto é verdade, mas é obrigação também da Oposição, falar a verdade. Oposição que não falar a verdade não representa e não pode intitular-se como fiscal do Povo. Acusações graciosas e inconsequentes trazem ironicamente a possibilidade, não de desgastar os autoritários ou os maus governantes, mas, ao contrário, os fortificam e os estabilizam acusações sem fundamento ou sem o conhecimento correto do assunto tratado, quase sempre, são idôneas e necessárias, a que todo o governo honesto deve se submeter.

Assim também deve ser as afirmações políticas.

Opor-se, unicamente porque se é de outro partido ou se está, transitoriamente, na defesa de interesses conflitantes, é desonrar a atividade política e levar o representante do povo ao descrédito. A paixão política é a mais perniciosa das paixões humanas. Além de ser instrumento de injustiças contra pessoas inocentes, não raras vezes é fator de desagregação nacional. O apaixonado político não consegue ver com clareza ao seu redor. Turva-se-lhe a mente e deforma-lhe a realidade que o cerca.

Queremos neste pronunciamento, estritamente político, não nos levar e nem deixar que a paixão nos domine. Ao falarmos em nome da maioria desta Assembléia, não estamos falando em nome da Liderança do Governo do Estado do Paraná que, neste episódio, se considera vítima. Falamos em nome da BANCADA DO PMDB, por isso mesmo, em condições de aprovar ou rejeitar a iniciativa do nosso colega Deputado Roberto Requião.

Antes de mais nada, rejeitamos textualmente as afirmações do Deputado

Airton Cordeiro, feitas à Gazeta do Povo, quando Sua Excelência afirmou que esperamos demais, nós, do PMDB, para sustar o processo criminal, que agora se discute aqui por iniciativa da nossa Bancada.

Sendo crime contra a honra, sabe o ilustre colega, como advogado que é, que o Senhor Secretário das Finanças, ao se sentir ofendido, buscou o caminho da Lei e, para isso, nada a nossa Bancada poderia fazer. Nós também, na ocasião, e nesta mesma tribuna, rejeitamos a acusação proferida pelo ilustre Líder da Oposição.

Ora, na nova sistemática constitucional da Emenda 22, teria que ser o próprio réu o interessado em acionar a Mesa Executiva, quer levantando incidente processual, quer servindo-se do ilustre Segundo Secretário da Casa, seu colega de Partido, que, por sua vez, mobilizaria os demais membros da Comissão Executiva, para proporem ao Plenário a sustação processual.

A provocação da sustação não cabe ao SFT, mas à Mesa da Câmara. O Deputado que é processado tem de tomar a iniciativa de promover o incidente da sustação do processo.

São, pois, improcedentes e inconseqüentes, as afirmações do ilustre pedesista Airton Cordeiro pela demora, eis que, se só agora se mobiliza a Casa para defender a Imunidade Parlamentar, é porque a iniciativa cabia ao próprio réu, Deputado Luiz Alberto Oliveira, no bojo dos autos, ou à Mesa Executiva aqui no Legislativo, onde o PDS tem uma representação de dois ilustres membros, dos que a compõem.

A imunidade relativa a processo criminal instaurado contra deputado ou senador, passou por diferentes vicissitudes no Direito Constitucional Brasileiro. A constituição de 1891 consagrava a regra de que os deputados e senadores, desde a diplomação até a nova eleição, não poderiam ser presos nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara, salvo caso de flagrante em crime inafiançável (art. 20). Este princípio é repetido nas Constituições de 1934 (art. 32), de 1937 (art. 42), de 1964 (art. 45) e de 1967 (art. 34, § 1.º). Com o advento da ED 22, sofre o princípio considerável alteração. A exigência da prévia autorização para processar deputado ou senador foi substituída pelo sistema da sustação, consagrado pelo § 3.º do art. 32. Segundo esse cânon, constitucional, a iniciativa cabe à Mesa e a decisão seria tomada pela Câmara, por maioria absoluta. A providência de sustar o processo terá lugar "a qualquer momento".

Isto não é afirmativa graciosa nem inconseqüente, mas a lição histórica do grande Rui Barbosa e do Supremo Tribunal Federal.

A Câmara não cabe exonerar-se das suas responsabilidades na defesa das prerrogativas que são suas. O dever é seu e ela não pode transferi-lo a outro Poder. Não pode dar de ombros e confiar em que o Supremo Tribunal vá defender prerrogativas que são suas, não dele. Não se olvide da lição de RUI, sempre atual:

"Regra foi sempre, em matéria de privilégios parlamentares, a de que cada uma das Câmaras componentes do Poder Legislativo tem em si mesmo a magistratura da sua dignidade e a proteção de seus direitos" (OBRAS COMPLETAS, v. XX, 1893, t.III, "A Ditadura de 1893", pag. 257).

Ou, como diria o insigne CIRNE LIMA:

"No exercício do mandato legislativo, o senador ou deputado não está igualmente a exercitar direito político. (arts. 142-148, Constituição Federal). O que exercita, ele, é uma função, de desempenho colegiado - a função legislativa. Por mais censuráveis que sejam as opiniões, palavras e votos do senador ou deputado, no exercício do mandato legislativo, a nenhum outro Poder é permitido interferir, a fim de apreciá-los, julgá-los ou puni-los. A razão é simples. O "exercício da função legislativa" não é exercício de um direito individual ou coletivo, mas de uma instituição - o Parlamentar".

Ainda recentemente, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar processo em que é réu o atual Governador do Espírito Santo, o ex-Deputado Gerson Camata, que invocava imunidade parlamentar, protegido pela Resolução n.º 13, de 04.05.83, da Câmara dos Deputados, assim decidiu:

"É oportuno ponderar que a suspensão de processo em curso, obstáculo processual limitado no tempo, pressupõe o interesse público no desempenho do mandato pelo parlamentar, resguardando-se, em última análise o regular funcionamento do Poder Legislativo. A extensão no tempo da imunidade vai da expedição do diploma até a inauguração da legislação seguinte. Por isso, a faculdade atribuída à Câmara dos Deputados e ao Senado, refere-se exclusivamente aos seus membros e não a ex-parlamentares".

Mas é o preclaro Senador Paulo Brosard que recentemente nos visitou, ao participar do nosso Forum de Debates, que também ensina lapidariamente:

"O que a imunidade parlamentar protege e fortalece é o exercício das funções privativas do poder político, clara, expressa e positivamente enumerada.

A assembléia, quando examina pedido de licença para processar deputado, não diz da procedência, ou não, da denúncia que lhe é feita; considera os aspectos formais do processo, investiga-se, em tese, existe crime e aprecia os reflexos políticos do

caso, isto é, se não se trata de trama urdida contra ele, a fim de atemorizá-lo, coagi-lo ou afastá-lo da assembléia".

Para explicar melhor que:

Trata-se, portanto, da chamada inviolabilidade pessoal, isto é, daquela prerrogativa em virtude da qual o deputado, desde sua diplomação e até o fim da legislatura para a qual foi eleito, não pode ser detido nem preso, salvo flagrante delito, nem processado criminalmente sem licença da Assembléia.

Não é o caso da imunidade de direito constitucional material, mas "de direito constitucional processual". Não apaga o "crime", nem irresponsabiliza - apenas impede o processo".

Enquanto a irresponsabilidade pessoal é permanente em relação aos atos praticados no exercício do mandato, e vale para todo o sempre, em virtude da qual, na linguagem do "Bill of Rights", "a liberdade da palavra, da discussão e dos atos parlamentares não pode ser objeto de exame perante qualquer tribunal, e em nenhum lugar que não seja o próprio Parlamento", a inviolabilidade pessoal só prevalece durante a investidura.

Houve o crime regido pela lei material, e só se impede o processo. Se o acusado deixa de ser deputado ... extinto está o mandato e pois a improcessabilidade... O Juiz, diante da cessação da imunidade, leva adiante o processo, como se apenas dele se houvesse esquecido. O crime continuou desperto, só o processo dormiu.

E, como Pontes de Miranda, nos situamos ao esclarecer:

"O exame pela Câmara... cifra-se na apreciação da conveniência pública, política ou moral, do procedimento. Não está adstrito à prova jurídica, constante dos autos. A concessão da licença não significa que reputou culpado o acusado, ou que achou válidos os atos processuais que lhe foram apresentados. Nenhum julgamento profere a respeito. A denegação não significa que o considere estreme de culpa, ou que os atos processuais não valham. Se tivessem tais significações as suas deliberações sobre licença para processo contra algum dos seus membros, invadiria ela as atribuições do Poder Judiciário. Ainda, quando a Câmara concede a licença, constando dos discursos e pareceres, ou da própria licença, que os seus membros se persuadiram da culpabilidade do acusado, pode ele ser julgado inocente. Ainda que a conceda por lhe parecer afigurar isento de qualquer culpa o deputado, a condenação é possível".

Sabemos que até aos Funcionários Públicos é reconhecido o privilégio de, no exercício de suas funções, usarem termos e assertivas menos usuais sem que por ofensa

respondam ações penais, conforme o Art. 359, § 1.º do Estatuto do Funcionário Público, a conhecida Lei 6174/70.

Todavia, com relação ao Parlamento, no Brasil, depois de 1964, múltiplos são os exemplos de parlamentares que foram alijados de seus mandatos, pela falta de imunidades. O caso Márcio Moreira Alves, quando a Câmara negou licença para o mesmo ser processado, redundou no fechamento do próprio Congresso e na edição do AI-5, de triste memória para a vida democrática da Nação.

Triste memória, que será guardada, como esta situação humilhante por que passa novamente o Parlamento Nacional, ao se ver isolado da sociedade brasileira, confinado à força em Brasília e totalmente cerceado de suas prerrogativas maiores, ao ter que votar uma emenda constitucional sob o regime de verdadeiro estado de sítio.

Bom, nestas horas, é reler palavras ditas pelo parlamentista RAUL PILLA, quando defendia as prerrogativas parlamentares do célebre processo contra Carlos Lacerda:

"Ocasões há, porém, que ainda num deserto, onde somente as pedras poderiam ouvir, é necessário falar, clamar e condenar. Ninguém ouve, ninguém quer ouvir? Pois é preciso bradar, Senhor Presidente, para que um país de surdos não se transmude num país de surdos-mudos, para que não se possa dizer haver-se obliterado completamente a consciência cívica neste País, onde ninguém ouve. Esta é, Senhor Presidente, a razão da minha presença nesta Tribuna. Não falo por falar, falo por dever; falo para que não digam que não ouviram porque não houve quem falasse; falo, sobretudo, para ficar em paz com a minha consciência, a que sempre obedeci e a que hoje, mais do que nunca, devo obedecer. A insânia parece dirigir a vida pública brasileira". Disse isso Raul Pilla, em 1954.

E hoje quando assistimos o Congresso Nacional, verdadeiramente sitiado, cercado, humilhado, espoliado no mais lúcido direito de inibir, porque até um Senador da República é obrigado a se identificar no aeroporto de Brasília.

Eu pergunto aos Senhores Parlamentares, isto é democracia, se isto é liberdade, se isto é parlamento livre? Aqui, até que situações como essa da campanha das diretas, em que mais de 90% do povo brasileiro é favorável, e isso não seja traduzido e consubstanciado em norma legal, para alternância do poder, o remédio é viver caso a caso, o tratamento das nossas imunidades parlamentares.

Aqui no Paraná, ao ganharmos as eleições, assumimos determinados compromissos que estamos cumprindo e, na medida do possível, na esfera de nossa competência, se-

remos um governo democrático que tudo fará para restaurar o Estado de Direito, assegurado a liberdade de expressão, a autonomia e independência dos poderes.

Nesta Assembléia, até pelas manifestações de muitos dos homens do PDS, que não se deixam levar pela paixão cega e pelo revanchismo emocional, temos o testemunho do quanto avançamos neste sentido. Esta tribuna tem que ser livre, para que a palavra, conjuminada com a emoção e o clamor do reclamo popular nos ofereça uma oposição consciente, consequente e responsável, mas antes e acima de tudo, com a mais ampla e possível liberdade, possa ser, para o nosso governo, legitimamente conquistado nas urnas, um permanente exercício de democracia e patriotismo.

Não confundimos a palavra livre com a irresponsabilidade e o "animus" criminoso. Sabemos distinguir a diferença entre a pessoa física e a figura da pessoa pública. Depois de 1964, desgraçadamente, passou a ser regra, para muitos que adonaram-se do Poder, desconhecer que as imunidades são direitos indisponíveis do parlamentar, pois, como indaga AURELIANO LEAL:

"Pode um parlamentar pedir à respectiva Câmara, licença para se deixar processar? Um Deputado assim o entendeu, e, envolvido em fato susceptível de instrução criminal, dirigiu uma petição à sua Câmara, invocando a dita licença. A Comissão de Constituição foi de parecer que se aguardasse a requisição do Poder Judiciário pelos meios regulares para resolver sobre o caso.

A inviolabilidade pessoal... não apaga o crime, e nem irresponsabiliza o seu autor - impede, tão somente, o processo. É unicamente uma imunidade processual. Se o Deputado que cometeu crime deixa o Poder Legislativo, se fica extinto o mandato, está extinta, também, a improcessabilidade. A inviolabilidade pessoal somente se mantém durante a investidura. "O juiz diante da cessação da imunidade, leva adiante o processo, como se dele apenas se houvesse esquecido. O crime continuou desperto, só o processo dormiu. Já não é preciso consultar a Câmara ou o Senado. A prisão far-se-á quando por lei se deva fazer". Em outras palavras: determinado membro do Congresso comete um crime, durante a investidura. Enquanto esta durar, se não for obtida licença para instauração do processo, ficará este paralisado. Extinto o mandato, o ex-deputado ou senador poderá ser processado, como qualquer cidadão, sem licença da Câmara ou do Senado. A imunidade concedida aos membros do Poder Legislativo é meramente pessoal, não se estendendo aos seus bens. A imunidade é só quanto ao processo criminal, e não contra processo civil ou administrativo, salvo nos pon-

tos de direito civil, administrativo, ou processual em que se ordena a detenção do réu. Tampouco se estende ela às pessoas da família, fâmulos e propriedades do deputado. É só pessoal, e não impede que se condene os co-réus e cúmplices, quando a Câmara dos Deputados ou o Senado negou licença. O crime, houve-o? Só o Deputado ou Senador é imune ao processo e à prisão."

Assim, no caso concreto deste requerimento proposto pelo brilhante e inteligente Deputado Roberto Requião, algumas considerações específicas e necessárias, temos que formular, a fim de esclarecer devidamente a posição da nossa bancada, cujo tema merece a melhor das atenções e está em processo de discussão.

Primeiro, é forçoso que se volte ao passado recente, quando então éramos minoria. Dois casos de discursos de parlamentares do antigo MDB, desaguarão no Judiciário e muitos Senhores Deputados estavam sentados nesta Casa e hoje continuam aqui sentados clamando como nós, pela imunidade parlamentar. Dois casos desaguarão no Poder Judiciário do Estado, por processos que lhes foram movidos por homens do Executivo, ao sentirem-se ofendidos em suas dignidades pessoais.

Um deles, o ex-Deputado Jaime Rodrigues de Carvalho, foi ignorado por esta Assembléia, quando a Maioria Arenista a comandava, e outro, o atual Prefeito de Cascavel, o ex-Deputado Fidelcino Tolentino, teve que, ele mesmo, suscitar nos autos processuais o incidente para que fosse interpelada a Assembléia, a qual finalmente negou a licença pretendida e foram os autos sustados.

Ele mesmo nos autos e não esta Casa, por iniciativa como é feita agora pelo Deputado Roberto Requião. E eu vou ler a sentença de Fidelcino Tolentino que tenho em mãos. (Lê):

"Sob a chancela do eminente Procurador Geral da Justiça, Guilherme de Albuquerque Maranhão, foi Fidelcino Tolentino, Deputado Estadual em atividade na Augusta Assembléia Legislativa deste Estado, denunciado por infração do artigo 140, combinado com o artigo 141, n.º 2 do Código Penal, eis que: a 1.º de agosto de 1977, da tribuna daquela Casa de Leis, teria imputado fatos injuriosos a Jaci Miguel Scanagatta, então Prefeito Municipal de Cascavel, e em razão do exercício nas respectivas funções" Recebida a denúncia, como neste caso em que a parte ofendida foi ao Poder Judiciário e mandado notificar o acusado, o mesmo levantou a tese da absoluta impossibilidade jurídica do seu processamento, em face do que dispõe a Emenda constitucional n.º 11, cujo Artigo 32 assim estão: "Os Deputados e Senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e



votos, salvo no caso de crime contra a segurança nacional". Que esse preceito alegava seria extensivo aos legisladores estaduais por força do dispositivo constitucional. Não obstante, foi pedida autorização ao Legislativo Estadual para o processamento do acusado. Aquele órgão, todavia, através de seu Presidente Fabiano Braga Cortes informou que a Casa havia negado a referida autorização, dizendo da base legal e regimental dessa atitude. E este qual foi, Senhores que a Câmara negou: foi o Projeto de Resolução votado nesta Casa no dia vinte e dois de maio de 1979, nos seguintes dizeres: "Artigo 1.º - É negado, com fundamento no Artigo 32 da Constituição Federal, notificado pela Emenda Constitucional n.º 11, combinado com o Artigo 200 da mesma Carta e com o Artigo 177, parágrafo 4.º do Regimento Interno autorização solicitada pelo Tribunal de Justiça, através do Ofício 53/79, de 17 de abril de 1979 para prosseguir"- então o processo já estava em curso no tramite da denúncia-crime 02/78 em que a autora Justiça Pública e o indiciado Fidelcino Tolentino, Deputado Estadual".

Mas no que se redundou esse caso? Então, a Assembléia neste Projeto de Resolução e este é o motivo da minha vinda à tribuna - o Projeto de Resolução - a Assembléia negou licença e diz aqui o relator da sentença, o Juiz que relatou ao Desembargador que relatou: "Aquele órgão, todavia, através de seu presidente, informou que a Casa havia negado a referida autorização, dizendo da base legal e regimental dessa atitude, a douta Procuradoria Geral da Justiça sugeriu o sobrestamento do feito, que foi por mim deferido". Isto em 79. Em 82, Fidelcino Tolentino, concluiu o mandato.

"Concluído o mandato legislativo do acusado a 1.º de fevereiro do fluente, o processo foi acionado, mas a douta Procuradoria Geral da Justiça, opinou pela declaração da extinção da punibilidade pela prescrição.

A espécie pode ser enfrentada por dois ângulos: 1.º - a inimizabilidade do acusado; 2.º - a extinção da punibilidade pela prescrição. Quando se estabelece duas teses para se dirimir uma questão criminal, aquela que melhor atende aos interesses do réu deve ter preferência conforme princípio assim de Direito. A inimizabilidade do acusado, dessa forma, merece tratamento prioritário, pois que seus efeitos lhe são mais favoráveis. O acusado cometeu o fato que deu origem a todo esse procedimento em 1.º de agosto de 1977, proferindo um discurso no plenário da augusta Assembléia Legislativa do Estado, da qual fazia parte como Deputado. Nessa fala, teria tentado o então Prefeito Municipal Jacy Miguel Sca-

nagata".

E faz aqui um relatório do processo para depois entrar no mérito. Em 1978, com o advento da Emenda Constitucional n.º 11, esse Artigo 32 da Carta Magna sofreu modificações, passando a ter a seguinte redação: "Os Deputados e Senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime previsto na Lei de Segurança Nacional". Com essa modificação, o fato atribuído ao acusado deixou de ser considerado delituoso, tornando-o inimizável, pois a constituição lhe assegurava o direito de ampla liberdade de expressão no exercício do mandato de Deputado. Somente quando houve infração à Lei de Segurança Nacional é que o parlamentar estaria sujeito a ser processado. O processo ficou estacionado porque, solicitada a Assembléia Legislativa, negou licença para o processamento do acusado. A aplicação do Artigo 32 da Constituição Federal...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao orador que seu tempo está esgotado. Concedo-lhe um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, eu peço a Vossa Excelência que dê por lido o meu pronunciamento que é no sentido de endossar o requerimento do Nobre Deputado Roberto Requião.

Sou intransigentemente, um dos defensores das imunidades parlamentares e comecei meu discurso aqui, em maio de 79 e quero terminar agora na defesa, não do Deputado, mas da instituição que está acima de nós e é um bem indisponível.

Mas, levanto, Senhor Presidente, uma questão de ordem. No meu entendimento, conforme dispõe o artigo 127, parágrafo 4.º do nosso Regimento Interno, não é o requerimento do Deputado Roberto Requião a forma adequada para nos posicionarmos e pedirmos a sustação do processo. No meu modesto entendimento, de toda a jurisprudência firmada até hoje pela Câmara Federal, pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal, a forma adequada é o Projeto de Resolução. É quando a Assembléia se manifesta politicamente sobre um caso concreto. A iniciativa cabe à Mesa. Então solicito de Vossa Excelência, do colega Roberto Requião, que transforme o seu requerimento num apelo para que a Mesa, enviando à Comissão de Constituição e Justiça, formalize um projeto de resolução, que terá por escopo maior, pedir a sustação do processo contra o Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

"Encontra-se, por isso, nas Constituições Estaduais, o mesmo sistema de garantias do mandato legislativo. Dessa forma, são os Deputados às Assembléias Legislativas

vas também invioláveis, e gozam da imunidade formal, não podendo ser processados sem prévia licença da Casa de Representantes, a que estiverem vinculados, nos termos do dispositivo da Constituição Federal e da Constituição do Estado-Membro correspondente.

Isto porque a interpretação restritiva das imunidades dos Deputados Estaduais, que está amparada pela Jurisprudência Predominante do Tribunal da Federação, exhibe o imenso prestígio do Supremo Tribunal Federal. No domínio da função judicial, só ele poderá revê-la, e todos os demais órgãos judiciários do País naturalmente se inclinam diante daquela interpretação, enquanto subsistente ela for. Não desconhecendo a eficácia do precedente, e os obstáculos que dificultam sua transposição, é possível, sem faltar ao apreço devido às decisões do Supremo Tribunal Federal, fixar os fundamentos de nosso sentimento doutrinário.

As imunidades parlamentares constituem princípio constitucional de organização política. São indispensáveis ao exercício do mandato legislativo, à proteção do Poder Legislativo e ao funcionamento do governo representativo. No Estado Federal Brasileiro, dotado de estrutura complexa, e repartido em duplo ordenamento jurídico, com fonte primária na Constituição Federal e na respectiva Constituição Estadual, as imunidades parlamentares não se fazem objeto de tratamento unitário, isto é, de um só ordenamento. A partir da Constituição Federal de 1891 e das Constituições Estaduais da Primeira República, as imunidades vêm sistematicamente recebendo dupla consagração normativa: uma, na Constituição Federal, e outra, na Constituição do Estado, para os membros do Poder Legislativo Estadual, por decisão autônoma do Constituinte Estadual. As imunidades dos congressistas integram a organização do poder federal, na área da competência da União, e as imunidades dos Deputados Estaduais é tema da organização de poder estadual, na órbita da competência reservada ao Estado-Membro. A constituição Federal é o foco de distribuição das competências à União e aos Estados-Membros.

**Terceiro,** o fato de discordarmos e até repudiarmos as acusações que agora são objeto de análise criminal pelo Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, proferidas pelo ilustre réu, Líder da Oposição, não nos permite esquecermos o nosso programa partidário, quando afirma:

2. Nesse sentido, o PMDB defende o regime representativo da soberania popular, em que todas as autoridades - Presidente da República, Governadores, Prefeitos de todas as cidades brasileiras, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e

Vereadores - emanem do sufrágio livre direito e secreto de todos os cidadãos (...) E se oporá, decididamente, à prorrogação de mandatos políticos, à supressão ou adiamento de eleições.

3. O exercício da soberania popular exige a garantia de liberdade de expressão, organização, mobilização e conscientização das forças sociais existentes:

a) a liberdade de expressão será política, ideológica, cultural e religiosa, vedando-se todo tipo de coação e de controle prévio pelas autoridades. A imprensa e os demais meios de comunicação não serão objeto de qualquer censura prévia.

b).....

c).....

d) a liberdade de expressão e de organização será garantida pelo acesso efetivo aos meios de comunicação de todos os partidos e entidades da sociedade. Esta é uma condição fundamental para libertar a manifestação política do poder do dinheiro, coibir a influência do poder econômico sobre o voto e vedar a manipulação da opinião pública. Mas não basta assegurar às correntes de opinião acesso a TV, ao rádio e aos jornais nos períodos eleitorais. Constituindo o sistema nacional de telecomunicações instrumento fundamental para a vida associativa e cultural do País, o PMDB propugnará por formas de acesso a ele e de seu controle pelos diversos setores organizados da sociedade.

4) O Poder Legislativo terá sua autonomia e sua independência preservadas, recuperadas as garantias efetivas ao exercício dos mandatos legislativos federais, estaduais e municipais. Serão extintos os dispositivos que permitem aprovar automaticamente projetos do Poder Executivo e que transformaram o Congresso Nacional em órgão dependente, que se manifesta por omissão e não pela votação expressa da representação popular. Esta representação, em todos os níveis, exercerá controle sobre autoridade pública e seus delegados, bem como sobre as empresas públicas e privadas, sobretudo, sobre as grandes concentrações econômicas privadas. O Poder Legislativo terá direito às iniciativas que lhe são peculiares nas democracias, inclusive no que diz respeito às leis orçamentárias. O PMDB entende necessário assegurar a um número determinado de cidadãos poder de iniciativa para apresentar projetos de lei às Câmaras de Vereadores, Assembléias Estaduais e Congresso Nacional.

Temos, pois, o cuidado de analisar que, nos crime contra a honra das pessoas, que se sintam ofendidas, é delas a iniciativa processual, mas a injúria envolve e requer um tipo de "animus" que não se confunde com o "animus" característico do desempenho das atribuições inerentes à fun-

ção parlamentar.

Por outro lado, o "animus" peculiar dos crimes contra a honra não se presume nos pronunciamentos parlamentares. Ele há de ser aprovado exaustiva e cabalmente.

A eventual paixão que envolve um congressista se presume ditada pelos imperativos de seu mandato, de suas idéias.

O parlamentar expressa pensamentos, idéias, angústias, anseios, sentimentos e frustrações dos mandatos, daqueles a que representam, agindo dentro ou fora do Parlamento.

Porque o senador ou deputado é mandatário do povo aonde quer que vá, e não só no Congresso.

Daí condenarmos, com ênfase, as medidas de emergências que censuram a imprensa na transmissão da votação da Emenda Dante de Oliveira.

Pois a isto pode ele ser levado se as condições objetivas de sua independência não forem asseguradas.

Por idênticas razões, JEFFERSON - artífice da independência americana - manifestou o entendimento de que se devesse optar entre a existência de imprensa livre "Com todos os seus riscos e eventuais inconvenientes e excessos" e a existência de um governo forte, inquestionavelmente, sem vacilação, optaria pela existência da imprensa livre.

A liberdade da manifestação do pensamento é reputada - à luz do Direito Constitucional e da moderna ciência política - valor dos mais elevados, dentre os consagrados constitucionalmente. (...)

Parece evidente que a inviolabilidade não se restringe à tribuna ou a pronunciamentos que sejam típicos e específicos da função. A inviolabilidade é estabelecida, não só na sua função, nas propter exercício funcional (em razão da titularidade do mandato).

Daí o cobrir o desembaraço da manifestação de opiniões dos congressistas, onde que eles façam.

Quando a Constituição alude a "opiniões", está se referindo ao uso da palavra em toda e qualquer circunstância. Não obstante isto, o texto constitucional foi enfático, para ainda estender a cobertura da imunidade "às opiniões, palavras e votos" (art.32).

Finalmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa discordância, não quanto ao mérito do requerimento, mas quanto a sua forma fica aqui expressa. Como bem elucidamos já é jurisprudência formada no Parlamento Brasileiro, que é via de Proj. de Resolução, presentemente, depois da EC 22, por iniciativa da Mesa, ou como no caso suprida pelo pedido de um dos parlamentares, de preferência o próprio interessado, que o Poder Legislativo se

manifesta.

Assim, invocamos o nosso próprio Regimento Interno, em seu art.127, § 4.º, I, que prescreve a forma do Projeto de Resolução, para a licença de processo, ou que na atualização venha a ser a SUSTAÇÃO DO PROCESSO, a regra do § 3.º do art. 12.

Data vênua, o melhor entendimento, deve o Senhor Presidente acolher o pedido e transformá-lo num projeto de resolução. Só após o necessário parecer técnico da CCJ, ao qual será indispensável a juntada da cópia da denúncia processual, venha a Plenário em condições de ser votado conscientemente e possam seus efeitos ser efetivos mas nunca correremos o risco, por falta de forma legal apropriada, não ser acatada a decisão que acredito seja endossada por todos aqueles que sabem quão necessário e fundamental seja a defesa de um parlamento livre.

Concluo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta oportunidade, por onde comecei em 1979, quando Líder da Minoria, defendendo a imunidade de um deputado, também da Oposição, ao citar esta sentença lapidar, que se perde no tempo e deveria ser colocada no frontispício de todos os Parlamentos do Mundo:

" A TRIBUNA PARLAMENTAR NUNCA SE REBAIXA NEM SE AVILTA QUANDO LOUVA OU QUANDO ACUSA, POR MAIS EXAGERADOS QUE SEJAM OS LOUVORES, POR MAIS VEEMENTES QUE SEJAM AS ACUSAÇÕES, O ORADOR POLÍTICO ELEVA NA TRIBUNA A SUA ALMA COM A SUA ELOQUÊNCIA, E SEU CARÁTER COM SUAS PALAVRAS, O SEU GÊNIO DE HOMEM DE ESTADO COM SEUS DISCURSOS, O SEU PATRIOTISMO COM SUAS IDÉIAS E, MUITAS VEZES, O SEU SANGUE COM SUAS OPINIÕES."

Muito obrigado"

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução 2/71, abre prazo de 3 dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 24 do corrente, para oferecimento de emendas à proposição 40/83. Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, subscrito por demais Senhores Deputados, constante do ex-

pediente de sessão anterior solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de que seja sustado o andamento do processo movido contra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, pelo Senhor Secretário das Finanças. - **A Comissão de Constituição e Justiça para processar na forma legal o requerido.**

E na oportunidade respondendo à questão de ordem levantada pelo ilustre Deputado Nilso Sguarezi. A Mesa acata a questão de ordem levantada por Vossa Excelência até por entender que o espírito do requerimento, a palavra do Senhor Deputado Roberto Requião era para provocar uma posição da Mesa com relação ao caso requerido.

O SR. AIRTON CORDEIRO - **(Pela ordem).**

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** - Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Indago de Vossa Excelência o seguinte: o requerimento será colocado em votação ou não?

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** - A Mesa colocou o despacho do requerimento porque entendeu que o referido requerimento era para provocar uma posição da Mesa, e a Mesa assim procede, encaminhando à CCJ, para que processe na forma legal o requerido, e que deverá retornar a este Plenário na forma de projeto de resolução.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, gostaria, para que conste nos anais o nosso posicionamento, de em primeiro lugar refutar as afirmações do Deputado Nilso Sguarezi, que...

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** - A Mesa infelizmente não pode acatar a questão de ordem levantada por Vossa Excelência porque já respondeu.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** - Vossa Excelência permite? A Mesa já respondeu a questão de ordem levantada por Vossa Excelência. Se Vossa Excelência pretende levantar uma questão de ordem sobre outro assunto, já que o Regimento Interno não permite que se levante questão de ordem duas vezes sobre o mesmo assunto, depois de decidida a questão, pelo mesmo Deputado, a Mesa estará disposta a ouvir.

O SR. AIRTON CORDEIRO - A única coisa que gostaríamos de dizer, é trazer ao Plenário os argumentos pelos quais entende

este Deputado que o Deputado Nilso Sguarezi fez uma terrível ginástica até para tentar suprir a sua missão como Parlamentar. E para, afinal de contas, reconhecer o acerto...

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** - A Mesa ousa sugerir ao ilustre colega que dispõe do tempo do capítulo das Explicações Pessoais para o posicionamento de Vossa Excelência.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Usarei o tempo na sessão de amanhã, Senhor Presidente.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n.º 223/83, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 141/83), que dispõe sobre acréscimo de tempo aos Policiais-Militares dos Quadros da Polícia Militar do Estado, cujo ingresso, como requisito básico, exija curso de nível superior, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.R.H., por unanimidade. - **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO **(Pela ordem)** . Senhor Presidente, antes que Vossa Excelência inicie a votação da Ordem do Dia, queria requerer a Vossa Excelência que estou encaminhando um requerimento, que deve chegar nestes instantes, com referência ao Projeto de Lei n.º 01/84 em regime de urgência há mais de quinze dias, requerendo a Vossa Excelência que seja determinado a atuação, incluindo na Ordem do Dia para votação.

O SR. PRESIDENTE **(Trajano Bastos)** - A Mesa aguarda o requerimento de Vossa Excelência e tomará as providências necessárias.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n.º 226/83, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI e outros, que dispõe sobre obrigatoriedade da publicação dos resultados das licitações promovidas pelos Órgãos Públicos Estaduais, inclusive os de administração Indireta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 228/83, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que dispõe sobre o número de Vereadores da Câmara Municipal de Reserva e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 238/83, de autoria do Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ - ABPR", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 239/83, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRESBITERIANA DE PONTA GROSSA", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 240/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que dispõe sobre a criação do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 242/83, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor NILSON DO AMARAL FANINI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 253/83, de autoria dos Deputados CAÍTO QUINTANA e MÁRIO PEREIRA, que concede "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ" ao Maestro GIUSEPPE BERTOLLO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Resolução n.º 98/83, (Mensagem n.º 119/83, ex-Proposição n.º 111/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo n.º 01 de 06/09/83, ao Convênio celebrado em 13/06/83, entre o Estado do Paraná e o Município de Umuarama, através da Secretaria do Interior, objetivando execução de Obras de Controle da Erosão urbana, no citado Município. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do projeto de Resolução n.º 118/83, (Mensagem n.º 116/83 - ex-Proposição n.º 112/83) oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras

para a recuperação de estradas. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 125/83, (Mensagem n.º 151/83 - ex-Proposição n.º 138/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios em 20/10/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da "COMEC". **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 133/83, (Mensagem n.º 149/83 - ex-Proposição n.º 136/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos e Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 73/83, de autoria do Deputado PÉRCILES PACHECO DA SILVA, que declara de utilidade pública, a Augusta e Respeitável LOJA MOÇÔNICA LOTUS N.º 1284 "O DIREITO HUMANO", desta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **EM REGIME DE URGÊNCIA.** (Anexo Projeto de Lei n.º 119/83, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, com o mesmo objetivo). **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 73/83  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública, a Augusta e Respeitável Loja Maçônica Lotus 1284 "O DIREITO HUMANO", A GI: do C.A.D.U. com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07/06/83.

(a) PÉRICLES PACHECO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de utilidade pública, dentro de suas finalidade estatutárias presta à coletividade curitibana serviços assistenciais e filantrópicos e a documentação que acompanha o presente projeto de lei, por si só comprova o preenchimento das exigências legais prevista na legislação vigente em nosso Estado.

Nestas condições, é que apresentamos o presente projeto de lei, esperando contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pa-

res com assento nesta augusta Casa de Lei-

# PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 73/83

De autoria do nobre Deputado Péricles Pacheco da Silva, tendo sido anexado ao Projeto de Lei n.º 119/83, ambos pretendendo a declaração de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Maçônica Lotus n.º 1284 "O DIREITO HUMANO", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Da análise do processo e pelas justificativas apresentadas pelos seus autores e pela documentação que acompanham os mesmos, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação que regula a matéria.

Diante do exposto nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR-Presidente.

AUGUSTO CARNEIRO- Relator.

1.ª DISCUSSÃO- Do Projeto de Lei n.º 28/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 67/84), objetivando conceder ao ex-Funcionário Público Estadual João Roque Dallabona, pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado.

## PROJETO DE LEI N.º 28/84.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica concedida a João Roque Dallabona, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo regional.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1984.

(a) PODER EXECUTIVO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 28/84

A Mensagem Governamental n.º 67/84, encaminhada a este Poder Legislativo, por imperativo constitucional, objetiva conceder ao ex-funcionário público estadual João Roque Dallabona, uma pensão especial de valor equivalente a um salário mínimo regional.

A Mensagem esclarece com sabedoria, que a medida submetida a esta Casa é de justiça, pois virá ensejar condições de sobrevivência a um ex-servidor público, que em razão de contar com 70 anos de existência, e por determinação legal, foi exonerado do cargo isolado de provimento

em comissão.

Esclarece ainda, que o tempo de prestação de serviço em cargo em comissão não gera direito à aposentadoria, sendo que este atributo é por direito do funcionário detentor de cargo efetivo.

Proposta dessa natureza está permitida na Constituição Estadual, que defere ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa de Leis que disciplinam o regime jurídico do Servidor Público.

Face ao exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 10.04.84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR-Presidente.

HOMERO OGUIDO- Relator.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 28/84.

Oriundo da mensagem governamental n.º 67/84, tem o presente anteprojeto de lei por objetivo conceder ao Ex-Funcionário Público Estadual, JOÃO ROQUE DALLABONA, pensão mensal do valor de 1 (um) salário mínimo regional.

Analisado em seu aspecto legal e constitucional, pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

Quanto ao aspecto financeiro objeto de análise desta comissão, entendemos que o projeto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.04.84.

(aa) HOMERO OGUIDO- Presidente.

GABRIEL MANOEL - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)- Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia do Anteprojeto de Lei encaminhado a esta Casa pela Mensagem Governamental n.º 01/84, já em regime de urgência, e que trata sobre alteração da Organização e Divisão Judiciária de nosso Estado. À Coordenadoria da Ordem do Dia e autografia para verificar, e a sua inclusão na Ordem do Dia.

Como se trata de projeto já em regime de urgência, a Mesa determina à assessoria que proceda as diligências necessárias para que este projeto venha a atender ao requerido pelo Deputado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Boanerges Fonseca, ocorrido no dia 17 de abril do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Romão Aguerra, ocorrido no dia 13 de abril do corrente ano, no Município de Marumbi. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Eugênio Maltauro, ocorrido no dia 22 de abril do corrente ano, no Município de União da Vitória. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, com apoio do Senhor Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antonio José Vieira, ocorrido no Município de Jataizinho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 01/84, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre a aplicação das Dotações da Assembleia Legislativa do Estado, e dá outras providências. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário da Administração e Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, encarecendo a instalação de um estabelecimento farmacêutico do IPE, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo informações sobre o Programa Paranaense de Micro-Destilarias de Alcool. **Em discussão.**

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela Ordem)  
Para discutir, Senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio das Antas na Localidade de Vista Alegre, no Município de Cascavel. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando informações quanto a gastos em matéria publicitária do Governo do Estado, ao Jornal "O Globo". **Em Discussão.**

O SR. NELSON VASCONCELLOS - (Pela Ordem)  
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airtton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de moção de apoio deste Poder à candidatura do Doutor Pedro Ribeiro Tavares do cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a remessa de mensagem, para que se proceda modificação na Constituição do Estado, desmembrando-se a Procuradoria Geral do Estado da Secretaria da Justiça. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga Florestópolis à rodovia de ligação entre os Municípios de Bela Vista do Paraíso e Alvorada. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da rodovia entre Braganey a Iguatu, passando por Longuinópolis. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de um mini-posto para a localidade de Rio Verde, no Município de Juranda. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a recuperação de uma quadra de esportes existente no Colégio 14 de Dezembro, no Município de Peabiru.



**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a destinação de um micro-ônibus para o transporte de estudantes pertencentes a rede de ensino do Distrito de Corumbataí do Sul, no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando transcrição nos anais da Casa, dos artigos "Sustação de Processo Criminal Contra o Líder da Oposição" publicado no jornal Gazeta do Povo, bem como o "Legislativo de Joelhos", publicado no Jornal O Estado do Paraná.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A Matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação da rede de distribuição de água para o Distrito de Jaracatiá, no Município de Goioerê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Sguarezi, Mário Pereira e Tadeu Lúcio Machado, na qualidade de Líder e Vice-Líderes do PMDB, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina, encarecendo informações a respeito de denúncias formuladas sobre o não pagamento dos adicionais de insalubridade, riscos de vida e horas extras a ser pago aos serventuários do Porto de Paranaguá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo informações quanto a negociações de empréstimos em moedas estrangeiras. **Em discussão.**

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Para discutir. (Assentimento). Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O ilustre Deputado Aírton Cordeiro, no cumprimento do seu mandato, solicita informações sobre a negociação de empréstimos em moeda estrangeira.

Coincidentemente, hoje Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Poder Legislativo está devolvendo à Casa um volume de aproximadamente, 5 kg de papel e que é resposta a um outro requerimento formulado pelo ilustre Deputado Erondy Silvério, que solicitou do Poder Executivo, e foi atendido, todas as cópias dos contratos firma-

dos em moedas estrangeiras, em empréstimos feitos pelo Governo do Estado do Paraná.

Assim, Senhor Presidente, já vistoria um representante da Minoria na Casa, e todos os elementos para obterem a resposta do requerimento do Deputado Aírton Cordeiro.

Mas, nós Senhor Presidente vamos aprovar o requerimento do Eminentíssimo Deputado Aírton Cordeiro, porque até hoje não negamos nenhum pedido de informação.

Acreditamos que é dever e obrigação do Governo prestar informações, como também, Senhor Presidente, queremos fazer alguns reparos em afirmação feita neste requerimento.

O final do requerimento do nobre Deputado Aírton Cordeiro, data vênica, não posso aceitar. Diz o final, depois de sete itens; (Lê):

"É o requerimento, na esperança de que as informações solicitadas sejam fornecidas a este Poder o mais rapidamente possível, e sem fraude à verdade".

Ora, Senhor Presidente, esta expressão "sem fraude à verdade", eu não posso aceitar. Mas o que suscita o nobre Deputado Aírton Cordeiro? Vejamos algumas das perguntas formuladas neste requerimento, que é necessário se formule aqui alguns esclarecimentos. Primeiro, sua primeira pergunta: qual o Secretário de Estado incumbido de negociar tais empréstimos com bancos internacionais? E nós podemos responder, e a resposta virá oficial a posteriori: é evidente que a competência para contrair e executar tal setor no Governo do Estado, é o Secretário das Finanças. Isso está prescrito na Lei 6636, de 74, no art. 24.

Pergunta mais, o nobre Deputado: quais as operações de crédito realizadas ou em andamento a partir de 15 de março de 83? E como bem eu disse, é só pegar as cópias de todos os contratos que foram fornecidos ao Deputado Erondy Silvério, na data de hoje, que constitui, aproximadamente, cinco quilos de papel, que se terá ali todos os empréstimos, toda negociação de dívida - interna e externa - efetuada pelo Governo do Estado. Mas, nós podemos responder: as operações de crédito externo, contratadas a partir de 15 de março, são as seguintes: O First National Bank of Boston, contrato, data do contrato, 29 de dezembro de 83, e confirmação da operação em 5 de outubro de 83, oito mil dólares; O Midland Bank, 9 mil e 800 dólares; do Comind Grand Canyon Bank, 10 mil dólares; Banco de La Província de Buenos Aires, 3 mil dólares; Banco do Brasil, via Grand Canyon, dois mil dólares; total 32 milhões e 800 mil dólares. Além dessas operações, foram contratadas 12 milhões de dólares utilizando-se o limite autorizado pelo Aviso 409 da SEPLAN, na modalidade 63, do Banco Central. Em-

préstimos em moeda estrangeira através do Banco Nacional...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Vossa Excelência, pode repetir os valores totais, por gentileza, nobre Deputado?

O SR.NILSO SGUAREZI - Para melhor informação a Vossa Excelência, já passarei a Vossa Excelência, uma cópia, mas posso informar: First National Bank, 8 milhões de dólares; Midland Bank, 9 milhões e 800; Comind, 10 milhões de dólares; Banco da Província de Buenos Aires, 3 milhões de dólares, e Banco do Brasil, dois milhões; total de 32 milhões e 800 mil dólares.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Isso no presente exercício, nobre Deputado?

O SR.NILSO SGUAREZI- A partir de 15 de março, nobre Deputado, aqui estão as datas dos contratos e a confirmação das operações. Todos a partir de 83, de 15 de março de 83.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Essas informações que Vossa Excelência traz à Casa, com a responsabilidade do Líder do Governo, não conferem com as informações constantes da Mensagem do Senhor Governador José Richa a esta Assembléia Legislativa, pois que a Mensagem do Senhor Governador do Estado, às páginas 230, Sua Excelência informa que de empréstimos internacionais, o Governo do Estado, apenas no ano de 1983, já obteve na ordem de 48 milhões e meio de dólares, em 1983.

O SR.NILSO SGUAREZI - Se Vossa Excelência permitisse concluir, eu estava dizendo exatamente: além dessas operações foram contratados 12 milhões, utilizando-se o limite utilizado, digo o limite autorizado pelo Aviso 409, da SEPLAN, na modalidade da Resolução 63, do Banco Central, empréstimo em moeda estrangeira através do Banco Nacional, sendo 11 milhões com o BANESTADO e um milhão com o BANORTE.

Encontra-se em tramitação a operação de 7,2 milhões do MILDRED BANK, que foi negociado em janeiro de 84, e está na dependência da adequação da taxa de agenciamento aos níveis atuais de mercado, bem como foi solicitado ao Banco do Brasil empréstimo de até 55 milhões.

A pergunta n.º 3, do nobre Deputado: quais os valores destas operações, taxas, prazos e destinações dos recursos provenientes do Banco da Província de Buenos Aires, Banco Comind de Nova York, Banco First National of Boston e Mildred?

Resposta: todas estas operações foram contratadas nas condições gerais de renegociações da dívida externa brasileira, Pro-

jetos 1 e 2, fase 1.ª ou seja, prazo total de 8 anos, sendo 30 meses de carência, em cargos determinados pelo Banco Central correspondentes à taxas de juros do dia do desembolso; 2.º- SPREAD; 2,175% para LIBOR e 1,875% para PRIME, para o período vincendo; 3.º FLAT FEE: 1,5%, no desembolso. Os recursos dessas operações foram destinados à complementação dos recursos do Tesouro para a execução dos Projetos/Atividades constantes do orçamento de 1983/84.

E a 4.ª pergunta: a que taxas de juros essas operações de crédito foram oferecidas ao Governo do Paraná?

Resposta: como foi respondido na pergunta n.º 3, as taxas oferecidas foram as que prevaleceram na renegociação da dívida externa brasileira estabelecidas nos projetos-lei do Banco Central.

E a 5.ª: a que taxas de juros o Governo do Paraná confirmou a contratação dessas operações de crédito?

Resposta: Nas taxas ofertadas, dado serem taxas estabelecidas pelo Banco Central para os projetos 1 e 11.

E a 6.ª: quais as empresas que estão servindo de intermediárias entre o Governo do Estado e as mencionadas instituições de crédito?

Resposta: Nas operações contratadas, referidas à pergunta n.º 2, as instituições que prestaram o serviço de agenciamento foram, respectivamente:

BANCO: The First National Bank of Boston

AGENTE: BCN Negócios

BANCO: Midland

AGENTE: Midland Montagu e Leman Ltda

BANCO: Bnco do Comércio e Indústria

AGENTE: Banco Comind

BANCO: São Paulo S/A.

AGENTE: Banco D'Affair Ltda

BANCO: Banco da Província de Buenos Aires

AGENTE: Foi o próprio Banco da Província e M.G. Assessores Financeiros Ltda.

BANCO: Banco do Brasil

AGENTE: Foi o próprio Banco do Brasil.

A 7.ª: qual o custo financeiro dessa intermediação?

Resposta: As taxas de comissão de agenciamento pagas foram as seguintes:

BCN Negócios - 8%

Midland - 5%

Leman - 3%

Banco Comind - 7,50%

Banco D'Affair-2%

Banco da Província de Buenos Aires- 6%

M.G.Assessores Financeiros- 3%

Banco do Brasil- sem custo de intermediação.

Além disto, Senhor Presidente, eu gostaria de fazer aqui alguns comentários...

O Sr. Mário Pereira - Permite-me um apar-

te? (Assentimento).

Vossa Excelência informa que as taxas contratadas foram de 8; 5, 3; 7, 5; 2; 6; e 3%. Portanto, variam de contrato para contrato, porque presumo que variassem as condições de mercado à cada contratação de empréstimo.

Para vossa informação, eu quero trazer aqui alguns dados que eu consegui a respeito de operações praticadas por outras unidades da Federação, mais ou menos na mesma época, 83 e 84 com as taxas de corretagem, comissões pagas por essas entidades.

O governo de Minas contratou cinco milhões de dólares da União de Bancos Suíços, com a comissão de 7 e meio por cento, via em preiteira.

Ocorre o seguinte, nobre Deputado. Muitos empréstimos para obras são agenciados por empreiteiras e embutidos no custo da obra parecendo não haver o pagamento da comissão. Quem agencia é a própria empreiteira.

O governo de Minas tomou cinco milhões do Bank of Boston com a comissão de oito por cento, via Cred Real que é um Banco Oficial do Estado de Minas Gerais. Dez milhões do Loyds Bank com comissão de 8,5% via empreiteira também. O Estado de Pernambuco foi tomado do Midland Bank dez milhões com a comissão de 10%, via Badep, Banco de Desenvolvimento do Pernambuco.

O Metrô de São Paulo tomou vinte milhões de dólares do Sumitomo Bank Montreal com comissão de 9%; Infra Aero, 30 milhões do Banco Real do Canadá com comissão de 7%. Isso todos os empréstimos tomados em 1983. Em 1984 o Banco de Desenvolvimento de Minas 20,4 milhões, 3,5%, Prefeitura de São Paulo 20 milhões do Midland Bank, 6%. Portanto, só para esclarecer a variação das taxas que aqui tem, desde 3,5% até 10% pago por Pernambuco, que variam de acordo com essa instituição, ou melhor, com a data do contrato, flutuando conforme flutuam as taxas de mercado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e queria dizer o seguinte. (Lê):

"A Secretaria de Planejamento da Presidência da República estabeleceu para o exercício de 1983 limites aos Estados e Municípios para a contratação de empréstimos externos, a títulos de rolagem da dívida, cabendo ao Estado do Paraná um teto de US\$ 44,8 milhões, montante este integrante da renegociação da Dívida Externa Brasileira.

Tais contratações deveriam se dar ao amparo da Lei n.º 4131 ou da Resolução n.º 63, de 3.9.62 e 21.8.67, respectivamente, para o que estava o Poder Executivo devidamente autorizado pela Lei Estadual n.º

7534/79, Aviso de prioridade n.º 1007/81 - SEPLAN e Resolução n.º 61/83 do Senado Federal.

No exercício financeiro de 1983, a situação cambial do País passou por estado crítico de falta de divisas, ocasionando alto grau de dificuldades para obtenção de empréstimos novos e de longo prazo (Lei 4131 e Res. 63), isto é, prazo total de 8 anos com 30 meses de carência, necessários à manutenção de um perfil compatível e favorável com a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos.

Consultados os principais credores do Estado (Banco do Brasil, CITY BANK, MANUFACTURERS HANOVER TRUST, MORGAN GUARANTY TRUST CO e MITSUBISHI), manifestaram interesse, porém, dada a escassez de recursos, afirmaram a impossibilidade de atendimento. Nesse momento, gestionamos junto ao BACEN que autorizasse o Estado do Paraná a tomar empréstimo por antecipação de receita no valor de até Cr\$ 12 bilhões, com recursos provenientes da emissão de CDB's sobre depósito compulsório de Bancos Comerciais (Res. 797) a custo de 60% a.a. da correção monetária e 10% de juros a.a. sendo este pleito indeferido.

Dada a necessidade de captação de recursos financeiros para a execução do orçamento do exercício, propusemos ao Banco do Brasil S/A a contratação de uma operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, no valor de Cr\$ 12 bilhões, em prosseguimento a contatos com entidades financeiras oficiais. Procedimento igual foi levado a efeito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

Diante das negativas às proposições feitas ao Bancos oficiais, demos início a negociações para contratações ao amparo da Resolução n.º 63 BACEN, com bancos privados e Banco do Estado do Paraná S/A, sendo que, somente o BANESTADO conseguiu viabilizar US\$ 11 milhões.

Por necessário, esclarecemos que o Banco Bamerindus do Brasil e o Banco Crefisul propuseram em 3.6.83 e 22.6.83, respectivamente, operações 63 no montante de US\$ 15 milhões, aceitos pelo Estado, cuja contratação não foi efetivada, pelas restrições impostas ao crédito ao setor público pelo Banco Central do Brasil, através da Resolução n.º 831, de 10.6.83, cujos efeitos são até hoje sentidos pelos Estados brasileiros.

Através de gestões do Senhor Governador, foi solicitado ao Banco Central do Brasil que as operações em andamento fossem consideradas extralimite da Resolução n.º 831-BACEN, o que foi indeferido pela Diretoria Bancária do Banco Central.

nessa época, como praticamente inexistia limite para operações com o setor público em decorrência da Resolução

831, houve uma súbita elevação das comissões de agenciamento praticadas pelos Agentes Corretores de empréstimos externos ao amparo da Lei n.º 4131, por serem os únicos recursos disponíveis para contratação pelos Estados, visando a rolagem da dívida. Custos estes agravados posteriormente com a edição da Resolução 851-BACEN, de 29.7.83, que instituiu a centralização cambial no País, resolução revogada apenas em 29.3.84.

Diante da determinação para que se efetivasse a rolagem da dívida no montante autorizado, cujo saldo em 31.7.83, era de US\$ 33,8 milhões, iniciou-se gestões junto aos representantes dos banqueiros participantes do Projeto I e II, da Fase I da renegociação da dívida brasileira.

Dadas as dificuldades cambiais, os bancos internacionais adotaram a prática de cobrança de comissões locais, em cruzeiros, a título de agenciamento e assessoramento para contratação de recursos externos, tanto nas operações sob a Lei 4131 ou Resolução 63 BACEN, através de empresas ligadas ao respectivos bancos e agentes corretores.

Tal situação motivou reunião dos Secretários de Fazenda do País, em Brasília, no dia 29.3.84, cujo item 5 da pauta tem o seguinte teor:

"Definição urgente e um mecanismo permanente para a rolagem da dívida Externa dos Estados através do Governo Federal, evitando os contatos diretos com os escritórios dos Bancos estrangeiros, o que tem determinado custos administrativos absurdos, inclusive Avisos GB 588 e 030".

Como se nota, essa exigência de comissão local, em cruzeiros, não foi exclusiva para o Estado do Paraná.

Para o exercício de 1984, o Governo do Estado solicitou à Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN - o reconhecimento de prioridade na ordem de US\$ 55 milhões, correspondentes ao serviço da dívida externa estimado para o exercício, excluídas as Agências de Financiamento Internacionais (BID).

É a intenção do Governo do Estado contratar com o Banco do Brasil S/A-Grand Cayman os recursos externos necessários à rolagem da dívida, conforme solicitado através do ofício n.º 718-ATG, de 21.2.84, do Senhor Governador".

Porisso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós achamos que o requerimento do nobre Deputado é pertinente, e a nossa Secretaria da Fazenda deve realmente informar para que dúvidas não parem sobre, principalmente, esta taxa de agenciamento que vem sendo cobrada internamente no País. Este problema da dívida externa, de tão graves e funestas conseqüências para o

Brasil, está trazendo, inclusive, para os Governos estaduais, este grave problema de se verem na mão, verdadeiramente, de um certo tipo até de agiotagem. Porque ao se tornarem difíceis os empréstimos externos, e os Estados tendo a necessidade premente de renegociarem esta dívida com prazo determinado, ficam, praticamente, na mão dos intermediários. E é interessante notar como oscila a taxa, a título de corretagem, de uma instituição para outra. Agora, uma coisa se deve resalvar no Estado do Paraná, como disse muito bem o Deputado Mário Pereira, há duas praxes: uma, é fazer via banco; esta corretagem é conhecida; e a outra é embutir no próprio custo da obra, via empreiteira. Então é a empreiteira que, normalmente, faz o contrato. E aí não se tem uma informação correta de qual a percentagem que se está pagando, pois ela está embutida no preço da própria obra. Aqui no Paraná todos os empréstimos feitos, todos os agents intermediários, foram instituições financeiras, que vale dizer, facilmente, no caso de qualquer dúvida, teremos os elementos comprovantes. Concedo aparte ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro - Deputado Nilso

Squarezi, em primeiro lugar agradeço a presteza de Vossa Excelência ao trazer as informações à Casa, como que, pretendo, inclusive, quebrar o impacto das respostas do Governo do Estado. Na verdade eu não poderia esperar outro procedimento de Vossa Excelência, de seu partido, quanto à aprovação do pedido de informações, o que seria a incongruência elevada à enésima potência, consideradas todas as assertivas feitas neste Plenário por Vossa Excelência e por companheiros de Vossa Excelência, por exemplo, na legislatura passada. Gostaria também que as respostas oficiais e formais do Governo do Estado abrangessem esta operação que ainda não está contratada e que ainda está em andamento e que Vossa Excelência localizou no tempo como sendo originária do mês de janeiro de 1984, respondendo a todos os quesitos formulados no pedido de informações e para completar, eu quero desfazer a estranheza de Vossa Excelência, quando não concorda com os termos do nosso requerimento e quando lê "ipsis litteris" a conclusão do requerimento em que se pede respostas breves e sem fraude à verdade e eu vou dizer a Vossa Excelência e à Casa, porque eu faço este tipo de acusação, digo, de afirmação, porque o Governo do Paraná hoje, Deputado Nilso Squarezi, está mentindo oficialmente à Assembléia Legislativa, ao PDS e ao PMDB e está mentindo. Está mentindo a este Poder que representa legitimamente todos os paranaenses, e aí está o Presi-

dente da Casa que, provocado por este Deputado, devolveu as respostas do Secretário Francisco Simeão sobre uma autorização para compra de dólares que ele formulou ao Banco Central e Vossa Excelência tem certeza e tem conhecimento de que este Secretário da Indústria e Comércio que aí está, ameaçou este Deputado, de processo, numa carta que encaminhou a esta Casa, mas no entanto, não respondeu ao nosso pedido de informações com veracidade. Mentiu oficialmente e nós estamos engolindo a mentira. E não é este Deputado e não são Deputados do PDS. Eu lamento que o Poder esteja se curvando diante do Poder Executivo, Deputado Nilso Sguarezi.

Lamento também que há muito tempo o Governador José Richa não tenha dado respostas a um pedido de informações que nós formulamos, de acordo com o que aprovou o Plenário desta Assembléia, sonegando respostas sim. Por isso eu me senti consciente no dever de pedir respostas sem fraude à verdade. É o mínimo de respeito que devemos exigir do Poder Executivo, salvo se Vossa Excelência quiser entender, que a simples alteração do quadro político-partidário do Paraná, hoje comporte todas as atrocidades contra o Legislativo, que vossa Excelência não tolerava na legislatura passada.

Se este for o entendimento de Vossa Excelência, e se este tiver que ser o comportamento e se esta tiver que ser a postura do Poder Legislativo, então eu me conformarei, mas caso contrário, eu quero que Vossa Excelência não só seja o guardião das questões pertinentes ao Poder legislativo, mas seja um aliado nosso, a fim de que Vossa Excelência não se desminta e para que este Poder se engrandea, senão, Deputado Sguarezi, os mesmo joelhos que suportavam os corpos dos Deputados passados, são os joelhos que suportaam os calos daqueles que se curvam diante de um Poder Executivo que é tão forte quanto os outros, e arbitrários.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Eu respondo a Vossa Excelência de minha parte, Vossa Excelência sempre me verá na mesma postura que tive aqui. Vários requerimentos meus e da Oposição por simples despotismo da Bancada de Vossa Excelência no passado, não passaram.

O Sr. Airton Cordeiro é preferível não aprovar do que responder com mentira, Deputado. É preferível não aprovar. É mais digno politicamente.

O SR. NILSO SGUAREZI - Chegarei lá. Vossa Excelência não me dá um só exemplo de que a maioria de hoje tenha recusado um

pedido de informação nesta Casa.

O Sr. Airton Cordeiro - Mas o Governo que Vossa Excelência representa responde normalmente ao Poder Legislativo. Eu tenho os documentos, Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Deputado Airton Cordeiro Vossa Excelência me pediu como aliado. Eu quero dizer que não precisa mudar o meu comportamento para ser aliado. Peço que Vossa Excelência mude o seu para ficar onde sempre estive, em busca de um Poder Legislativo forte, coerente, independente e acima de tudo, responsável.

Se Vossa Excelência tem fatos e documentos que nos comprovem que um Senhor Secretário de Estado, faltou com a verdade, Vossa Excelência, nos vai ver empunhando aqui, não a tribuna da defesa mas a tribuna da acusação nobre Deputado. Porque seremos governo até que prevaleça a verdade. E no momento em que esta verdade não estiver mais com o nosso governo, não será o governo de José Richa.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem). (Assentimento).

Eu requeiro de Vossa Excelência a gentileza de fazer chegar às mãos do Deputado Nilso Sguarezi, o ofício em que este Deputado devolveu à Presidência da Casa as respostas, inverídicas, incompletas e com omissões, e mais com mentiras do Secretário da Indústria e Comércio, para conhecimento da Liderança do Governo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa irá localizar a correspondência mencionada por Vossa Excelência e dará conhecimento ao Plenário. Continua a palavra com o Senhor Deputado Nilso Sguarezi que se encontra na tribuna.

O SR. NILSO SGUAREZI - Quero dizer ao nobre Deputado Airton Cordeiro, de que, se Vossa Excelência devolver com provas idôneas, objetivas e realmente críveis, Vossa Excelência não tenha dúvida. Se Vossa Excelência conseguir provar e justificar que um Senhor Secretário de Estado mentiu, terá, como eu disse - a nossa bancada na tribuna da acusação.

Mas, nobre Deputado, se Vossa Excelência só puser a sua palavra contra a palavra de um Secretário de Estado, data vênha, quem faz a acusação tem que provar. Vossa Excelência está acusando de haver mentira, quero que Vossa Excelência faça e comprove a acusação que Vossa Excelência está fazendo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência poderia somar os valores totais. Porque Vossa Excelência, provavelmente, para vir à tribuna nesta tarde, deve ter obtido informações oficiais do Secretário da Fazenda para fazer a defesa neste caso.

Vossa Excelência poderia somar os valores que provavelmente o Senhor Secretário de Finanças, disse a Vossa Excelência?

O SR. NILSO SQUAREZI - Não. Não é da dívida porque o que o nobre Deputado Airton Cordeiro pediu, a resposta se cingiu ao requerimento dele. Quais as operações de crédito realizadas ou em andamento há partir de 15 de março de 83? As operações de crédito, não envolveu o problema da dívida. O nobre Deputado quer saber só com referência às operações, às taxas de juros, as comissões...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência tem os valores?

O SR. NILSO SQUAREZI - Eu dei agora a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Se Vossa Excelência fizer um comparativo entre os valores que Vossa Excelência traz a esta Casa, com os dados explicitados pelo Senhor Governador José Richa, vai verificar que alguém está mentindo. Creio que não pode ser Vossa Excelência, nem o Governador José Richa. Agora, alguém está mentindo ao Poder Legislativo. Porque Vossa Excelência se pegou a Mensagem do Governador e compará-la com os dados que Vossa Excelência traz esta tarde, nesta Casa, Vossa Excelência vai observar que alguém está dando números errados.

O SR. NILSO SQUAREZI - Para dirimir essa questão, veja que o requerimento do Deputado Airton Cordeiro é agora deste mês de 84, e, para nós ficarmos apenas no texto da Mensagem onde Vossa Excelência, quer fazer a confrontação, nós teríamos que ficar no exercício anterior. Aqui envolve negociações que estão inclusive, sendo realizadas. Como agora o próprio Deputado Airton Cordeiro nos pediu que na resposta se incluísse essas operações que estão sendo realizadas agora.

Então, fica difícil. São duas coisas que Vossa Excelência, quer unir numa, que são díspares. Uma é com referência a dívida que Vossa Excelência diz que cita na Mensagem, a outra são todas as operações de crédito que envolve 83 e 84.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em discussão o requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para discutir, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Assiste razão ao Deputado Airton Cordeiro da Bancada do PDS, em propôr tal requerimento. Não só pelas notícias e pelos rumores que correm no Paraná com relação à contratação dos empréstimos internacionais. Mas, que correm o Paraná com relação à contratação dos empréstimos internacionais, mas também à vista daquilo que pregava o Governador José Richa e seus partidários na campanha eleitoral.

Vejamos Senhor Presidente e Senhores Deputados, as palavras do então candidato José Richa com relação a empréstimos internacionais. Dizia o Senador José Richa, já lançado candidato a Governador pelo PMDB, em declaração a Folha de Londrina, no dia 19 de novembro de 1981, que, as proporções alcançadas pela dívida têm origem em uma política suicida, entreguista e desnacionalizante, quando o País poderia ter construído um capitalismo genuinamente nacional.

Outro trecho do então candidato, afirmava: apesar do quadro, as autoridades prossigam tráfegas em suas viagens, na sofreguidão de conseguir mais empréstimo, mais endividamento, mais desnacionalização do País, comprometendo profundamente o futuro de nossas gerações.

Pois bem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que faz o governo José Richa, no primeiro ano do seu mandato com relação à dívida externa paranaense? Aumento em mais 101 milhões e meio de dólares a dívida externa paranaense em apenas um ano. Trêfego o Senhor Garanhão, sôfrego o Senhor José Richa, a dívida do Paraná é aumentada em 40% Senhores Parlamentares. Todo o resto da dívida externa dos governos anteriores desde que o Estado do Paraná é uma das unidades da Federação somava 252 milhões de dólares. Em apenas um ano o Governador que ontem combatia o empréstimo em dólar, o partido que ontem afirmava que era a favor da moratória, aumenta Senhor Presidente e Senhores Deputados em 40% a dívida externa do Paraná.

Isto sem considerar ainda as negociações para o empréstimo de 100 milhões de dólares para a Usina de Salto Segredo e os outros em andamento como se refere o Deputado Líder do Governo, pois que se somados todos esses empréstimos, o Governador José Richa em apenas um ano é o maior endividador do Estado do Paraná.

Por isto esta Assembléia tem o dever de analisar um requerimento como o do Deputado Airton Cordeiro, para que se esclareça "in totum" a política de endividamento do Estado do Paraná, para que não se analise aqui nesta Assembléia do Estado do Paraná para que não se analise aqui, nesta

Assembleia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas o texto do requerimento, mas sobretudo o sentido do requerimento. Não é possível, nesta Casa, que fique apenas na análise de uma ou de outra palavra do requerimento, que se faça censura sobre o requerimento, mas sobretudo, o que se verifica é que o Estado do Paraná está sendo endividado em dólares - e para usar a expressão do então candidato a governador José Richa: comprometendo o futuro do nosso Estado e o futuro das próximas gerações.

Este é o papel do Legislativo, informar-se e fiscalizar as atitudes menos responsáveis daqueles que ontem pregavam uma coisa e que, hoje, no Governo, a executam de forma totalmente diferente. Desejo também dizer que os dados trazidos ao conhecimento desta Casa ao nobre Deputado Mário Pereira não significam muita coisa. O Governador José Richa pregava, na campanha, que o Estado do Paraná estava falido. Evidentemente não está, porque tem crédito, porque está conseguindo novos empréstimos internacionais.

Se estivesse, Senhor presidente, Senhores Deputados, o Senhor Secretário Erasmo Garanhão não teria possibilidade de procurar escritórios em Brasília e em São Paulo para negociar empréstimos internacionais, quando se sabe que, normalmente no Estado do Paraná, os empréstimos internacionais são negociados pela Secretaria de Estado do Planejamento. Portanto, falido está. É mais uma mentira do Governador José Richa.

E agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós verificamos que o Estado está sendo endividado em dólares irresponsavelmente. Diz o Deputado Mário Pereira: outros Estados estão tendo taxas de comissões mais elevadas que o Estado do Paraná. Ora, o Paraná sempre foi um Estado que conseguiu manter o equilíbrio das suas dívidas externas e internas. Em consequência, sempre foi um bom cliente. Nunca o Estado do Paraná, à semelhança do Estado de Minas Gerais, teve que se valer de empréstimos do Banco Central para honrar os compromissos internacionais.

Em consequência disso, o Estado do Paraná teve sempre a possibilidade de conseguir empréstimos internacionais com taxas de juros mais favorecidas da Nação Brasileira, porque quando o PMDB assumiu o Poder, o Estado do Paraná era o segundo Estado com menor índice de endividamento externo da Nação Brasileira, enquanto que os Estados citados pelo eminente Deputado tem um grau - e um alto grau de endividamento externo - que tal sorte, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Secretário das Finanças de Minas Gerais, lançando Obrigações Reajustáveis do Tesouro Esta-

dual, em declaração proferida à revista "Senhor", afirmou que os Estados membros da Federação Brasileira que conseguissem empréstimos internacionais com essas altas taxas de juros seriam na verdade autoridades financeiras estaduais irresponsáveis. É a palavra, não deste Deputado do PDS, mas a palavra do Secretário de Finanças do governo pemedebista de Tancredo Neves que afirma que o pior negócio para os Estados, face à variação cambial, às altas taxas de juros, é exatamente o endividamento externo.

Por isso, naquele Estado, eles estão lançado mão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual, ao invés de comprometer irresponsavelmente o futuro dos Estados. Por isso, a Bacada do PDS, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vota favoravelmente na certeza de que, ao requerer um pedido de informações, está sobretudo alertando os paranaenses para a gravidade da irresponsabilidade dos empréstimos tomados pelo Senhor Erasmo Garanhão.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Continua em discussão o requerimento do Senhor Deputado Aírton Cordeiro. Em votação. **APROVADO.**

O SR. NILSO SGUAREZI - (**Pela Ordem**).

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor Presidente, gostaria que a Mesa nos esclarecesse apenas o seguinte, se no próximo dia 25, quarta-feira, haverá sessão plenária na Casa ou não. Porque parece que inicialmente um requerimento do Deputado Márcio Almeida havia suspenso esta Sessão para os Senhores Deputados irem à Brasília. Posteriormente, parece que foi aprovado um outro requerimento determinando o cancelamento, a suspensão daquele requerimento.

Gostaria que Vossa Excelência esclarecesse.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - Vossa Excelência está correto. Foi apresentado um segundo requerimento cancelando o primeiro e o expediente e as sessões serão normais no dia 25.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 130/82, 83/83, 189/83, 229/83, 234/83.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.<sup>os</sup>



238/83, 239/83, 240/83, 242/83, 253/83, e dos Projetos de Resolução n.ºs 98/83, 118/83, 125/83, 133/83.

2.ª DISCUSSÃO- dos Projetos de Lei Complementar n.ºs 73/83 e 28/84.

1.ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei Complementar n.º 01/84.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO TUGUIO SETOGUTTE, EM SESSÃO DO DIA 23 DE ABRIL DE 1984.

Assembléia Legislativa do Paraná  
**Sustação de processo criminal contra o líder da oposição.**

René Ariel Dotti.

A Assembléia Legislativa do Paraná inicia os trabalhos desta semana em ambiente de natural apreensão política e institucional. Tal situação decorre de dois fatores que, embora distintos, guardam relação com os movimentos opressivos que há duas décadas comprometem o livre exercício do Poder Legislativo e a independência do mandato parlamentar.

No plano federal, a decretação das chamadas medidas de emergência para supostamente garantir o livre funcionamento do Congresso Nacional durante a votação da emenda Dante de Oliveira, aparece como contradição insuperável às linhas fundamentais do projeto João Figueiredo, principalmente às que se referem à devolução ou instituição de maiores poderes ao Legislativo.

A reformulação do processo de aprovação de leis ordinárias pelo decurso de prazo, agora atendendo ao princípio de equilíbrio dos poderes e à eliminação de intolerável abuso; a proibição de criação de novos tributos pelo Executivo, vedando-se a catastrófica edição de decretos-leis sobre normas tributárias; a criação da Comissão Representativa do Poder Legislativo, composta por senadores e deputados com o objetivo de fiscalizar os atos do Executivo durante os períodos de recesso parlamentar; a sujeição prévia ao Senado Federal da nomeação do Procurador Geral da República, etc., aparecem como providências de reforço do combalido parlamento nacional.

Mas tal repertório de garantias é sumariamente eclipsado quando se atrofia o exercício do mandato parlamentar como medidas coercitivas e próprias do estado de sítio (residência localizada, detenção em edifícios não destinados a réus de delitos

comuns, busca e apreensão domiciliar, suspensão da liberdade de reunião e associação, etc), as quais somente teriam cabimento naquelas situações realmente comprometedoras da paz social, ou resultante da guerra quando então o Estado deve acionar mecanismos destinados a preservar a integridade e a independência do país e o livre funcionamento dos poderes e suas instituições. Pretender equiparar as situações anômalas do Estado e da sociedade às pacíficas manifestações de palanque e de rua, capazes de afetar o livre funcionamento do Congresso Nacional "gravemente ameaçado" como dispõe a Constituição para autorizar o uso da monstruosa figura a que se chama de "medidas de emergências", é, certamente, insultar o bom senso e a inteligência da nação.

No Paraná, o constrangimento que envolve a Assembléia Legislativa da intervenção de um setor do Poder Executivo na liberdade de atuação de uma Comissão de Inquérito Parlamentar regularmente constituída é, por extensão da própria Casa de Leis.

O episódio do processo criminal aberto contra o deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, líder da oposição, é um desses fenômenos de angústia e desesperança que servem para medir a fragilidade e as incertezas das instituições políticas nas democracias reticentes de nossa vitimada América Latina e o correspondente fortalecimento do Executivo, incensado às alturas místicas como um **poder de salvação** e estimulado às virtudes míticas como um **poder de intervenção**. Supremo e definitivo.

Cumprindo os seus deveres de representante do povo e líder de sua bancada o Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira participava dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades da administração estadual anterior. No dia 1.º de setembro do ano passado, a CPI tinha o seu tempo reservado para investigar denúncias contra a gestão da FUNDEPAR, especialmente quanto ao desvio de material escolar para objetivos eleitoreiros. Foi quando o Deputado recebeu de um dos funcionários ali presentes, a informação de que um telefone da FUNDEPAR, de grande importância para o órgão, fora transferido para a residência do secretário de Finanças. E por uma dessas ironias tão frequentes no mundo das devassas (dê qualquer natureza ou gênero), o telefone removido servia naquela oportunidade, à uma comissão interna de sindicância da própria FUNDEPAR.

O Deputado denunciou o fato à CPI após tomar a cautela de se informar junto a Telepar sobre a veracidade da notícia. Era verdade com o detalhe de que a conta não havia sido paga em certo mês e o telefone

fora temporariamente desligado.

Requerendo que a Comissão de Inquérito Parlamentar adotasse as providências de investigação, o representante do povo cumpriu rigorosamente o seu *numus* e agiu no estrito cumprimento de dever legal, além de exercitar um direito de informação de modo regular. São suas estas palavras, extraídas dos Anais daquela reunião: "...termino fazendo à esta Comissão um apelo, para que estas informações que pos-suo, sejam convertidas em diligências e que esta CPI possa, de imediato, em caráter até de emergência, se transportar até a Fundação Educacional do Paraná. Verificar se realmente a linha telefônica foi de lá retirada, entrar em contato com as autoridades do setor da Telepar. E também com Sua Excelência o Senhor Secretário da Fazenda..."

Em sequência a este requerimento, o deputado acusou o secretário de ter cometido peculato por ter desviado um bem público para uso particular.

A repercussão da denúncia foi muito grande não porque assim o quisesse o seu autor mas porque a imprensa e outros meios de comunicação acompanhavam interessados os trabalhos da CPI. Assim ocorreu também porque após muitos anos de exercício dialético e muito expressivo de contestação, um partido político oposicionista assumira o Governo do Paraná e trazia, com a cerimônia de posse, o indisfarçável propósito de revisão de meios e métodos administrativos num compreensível *animus novandi*, além de inevitável abertura da *tempora de cassa*, fenômeno característico da supremacia dos vitoriosos até a cessação das hostilidades partidárias e pessoais.

Mas o Secretário sentiu-se agravado em sua honra pessoal e representou criminalmente contra o Deputado atribuindo-lhe a prática do crime de calúnia. Na justificação de sua iniciativa o Secretário esclarecia que o uso do telefone público em sua residência estava autorizado por um Decreto de 72, como medida de interesse da Administração e extensiva aos demais secretários de Estado. O aludido Decreto, baixado ao tempo do Governador Parigot de Souza, certamente não é conhecido pelo público externo - por óbvias razões - e foi editado quando a enorme demanda de telefones em Curitiba não podia ser atendida pela TELEPAR e o deputado era ainda estudante de Direito.

Sem apreciar ainda a vaidade do antigo decreto, cuja inconstitucionalidade é transparente e irrecusável, o Relator sorteado no Tribunal de Justiça para instruir o feito, recebeu a denúncia e na segunda-feira passada interrogou o acusado o qual confirmou os termos de sua atuação bem como prometeu comprovar a sua denúncia.

E no dia seguinte, quando as repercussões do processo criminal já se faziam sentir, a Assembléia Legislativa revelava seguros indícios de rejeição do procedimento criminal ameaçador da liberdade do mandato. O deputado Roberto Requião e outros parlamentares do PMDB, embora ressaltando a honestidade pessoal do Secretário de Estado e a legitimidade do uso do telefone público em sua residência, proclamaram a violência moral resultante do processo. Acompanharam-nos os ilustres deputados Rubens Bueno (PMDB), Nelson Buffara, Odeni Mongruel, Erondy Silvério, Airton Cordeiro e outros do PDS, todos empenhados na votação de uma resolução da Assembléia para se sustar a ação penal, conforme prevê o § 3.º do artigo 32 da Constituição Federal, aplicável ao deputado estadual por força da emenda n.º 15 à Carta Política do Paraná.

Já existem precedentes significativos no âmbito federal como se poderá verificar pelo *affaire* João Cunha. A resolução sustatória da Câmara dos Deputados foi acolhida pelo Supremo Tribunal Federal (RTJ 106/449 e S.).

Interpretando o artigo 32 da Constituição, o Supremo decidiu que são crimes comuns - em oposição aos de responsabilidade - aqueles ilícitos previstos tanto na lei penal fundamental como em leis extravagantes. Os crimes contra a honra, são, portanto, crimes comuns para o efeito de sustação de processo.

Se a Assembléia Legislativa do Paraná baixar Resolução sustando o andamento do processo contra o deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira estará dando uma demonstração de vitalidade do Poder Legislativo e da inviolabilidade do Parlamento, como sua expressão básica e suprapartidária. Tal solução se colocará acima e muito além da conflagração dos interesses maiores ou menores vistos sob o ângulo partidário e da proteção de valores individuais - embora respeitáveis - para restaurar a boa memória da histórica disposição de alguns jovens e valentes deputados que no opressivo ano de 1971, sacudiram o Estado do Paraná e chamaram a atenção nacional. Foi quando obtiveram eles no Judiciário o direito líquido e certo de votar com independência e dentro da lei a emenda constitucional que um governador transitório e ilegítimo pretendia impor com o sacrifício da forma e do conteúdo.

Aqueles deputados pertenciam ao Movimento Democrático Brasileiro.

#### O LEGISLATIVO DE JOELHOS

O deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira denunciou o Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão, de ter levado para casa um telefone pertencente à Fundepar. A

acusação foi formulada durante uma das sessões da CPI da Corrupção, instalada sobre inspiração do PMDB para apurar eventuais irregularidades, nos governos anteriores e na presente administração. E o que foi que aconteceu? O acusador passou a acusado, pois o secretário houve por bem de denunciá-lo por crime de calúnia.

O líder do PDS foi intimado a comparecer ao Tribunal de Justiça para efetuar depoimento. Foi qualificado, como réu comum. Tudo isto com a covarde comissão da Assembléia, que abriu precedente perigoso e mais do que isto, vergonhoso. A presidência da Casa restaria, pelo menos, cumprir preceitos constitucionais, sustando o andamento do processo, já que não pretendia emprestar solidariedade a um de seus pares.

A independência do Poder Legislativo foi por terra, as prerrogativas dos parlamentares, que já são poucas, terminaram na lama. Apenas uma voz do partido que agora é maioria na Casa, foi em defesa de Luiz Alberto: a de outro jovem, também lutador idealista e batalhador, em todos os instantes para que o Legislativo não se curve ao Executivo. Foi a de Roberto Requião, que encaminhou requerimento à Comissão Executiva, clamando para que os deputados - por comissão ou por covardia - não fosse convenientes com o lamentável episódio.

A iniciativa de Roberto Requião já deveria ter sido adotada pela presidência da Assembléia, não só por respeito a um dos integrantes do Plenário, mas inquestionavelmente para cumprimento de dispositivo legal. Abrindo mão do direito, renunciando à lei, a Assembléia do Paraná é, hoje, um poder ajoelhado e submisso, praticante de uma democracia dos nossos tempos: só manda o chefe.

ENOCK DE LIMA PEREIRA  
(Colaborador)

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

#### 27.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>ª</sup> LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO

Aos três dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Educação para a sessão de instalação, com a presença dos Senhores Deputados: Adhail Sprenger Passos, Rubens Bueno, Tadeu França, Odeni Mongruel, Ezequias Losso e Antônio Belinati. Assumiu a presidência, na forma regimental, o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, que após verificar a existência de número legal, declarou abertos os trabalhos destinados à eleição do Presidente e Vice-Presidente efetivos, conforme nomina o Regimento Interno desta Assembléia legislativa. Foram indicados os nomes dos Senhores Deputados Tadeu França e Odeni Mongruel, para Presidente e

Vice-Presidente, respectivamente, os quais foram aceitos por unanimidade. O Senhor Presidente eleito usou da palavra, para agradecer ao Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e enaltecer o seu trabalho frente à Comissão durante a gestão passada e também pela dinamização da mesma. O Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos sugeriu que as reuniões sejam realizadas a cada quinze dias, às terças-feiras, às dez horas da manhã; a sugestão foi aceita por todos os presentes, ficando a primeira reunião marcada para o dia dezessete próximo. O Senhor Deputado Odeni Mongruel usou da palavra para também agradecer a todos. Os presentes falaram sobre vários assuntos a serem debatidos, oportunamente, pela Comissão. Na oportunidade, o Senhor Presidente designou a funcionário Maria Aparecida Amaral, para exercer a função de Secretária da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos na presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Deputado JOSÉ TADEU FRANÇA  
Presidente

MARIA APARECIDA AMARAL  
Secretária

#### Atos da Diretoria Geral:

#### Portarias:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

#### PORTARIA Nº 191/84

I - Ficam lotados no Gabinete da Diretoria Geral, todos os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

II - Designar, de acordo com as solicitações dos senhores Diretores, os funcionários abaixo relacionados para prestarem serviços, conforme especifica:

#### DIRETORIA FINANCEIRA

#### Gabinete:

CARLOS DOUGLAS BUKOWSKI - Diretor  
MARIA DO ROCIO MEDEIROS WITOSLAWSKI  
MARIA ARANTES DE LIMA

#### Tesouraria:

LUIZ ANTONIO CARON - Tesoureiro  
JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO

#### Coordenadoria de Finanças:

JOSÉ GUILHERMINO FILGUEIRAS - Coordenador  
RONALDO BAPTISTA  
MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO

#### Coordenadoria de Administração de Pagamentos:

IHOR BARANHUK - Coordenador  
EDMIR ENÉZIO DA SILVA  
ANTONIO DOS SANTOS RIBAS  
ELENI SILVEIRA

Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais  
WILIANS ROLANDO ROMANZINI - Coordenador

MARCOS UNIGA

AYNED MARIA REINERT TIZZOT

IZIDORO CECCON

#### DIRETORIA DA CONSULTORIA

Gabinete:

JOSÉ RENATO DUARTE - Diretor

OLENI FERREIRA LIMA

OLGA POPOVITCH

AURORA RIBEIRO GONÇALVES

JOSÉ LUIZ RAMUSKI

ILMA ELIZABETE MACENO SILVA

Coordenadoria Jurídica:

REGINALDO FANCKIN - Coordenador

ALBINO DE BRITO FREIRE

Coordenadoria de Auditoria e Controle Orçamentário

LUCIANO LACERDA FILHO - Coordenador

Coordenadoria Legislativa:

LAERTES LUIZ FOGGIATO - Coordenador

MYRTHES MAGDA GOMES

DARIO FORTUNATO DARIF

MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ

LUIZ FERNANDO MALHEIROS CARNEIRO

GABRIEL QUEZADA FILHO

JOÃO MARIA SERPA

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO

FRANCISCO ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA NETO

#### DIRETORIA DE PESSOAL

Gabinete:

HONORINO LUIZ COLLA - Diretor

RUTE DA SILVA LOPES

ROSALINA PEREIRA SANTIN

Coordenadoria de Recursos Humanos

LUIZ CARLOS MOLINARI - Coordenador

RENE VASCO GARCIA

CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA

ACIR VILLATORE

VALDICIR NASSAR

AYRTON ALVES ARANHA

Coordenadoria de Relações Trabalhistas:

VALTER ANTONIO MARCHIORATO - Coordenador

SEBASTIÃO DE LIMA CARDOSO

MARLON LUIZ CARDOSO

Coordenadoria de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal:

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA - Coordenador

JOSEPHA KUCEK LEVANDOSKI

NEVINHA MARIA CARDOSO

MARIA CRISTINA DAL'LIN MOLINARI

ANTONIO LOPES

Coordenadoria do Serviço Médico e Odontológico:

JOSÉ ANTONIO MAINGUÊ - Coordenador

GERSON NEMES

JOSÉ CARDOSO DE AZEVEDO

ROGÉRIO ANTONIO SOUZA DO NASCIMENTO

NELSON EMÍLIO MARQUES

EDGAR SANTOS BUQUERA

INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA

ALCEU IVO COSTACURTA

JOSÉ SUPPLY DE LACERDA

HILÁRIO FREGONEZE

DARCI KLIEMANN

LEONILDO MARCHIORO

MARIA IGNÉSIA CAVALLARI FAGUNDES

CELSO MARIANO DOS SANTOS

ARACY ZECH

TÓTILA GLITZ

JACKSON MIGUEL BADUY

Assessoria Jurídica:

SUEZ NOGUEIRA - Assessor

GILBERTO DAROS

#### DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO

Gabinete:

CELSO APPARECIDO DE CASTRO - Diretor

Coordenadoria de Apoio ao Plenário:

RONALDO LOPES LINHARES - Coordenador

MOACIR JORGE NARDI

LUIZ FERNANDO MARTINS KOSOP

SÉRGIO ANTONIO SOUTO

MARIA DE LOURDES MALTAURO

ALCEU RAMOS

BERTOLDO SCHWARZBACH

ADEMIR BORCK

Coordenadoria de Apoio à Mesa:

NELSON AUGUSTO ARAUJO - Coordenador

JOÃO CAXIAS URBAN

JORGE ASSAD MANSUR

IONE MARIA DA CONCEIÇÃO XAVIER DA COSTA

Coordenadoria da Ordem do Dia e Autografia:

CELSO ARAUJO JÚNIOR - Coordenador

MAI FAIR PERINE

ANNA ROSA BELLO VIANA

HARRY AVON

PAULO SÉRGIO MULLER DE FARIA

VERA LÚCIA DOS SANTOS RODRIGUES

IRACI TORELLI PIRES

#### DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

Gabinete:

AIMORÉ OD ROCHA - Diretor

LUIZ FERNANDO ZANON DE ALMEIDA

Coordenadoria de Suprimentos:

SÉRGIO VALÉRIO ANTUNUNCIO - Coordenador

NORMANDO PEDRO CULPI

MAXIMÍNIO CARDOSO

SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCAL

JONAS ZAMPIER

MARIO K. VEIGA FILHO

ELY MOCELIN CECCON

Coordenadoria de Contabilidade:

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Coordenador

DIRCEU GONÇALVES CORDEIRO

EDSON CARLOS DE OLIVEIRA

ELDO GEVEZIER

MARIA ELISA MORO

JEMINA DE OLIVEIRA E SILVA

JANINA IZABEL KUTIANSKI

#### DIRETORIA LEGISLATIVA

Gabinete:

ELOI MEZZADRI - Diretor

Coordenadoria de Documentação e Informação:

NELSON SÍLVIO SALLES - Coordenador

PAULINA SCHERNER SIMÕES

ADILSON VICENTINI

SEVERO OLÍPIO SOTTO MAIOR

NILZA MARIA DE OLIVEIRA BENEVIDES

MIRIAN DOLORESTUDZINSKI

Coordenadoria de Apoio às Comissões:

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL - Coordenadora

OSVALDO MARQUES

MARLENE COUTO DE CRISTO  
 JAYRO CAMARGO  
 RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI  
 MARIA APARECIDA GEBRAN DO AMARAL  
 ANGELINA GARCIA PACHECO  
 JOÃO ALBERTI ANDRETTA  
 IOLANDA GUIMARÃES MELLO DE CASTRO  
 LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR  
 EUMÊNIA DE OLIVEIRA TRICHES  
 CESAR AUGUSTO LEONI  
 CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA  
 LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO  
 DIVA DO VALLE CAVALCANTI  
 GILBERTO LAMPARELLI DA SILVA  
 AGILDE DE OLIVEIRA MARTINS  
 RITA SOARES BERTOLI  
 BOANERGES DE MENEZES CALDAS  
 ANTONIO CARLOS GULBINO  
 MARCELO ELIAS CHUCHENE  
 WALTER SPENA DE MACEDO  
 WILSON PENKA

## Coordenadoria da Ata, Anais e Publicidade:

IBANEZA SANTOS SALLES – Coordenadora  
 JULIA JOLINSKI DE PAULA  
 NANCY TEREZINHA KOTELAK  
 ARISTEU DA SILVA BERGER  
 LINDAMIR EDIL CARAN  
 HILTON RONALD ALICE  
 NEUSA ALVES DE OLIVEIRA  
 DANUTA SABAI  
 CESAR AUGUSTO PINTO NUNES  
 JUSSARA REGINA DE CASTRO  
 JAQUELINE BOAMORTE  
 MARIA BERNADETE CAVALHEIRO

## Coordenadoria de Taquigrafia

LILIAN MARY DOS SANTOS REBELLO - Coordenadora  
 MARIA ELISA REBELLO  
 MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES  
 ODETE MULLER  
 SIOMARA LOPES GOMIDE  
 AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES  
 PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS  
 PAULA FREIFFO COUTINHO  
 HELENA REGINA STEPHAN  
 DOROTY WOLMER LINHARES  
 MARIA DO ROSÁRIO MARQUES  
 MARILU FANCHER BECKER  
 EUZA ARAUJO RIBEIRO  
 SONIA MARIA GORETTI

## DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## Gabinete:

ZENO PACIORNIK - Diretor  
 LUIZA ZACK VIANTE  
 MARIA DO CARMO SANTOS

## Coordenadoria de Expediente e Arquivo:

ANTONIO CARLOS DANTAS - Coordenador  
 ZELMA LOPES WOJCIK  
 MARIA DOLORES TULIO BARVIK  
 LUIZ AUGUSTO CANTADOR  
 JOUBERTH DA SILVA SANTOS  
 MIRLON JOSÉ CAVALLARI  
 SUELY BELLO COELHO  
 LUIZ CARLOS FIORAVANTE GOULART  
 ALCINDO ROGÉRIO NEVES DA CRUZ  
 EDICESAR FERNANDO ROCHA

ROSA MARIA BASSETTI  
 CARLOS ALBERTO MARTINS DA SILVA  
 JOÃO DONIZETTI PEREIRA  
 MAURO BAHR  
 MARIA CRISTINA KURUTZ  
 JOSÉ AUGUSTO TUSSOLINI RAMOS  
 ONÉSIMO ALVES DOS SANTOS

## Coordenadoria de protocolo:

JOGUIBE MANSUR - Coordenador  
 MARLENE DE BRITO PERRONE  
 MADONA SIDILHA DOS SANTOS LOYOLA  
 CELI EUCLÉA GALIANO  
 IGLAIR SMANIOTTO  
 FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI  
 JOSÉ UBIJARARA OLIVEIRA LIMA  
 MARIA MARLI MALKO  
 DANILO PEREIRA JÚNIOR  
 ELAINE SCHREINER DE OLIVEIRA  
 GILSON JOSÉ SVONHA  
 IOLANA MARIA LEONARDO

## Coordenadoria de Serviços Especiais:

SÉRGIO ZACARIAS - Coordenador  
 ALMIR OLIVEIRA DOS SANTOS  
 MAIRA LEONILDA ROCHA ZANETTI  
 IVETE HENEQUEM DRANKA  
 TABAJARA MARTINS  
 GIOACHINO SUGAMOSTO  
 HILZA DOS SANTOS LOPES  
 JOSÉ CARLOS JANJÃO  
 NELSON ANDRÉ DE ARAUJO  
 EMÍLIO REINOLDO GREBER  
 JOSINA PEREIRA JANJÃO  
 SINHORINHA BERNARDI  
 ROSÁRIA CARDOSO DE LIMA  
 MARIA DE LOURDES SANTOS  
 JOANA DE LIMA  
 JACYRA MACHADO BINI  
 FRANCISCA DA SILVA CAVALHEIRO  
 MAURÍCIO GONÇALVES  
 JOSÉ CHECHELISKI  
 MARCIONILIO SANCHO CAMBUHY  
 ADÉLIA DA CRUZ W. MARQUES  
 VANIR PORT  
 ROSELI CONSTANTINO M. SANTANA  
 JOSÉ OLÍCIO AGUIAR  
 JOSÉ ALEXANDRE CORREIA  
 MARLI DE BASTOS STALCHMIDT  
 LUIZ ELISVALDO TENÓRIO  
 JOÃO MARIA BORGES  
 JOSÉ FELIX DE JESUS  
 DIRCEU DA SILVA  
 FRANCISCO DOS SANTOS  
 LUIZ CARLOS STIVAL JÚNIOR  
 SABINA DOROTEA CASAGRANDE  
 ADELINA SPIES DE ARAUJO  
 RUBENS GRUNNT  
 ÂNGELO DRESSENO  
 JOÃO DE JESUS LIMA  
 JOSÉ ALMIR DA LUZ  
 LUIZ DE LIMA  
 NIVALDO VANDIR CORDEIRO  
 LOACIR FRANCISCO DOS SANTOS  
 JOSÉ DOS SANTOS

## Coordenadoria de Patrimônio e Material:

ANTONIO GULBINO - Coordenador

JANDIR NARDIN  
JOÃO FARINHAK  
JULIETA ROSA SAMPAIO  
DUIÍLIO DIAS  
JOSÉL DA SILVA NATAL  
RUBENS DAMAS  
JONAS DE SOUZA PORTO  
LUIZ FERNANDO FLORES  
BRÍGIDA LOBO KOLAROVICZ  
JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO  
ALAN MARCOS ANDRADE  
GASTÃO LUIZ CECCATO

## Coordenadoria de Manutenção e Transportes:

RAUL WOLF - Coordenador  
ANTONIO JOÃO GREBER  
JOÃO MARTINS SOBRINHO  
EDU LIBERTI  
DORIVAL DELAGASSA  
LUIZ BROTTTO NETO  
RENATO MÁRIO MIGUEL  
PAULO CESAR S. DA M. PIMPÃO  
CELSO BRESSAN  
JORGE LUIZ MARCHIORO  
JOÃO BATISTA FERREIRA DA SILVA

## DIRETORIA DE SERVIÇOS ESPECIAIS

## Gabinete:

EDOUARD ELIAS THOMÉ - Diretor  
OPHIR FABELINO DE SOUZA  
JOANA MACIEL FARIAS  
GAUDÊNCIA GIL TEIXEIRA  
IVO GUSO  
WALFRIDO RIBEIRO DE CAMARGO  
RENATO EUGÊNIO REBELLO SCHAITZA

## Coordenadoria de Divulgação:

JORGE KUDRI - Coordenador  
JOÃO FARIAS  
ÁLVARO SÉRGIO MARAVALHAS  
JURACY JOSÉ SOMMAVILA  
WILMAR JOSÉ GOUVEIRA  
MARIA DE FÁTIMA VITAL  
NOEMI FROES DOS SANTOS  
CENIRA SILVEIRA DA COSTA

## Coordenadoria de Cerimonial e Relações Públicas:

LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS - Coordenador  
LUIZ FERNANDO GOOTARDI  
MANOEL MARTINS DE CASTRO  
CARLOS ALBERTO MAINGUÊ  
JEAN VILLENAVE  
LYSETE RIBAS PUGLIESE  
MAIVE CANABRAVA BARBALHO

## Coordenadoria de Segurança:

ORMAR TADEU CARDOSO - Coordenador  
ARIOVALDO FERNANDES DE BARROS FILHO  
ADEMIR ALVES DUARTE  
EDSON ALMIR DUARTE  
OSVALDO DO CARMO  
ROGÉRIO MACEDO POSTAREK  
JOSÉ AUGUSTINHO DA SILVA  
LUIZ AUGUSTINHO DA SILVA  
NILSO ANTONIO BRITTA  
ANTONIO BERALDO MARIANO  
JOSÉ RODRIGUES DE MORAES  
BERNARDO FELICE BERTOLDI

## Coordenadoria da Gráfica:

LUIZ CARLOS MONTEIRO - Coordenador

HAROLDO DO NASCIMENTO  
SOLON FONTOURA RODRIGUES  
FRANCISCO BUBNIAK  
JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES  
JOSÉ ARY VALÉRIO  
ALZEMIRO ARTIGAS  
JOSÉ ALVES GUIMARÃES  
DIMITRYA PIRIH MARANHÃO  
MARIA DE LOURDES BIZETTO REQUE  
LUIZ HENRIQUE MONTEIRO  
IVANI TEREZINHA DA SILVA  
JOSÉ RICARDO KLEINKE  
CLÁUDIO GRISALT  
WILSON RODRIGUES  
LUIZ CARLOS DE FREITAS  
ERONI APARECIDA CUSTÓDIO  
DEISE XAVIER DEL CORSO  
NEOMILTA SANTI SCHEFFEL  
TADEU LUKA  
SÉRGIO ROBERTO DE OLIVEIRA  
SUELI SCHMIDT  
DJALMA MACIEL CAVALCANTI FILHO  
SONIA ELISA MAROSO  
RUTH FRANCISCA PRADO

## Coordenadoria de Promoções Especiais:

RAFAPEL DE LALA SOBRINHO - Coordenador  
RUTH DE CAMILLO RUSSI  
ALBERTO SAVOIA ASSEF  
ALEXANDRE RADICHEWSKI  
LELINGTON LOBO FRANCO  
MANRIQUE GANDARA FILHO  
JOSÉ CARLOS PEREIRA PORTELLA  
GILBERTO BITTENCOURT FONTOURA  
DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA  
EMÍLIA DE MIRANDA BECKER  
LIDIA MUCHINSKI  
ABIB MIGUEL  
JOSÉ CARLOS ANCIUTTI PESSOA  
JOSÉ OSVAIR RODRIGUES  
WILSON SILVA  
LINDAMIR ACOSTA E SILVA  
ALCEU MARTINS RICCI FILHO  
DÂMARIS VENÂNCIO DE MELLO  
MARINA DA CONCEIÇÃO VIDAL SOLDA

## Coordenadoria de Processamento de Dados:

FARID LUIZ GUÉRIOS - Coordenador  
ELEVAN CEZAR RIBEIRO  
MÁRIO AUGUSTO GUERRA  
CLAUDIO MARQUES DA SILVA  
ERNST MANN  
MURILO RAMOS ALVIN

## GABINETE DA PRESIDÊNCIA

## Gabinete:

MIL TON LUIZ CLEVE KUSTER - Chefe de Gabinete  
ALSTON XAVIER DA SILVEIRA  
IRANI CARINI  
ARLETE BELMONT ZEBALLOS  
VALDOMIRA DEMETERCO  
CENIRA DOS SANTOS FREITAS  
ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES  
AYRTON PRECOMA  
MARIA NEIDE BOZZA STIVAL  
REGINALDO XAVIER BITTENCOURT  
WILFRIED KOESTER  
CARLOS FORNAROLLI

WALDIR MENDES

**GABINETE DA PRIMEIRA SECRETARIA**

Gabinete:

JOEL ANTONIO MORETTO - Chefe de Gabinete  
NEUSA OLÍVIA MELARA  
OSMAR LUIZ DEGALASSA PASSOS  
CARLOS AUGUSTO FERNANDES  
JOAQUIM ANTONIO RODRIGUES  
PEDRO SUDUL

**GABINETE DA SEGUNDA SECRETARIA**

Gabinete:

ELENICE CARDOSO BAGATIN - Chefe de Gabinete  
GLACY BELICH  
GENI CARNEIRO  
ALCEU ALVES PASSOS  
WILSON KAIEL  
LUIZ LOSSO  
MARINA CUNHA MARTINS  
JOSÉ ARY NASSIFF  
ALZIRO SANTIN

**GABINETE DA DIRETORIA GERAL**

Gabinete:

CLOVIS STADLER DE SOUZA - Diretor Geral  
ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT - Chefe de Gabinete  
ERNESTO PERACETTA  
JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ  
IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO  
ODAHIR COSMOS  
ANTONIO CARLOS SANTOS DE LACERDA

**CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO**

ALBERTO CARAZZAI NETO - Coordenador  
EMÍLIO HUMBERTO CARAZZAI NETO

**PORTARIA Nº 192/84**

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de fevereiro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica:

IZOLLA GLISTAU BARRICHELLO - Mat. 207 - 2 meses - 1983  
ANNA CHRISTINA SOUZA - Mat. 553 - 2 meses - 1983  
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR - Mat. 102 - 2 meses - 1983  
JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO - Mat. 198 - 2 meses - 1983

MAY FAIR PERINE - Mat. 187, - 4 meses - 1982 e 1983  
AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS - Mat. 355 - 2 meses - 1983  
MARIA A. DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL - Mat. 293  
2 meses - 1983  
RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIONI - Mat. 320 - 2 meses - 1983  
SIOMARA LOPES GOMIDE - Mat. 446 - 4 meses - 1982 e 1983  
BOGDANO KARPEN - Mat. 307 - 2 meses - 1983.

(Protoc. 1549, 1596,

1622, 1640, 1647, 1734, 1735, 1756, 1809 e 1835/84).

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 193/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA APARECIDA DO ROCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula nº 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, Classe C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei

nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 1º de janeiro de 1978 e 1º de fevereiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes aos anos de 1978, 1979, 1980 e 1981, contadas em dobro. (Protoc. 1736/84)

**PORTARIA Nº 194/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula nº 320, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 16 de julho de 1977 e 16 de julho de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes aos exercícios de 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro. (Protoc. 1757/84)

**PORTARIA Nº 195/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ RENATO DUARTE, matrícula nº 039, ocupante do cargo de Procurador, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 08 de janeiro de 1980 e igual data de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias de 1981, 1982 e 1983, contadas em dobro. (Protoc. 1857/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 21 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 196/84**

I — designar AMAURY SCHIMMELPFENG RAMOS, matrícula nº 280, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo;

II — designar MARIO JOSÉ DE RAUER BACELLAR FILHO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

(Protoc.

**PORTARIA Nº 197/84**

I — revogar a portaria nº 039/84, que designou para prestar serviços no Gabinete do Deputado Erondy Silvério, o funcionário GILSON JOSÉ SVONKA, contratado deste Poder; e,

II — designar o citado servidor para prestar serviços na Diretoria Legislativa. (Protoc. 1993/84)

**PORTARIA Nº 198/84**

designar SONIA ELISA MAROSO, funcionária contratada deste Poder, como Operadora de Máquina Composer, para prestar



serviços na Coordenadoria da Gráfica, da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 19 de março de 1984.

(Protoc. 1864/84)

**PORTARIA Nº 199/84**

designar JOICE SPRENGER SCHELESKY, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no gabinete do Deputado Adhail Sprenger Passos, a partir de 24 de março de 1984, na conformidade do Decreto Legislativo nº 482/83. (Protoc. 1919/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 200/84**

designar ENILDE APARECIDA BERNARDI MARTINS, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Acir Mezzadri, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 24 de março de 1984.

(Protoc. 2083/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 201/84**

designar JUSSARA XAVIER ATAIDE, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Sabino Campos, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 26 de março de 1984.

(Protoc. 2.099/84)

**PORTARIA Nº 202/84**

I — revogar a Portaria nº 191/84, na parte que se refere aos funcionários MANRIQUE GANDARA FILHO e GILBERTO BITTENCOURT FOUTOURA, que designou os mesmos para prestarem serviços na Coordenadoria de Promoções Especiais; e,

II — designar os citados funcionários para prestarem serviços na Coordenadoria de Divulgação da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. 2102/84)

**PORTARIA Nº 203/84**

conceder ao funcionário RUBENS DAMAS, matrícula nº 371, ocupante do cargo de Oficial Legislativo - Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1984, a partir de 22 de março de 1984.

(Protoc. 2086/84)

**PORTARIA Nº 204/84**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário ALMIR SANTOS, matrícula nº 059, ocupante do cargo de Consultor Legislativo Classe B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1741/84)

**PORTARIA Nº 205/84**

conceder à funcionária JULIETA ROSA SAMPAIO, matrícula nº 472, ocupante do cargo de Oficial Legislativo Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1984, a partir de 02 de abril de 1984.

(Protoc. 2144/84)

**PORTARIA Nº 206/84**

revogar a Portaria nº 181/84, de 16 de março de 1984, tendo em vista a desistência da parte interessada.

**PORTARIA Nº 207/84**

designar IZOLETE HELENA HENNING DA SILVA, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Leônidas Chaves, a partir de 26 de março de 1984, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83.

(Protoc. 2171/84)

**PORTARIA Nº 208/84**

designar ROSELI GOBBO ARAUJO, funcionária contratada deste Poder, como Psicóloga, para prestar serviços na Coordenadoria de Serviço Médico e Odontológico, da Diretoria de Pessoal a partir de 19 de março de 1984.

(Protoc. 1991/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 209/84**

designar BERNADETE DE FÁTIMA GUILHERME, funcionária contratada deste Poder, como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 27 de março de 1984.

(Protoc. 2374/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de março de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA  
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 210/84**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor do funcionário RONALDO BAPTISTA, matrícula nº 430, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1984, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar ao acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4º quinquênio, compreendido entre 11 de setembro de 1976 e 11 de julho de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 1934/84)

**PORTARIA Nº 211/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de AYNED MARIA REINERT TIZZOT, matrícula nº 236, ocupante do cargo de Oficial Legislativo Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6º quinquênio, compreendido entre 08 de fevereiro de 1978 e 08 de fevereiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 5º quinquênio e das férias de 1978, 1980 e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. 1918/84)

**PORTARIA Nº 212/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ILSON ESTEVÃO DE ALMEIDA, matrícula nº 045, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia,

o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, de acordo com o Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 2º quinquênio, compreendido entre 07 de abril de 1980 e 07 de fevereiro de 1984, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 1º quinquênio e das férias de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. 11828/83)

#### PORTARIA Nº 213/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ FERNANDO FLORES, matrícula nº 481, ocupante do cargo de Oficial Legislativo Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 30 de dezembro de 1975 e 30 de outubro de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias relativas aos exercícios de 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. 2175/84)

#### PORTARIA Nº 214/84

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo

Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica:

JOSÉ ANTONIO MAINGUÊ - Mat. 368 - 4 meses - 1982 e 1983

MAURICIO GONÇALVES - Mat. 152 - 2 meses - 1983

LUIZ FERNANDO FLORES - Mat. 481 - 4 meses - 1982 e 1983

JANDYR NARDIN - Mat. 162 - 2 meses - 1983

LINDAMIR EDIL CARAN - Mat. 510 - 4 meses - 1982 e 1983

(Protoc. 1925, 1928, 2174, 2176 e 2179/84)

#### PORTARIA Nº 215/84

I — revogar a Portaria nº 280/82, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência, o funcionário contratado deste Poder, ODILON SANTOS;

II — designar o mencionado funcionário para prestar serviços na Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa;

III — revoar a Portaria nº 10/82, que designou para prestar serviços no Gabinete da Presidência, a funcionária contratada deste Poder, JULIETA BERGER; e,

IV — designar a citada funcionária para prestar serviços na Coordenadoria de Promoções Especiais, da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. 2373/84)

#### PORTARIA Nº 216/84

designar MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula nº 399, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Coordenadoria Legislativa, da Diretoria da Consultoria.

(Protoc. 318/84)

#### PORTARIA Nº 217/84

I — revoar a Portaria nº 05/84, de 17 de janeiro de 1984, que designou LAERTES GONÇALVES BEIRIGO, con-

tratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Orlando Pessuti; e,

II — designar o mencionado servidor, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Sabino Campos, com as mesmas atribuições estabelecidas pelo Decreto Legislativo nº 482/84.

(Protoc. 1838/84)

#### PORTARIA Nº 218/84

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor da funcionária OLENI FERREIRA DE LIMA BAPTISTA, matrícula nº 379, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982 e 1983, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar ao acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 4º quinquênio, compreendido entre 19 de fevereiro de 1978 e 19 de fevereiro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias de 1978, 1979 e 1980, contadas em dobro.

(Protoc. 1935/84)

#### PORTARIA Nº 219/84

mandar retificar o nome de HELENA REGINA STEPHAN, matrícula nº 076, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para HELENA REGINA STEPHAN MORO, por motivo de casamento.

(Protoc. 2321/84)

#### PORTARIA Nº 220/84

designar FRANCISCA MARIA TONDO PEGORARO, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado José Antonio Fonseca, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 27 de março de 1984.

(Protoc. 2206/84)

#### PORTARIA Nº 221/84

antecipar para o período de 09 de abril a 08 de maio do corrente, as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário EMILIO REINOLDO GREBER, matrícula nº 499, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 2465/84)

#### PORTARIA Nº 222/84

I — revogar a Portaria nº 028/82, que designou NERCI ANTUNES BRANCO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria; e,

II — designar o mencionado servidor, para prestar serviços na Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa.

(Protoc. 2611/84)

#### PORTARIA Nº 223/84

I — revogar a Portaria nº 191/84, na parte que se refere ao funcionário JOSÉ CARLOS ANCIUTTI PESSOA, contratado deste Poder, que designou o mesmo para prestar serviços na Coordenadoria de Promoções Especiais; e,

II — designar o citado servidor para prestar serviços

no Gabinete da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. 2119/84)

**PORTARIA Nº 224/84**

designar GIL CESAR DANTAS BRUEL, funcionário contratado deste Poder, como Assessor Político, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 02 de abril de 1984.

(Protoc. 2431/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 05 de abril de 1984.

(a) CLOVIS SATADLER DE SOUZA

Diretor Geral

**PORTARIA Nº 225/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de VALDICIR NASSAR, matrícula nº 412, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 03 de outubro de 1978 e igual data de 1982, antecipado em razão da incorporação referente ao 3º quinquênio e das férias de 1979, 1980, e 1981, contadas em dobro.

(Protoc. 12314/84)

**PORTARIA Nº 226/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANTONIO CECCON, matrícula nº 554, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 6º quinquênio, compreendido entre 26 de julho de 1979 e 26 de setembro de 1983, antecipado em razão da incorporação referente ao 5º quinquênio e das férias de 1981 e 1982, contadas em dobro.

(Protoc. 11195/84)

**PORTARIA Nº 227/84**

designar NIZIA DE FREITAS MORAES ALVES, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Fuad Nacli, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 06 de abril de 1984.

(Protoc. 1367/84)

**PORTARIA Nº 228/84**

designar REINALDO MORAIS BESSA, funcionário contratado deste Poder, como Jornalista, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PMDB, a partir de 06 de abril de 1984, de acordo com o Decreto Legislativo nº 17/84.

(Protoc. 2780/84)

**PORTARIA Nº 229/84**

designar JORGE NAROSNIACK, funcionária contratado deste Poder, como Jornalista, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do PDS, de acordo com o Decreto Legislativo nº 17/84, a partir de 06 de abril de 1984.

(Protoc. 2761/84)

**PORTARIA Nº 230/84**

designar NEUSA MIRIAM LANG POHL e DIANA DE LIMA E SILVA, ambas contratadas deste Poder, como Jornalista, para prestarem serviços no Gabinete da Liderança do PMDB, de acordo com o Decreto Legislativo nº 17/84, a partir de 05 de abril de 1984.

(Protoc. 2732/84)

**PORTARIA Nº 231/84**

designar MÁRCIA MARQUES e MARILENA DE MELLO BRAGA, funcionárias contratadas deste Poder, como jornalistas, para prestarem serviços no Gabinete da Liderança do PMDB, de acordo com o Decreto Legislativo nº 17/84, a partir de 05 de abril de 1984.

(Protoc. 2730/84)

**PORTARIA Nº 232/84**

designar JORGE LUIZ MARCHIORO, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria de Serviços Especiais, da Diretoria Administrativa.

(Protoc. 1564/84)

**PORTARIA Nº 233/84**

designar SÉLIA INÊS ANDRZEJEWSKI, funcionária contratada deste Poder, como Assessora Política, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo, de acordo com o Decreto Legislativo nº 17/84, a partir de 10 de abril de 1984.

(Protoc. 1738/84)

**PORTARIA Nº 234/84**

transferir para o período de 1º a 30 de julho de 1984, as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário IVO GUSSO, matrícula nº 264, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 1813/84)

**PORTARIA Nº 235/84**

designar THEMIS PETTERLE, funcionária contratada deste Poder, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do Governo, de acordo com o Decreto Legislativo nº 17/84, a partir de 09 de abril de 1984.

(Protoc. 2781/84)

**PORTARIA Nº 236/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ TARQUÍNIO ISFER, matrícula nº 125, ocupante do cargo de Consultor Legislativo C, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante os 3º e 4º quinquênios, compreendidos entre 10 de agosto de 1971 e 10 de junho de 1979, antecipado em razão da incorporação referente ao seu 2º quinquênio e das férias de 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977 e 1978, contadas em dobro.

(Protoc. 12236/83)

**PORTARIA Nº 237/84**

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, matrícula nº 396, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro

de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 14 de julho de 1978 e 14 de setembro de 1982, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias de 1977 e 1978, contadas em dobro. (Protoc. 12491/83)

#### PORTARIA Nº 238/84

I — revogar a Portaria nº 90/83, que designou para prestar serviços na Diretoria Legislativa, o funcionário JOSÉ NATALIO DE CASTRO E SILVA; e,

II — designar o mencionado servidor para prestar serviços na Diretoria de Serviços Especiais. (Protoc. 931/84)

#### PORTARIA Nº 239/84

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de WILIANS ROLANDO ROMANZINI, matrícula nº 354, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1983, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 07 de dezembro de 1979 e 07 de outubro de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro. (Protoc. 2583/84)

#### PORTARIA Nº 240/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO, matrícula nº 419, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 07 de setembro de 1979 e 07 de julho de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro. (Protoc. 2584/84)

#### PORTARIA Nº 241/84

mandar incorporar para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANTONIO GULBINO, matrícula nº 164, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio, compreendido entre 17 de agosto de 1979 e 17 de agosto de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias relativas aos exercícios de 1979, 1981 e 1982, contadas em dobro. (Protoc. 2797/84)

#### PORTARIA Nº 242/84

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de

serviço público de SÉRGIO ANTONIO SOUTO, matrícula nº 087, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 5º quinquênio compreendido entre 27 de julho de 1979 e 27 de maio de 1983, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 4º quinquênio e das férias referentes aos exercícios de 1979, 1980, 1981 e 1982, contadas em dobro. (Protoc. 2728/84)

#### PORTARIA Nº 243/84

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica:

REGINALDO XAVIER BITTENCOURT - Mat. 322 - 2 meses - 1983

EDMIR ENÉZIO DA SILVA - Mat. 498 - 2 meses - 1983

JOSINA PEREIRA JANJÃO - Mat. 157 - 4 meses - 1982 e 1983

SÉRGIO ANTONIO SOUTO - Mat. 087 - 2 meses - 1983

MOACIR JORGE NARDI - Mat. 081 - 2 meses - 1983

JOÃO CAXIAS URBAN - Mat. 408 - 2 meses - 1983

ZENO PACIORNIK - Mat. 411 - 2 meses - 1983

(Protoc. nºs 2310, 2586, 2693, 2727, 2729, 2794, e 2796/84)

#### PORTARIA Nº 244/84

designar GILVAN ALBERTO FUCKS, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Antonio Martins Annibelli, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83, a partir de 12 de abril de 1984. (Protoc. 3146/84)

#### PORTARIA Nº 245/84

designar ALBINO DE BRITO FREIRE e JOSÉ LUIZ RAMUSKI, ambos funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestarem serviço como Assessores da Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito do "Jogo do Bicho". (Protoc. 2854/84)

#### PORTARIA Nº 246/84

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de GERSON NEMES, matrícula nº 506, ocupante do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias, referentes ao exercício de 1983, que deixou de gozar. (Protoc. 3040/84)

#### PORTARIA Nº 247/84

designar DIRCEU REGI CARON, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria de Manutenção e Transportes, da Diretoria Administrativa, como Pintor, a partir de 12 de abril de 1984. (Protoc. 1840/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de abril de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA - Diretor Geral

#### PORTARIA Nº 248/84

designar ISAMAR VILLA CARVALHO, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar

serviços no Gabinete do Deputado Gilberto Carvalho, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83. (Protoc. 3066/84)

## PORTARIA Nº 249/84

mandar contar, para todos os efeitos legais, na conformidade do disposto pelo Art. 91, da Lei nº 293, de 24 de novembro de 1949, com nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 16, de 18 de dezembro de 1958, em favor de JURACY JOSÉ SOMMAVILLA, matrícula nº 351, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de nove (09) meses e vinte e quatro (24) dias, compreendido entre 07 de janeiro de 1952 e 31 de outubro de 1952, em que prestou serviço militar.

(Protoc. 12225/83)

## PORTARIA Nº 250/84

designar ISRAEL DINIZ, matrícula nº 069, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Coordenadoria de Processamento de Dados, da Diretoria de Serviços Especiais.

(Protoc. 2912/84)

## PORTARIA Nº 251/84

transferir para o período de 1º a 30 de junho de 1984, as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, à funcionária PAULA GREIFFO COUTINHO, matrícula nº 004, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 2839/84)

## PORTARIA Nº 252/84

designar ARLINDO RUBENS GABRIEL, funcionário contratado deste Poder, para prestar serviços na Liderança do Governo, como Jornalista, de acordo com o Decreto Legislativo nº 017/84, a partir de 16 de abril de 1984.

(Protoc. 3225/84)

## PORTARIA Nº 253/84

designar MARIA CRISTINA ALVES FERREIRA, funcionária contratada deste Poder, como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Dirceu Silveira Manfrinato, de acordo com a Resolução nº 71/80, a partir de 16 de abril de 1984.

(Protoc. 2793/84)

## PORTARIA Nº 255/84

designar ERON PAULO SCHMIDT, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Caio Quintana, a partir de 16 de abril de 1984, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83.

(Protoc. 2813/84)

## PORTARIA Nº 256/84

designar JOSÉ ROGÉRIO PORTES DA SILVA, funcionário contratado deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Gernote Kirinus, a partir de 11 de abril de 1984, de acordo com o Decreto Legislativo nº 482/83.

(Protoc. 2911/84)

## PORTARIA Nº 257/84

transferir para o período de 1º a 30 de dezembro de 1984, as férias concedidas pela Portaria nº 759/83, ao funcionário GILBERTO DAROS, matrícula nº 517, ocupante do cargo de Consultor Legislativo D, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 2130/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de abril de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

## PORTARIA Nº 258/84

designar LUCIANO CAMARGO RIGON, funcionário contratado deste Poder, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do PMDB, de acordo com o Decreto Legislativo nº 017/84, a partir de 17 de abril de 1984.

(Protoc. 3209/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 17 de abril de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

## PORTARIA Nº 259/84

designar TANIA MARA DE ALMEIDA, funcionária contratada deste Poder, como Datilógrafa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado José Antônio Fonseca, a partir de 18 de abril de 1984, de acordo com a Resolução nº 71/80.

(Protoc. 3203/84)

## PORTARIA Nº 260/84

designar MARIA DE LOURDES PILAR TEBALDI, funcionária contratada deste Poder, como Auxiliar de Serviços Externos, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Edgard Ribeiro Pimentel, a partir de 18 de abril de 1984.

(Protoc. 3396/84)

## PORTARIA Nº 261/84

conceder à funcionária ARLETE BELMONT ZEBALLOS, matrícula nº 235, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Classe A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1982, a partir de 23 de abril de 1984.

(Protoc. 3274/84)

## PORTARIA Nº 262/84

I – designar CLARICE FROES DE MIRANDA, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa;

II – designar NOEMI FROES DE MIRANDA, funcionária contratada deste Poder, para prestar serviços na Coordenadoria de Arquivo e Expediente, junto ao setor de Xerox.

(Protoc. 3251/84)

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de abril de 1984.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral